



## **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**

# **Documento Nº 48471/25**

**EXERCÍCIO:** 2025

**SUBCATEGORIA:** Licitações

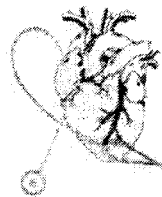
**JURISDICIONADO:** Prefeitura Municipal de Catingueira

**DATA DE ENTRADA:** 14/04/2025

**ASSUNTO:** Licitação - 00011/2025 - Inexigibilidade (Lei Nº 14.133/2021) - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA POSTERIOR Contratação, MEDIANTE Documentação, DE Serviços MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA PROCEDIMENTOS DE CONSULTAS, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB.

**INTERESSADOS:** Suelio Felix de Alencar  
Wanderley Oliveira Lopes





## PROPOSTA DE ADESAO

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 034/2025  
CREDENCIAMENTO N. 002/2025

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médica em consultas atendendo as demandas da secretaria de Saúde do Município de Catatingueira-PB.

RAZÃO SOCIAL: ONCOCARDIO AMBULATÓRIO LTDA  
CNPJ N. 50.354.616/0001-39  
Endereço: Rua Bossuet Wanderley, 257, Sala 02  
Bairro: Brasília Cidade: Patos Estado: Paraíba  
Contato: LUCAS XAVIER FREITAS  
Celular: (83)99415-3113

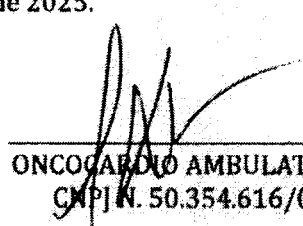
Encaminhamos nossa proposta de preços para fins de credenciamento com os serviços e valores constantes da Tabela a seguir:

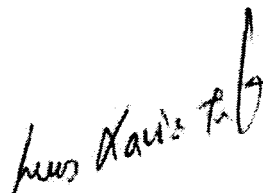
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Consultas especializadas na área de CARDIOLOGIA, para atendimento a pacientes do município.	Consulta	500	R\$250,88	R\$125.440,00

VALOR GLOBAL: R\$ 125.440,00 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e quarenta reais)  
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias

Declaramos por fim estarmos cientes de todas as condições do edital supracitado e respectivos anexos, bem como de todas as especificações contidas na minuta do futuro contrato a ser assinado e que as aceitamos de forma incondicional será nenhum questionamento. Sem mais, esperamos a atenção dessa conceituada entidade no sentido de deferir o nosso credenciamento.

Patos-PB, 17 de fevereiro de 2025.

  
ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA  
CNPJ N. 50.354.616/0001-39



ONCOCARDIO AMBULATÓRIO LTDA - ONCOLOGIA E CARDIOLOGIA  
RUA BOSSUET WANDERLEY, 257, SALA 02, BRASÍLIA - PATOS - PARAÍBA - CNPJ N. 50.354.616/0001-39



# GASTROVITA



## PROPOSTA

PATOS-PB, 18 DE FEVEREIRO DE 2025

CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA - GASTROVITA - CNPJ: 18.947.253/0001-32 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 29.661-32  
ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

CREDENCIAMENTO Nº 0002/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO, MEDIANTE DOCUMENTAÇÃO, DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA PROCEDIMENTOS DE CONSULTAS, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB, COM AS CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ABERTURA: 18 DE FEVEREIRO DE 2025 ÀS 10:00HS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
10	Consultas especializadas na área de GASTROENTEROLOGISTA para atendimento a pacientes do Município.	250	R\$ 188,21	R\$ 47.052,50
				R\$ 42.052,50
VALOR TOTAL QUARENTA E DOIS MIL, CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS				

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS, OU DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.

O PAGAMENTO EM: 30 (TRINTA) DIAS, OU DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO OU DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

### DECLARAMOS:

ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

QUE NÃO POSSUI COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM/PB, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.

BANCO DO BRASIL AG:151-1 - CONTA CORRENTE: 58250-6

SIGNATÁRIO: SR. EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR

PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 1.727.076 SSP/PB E CPF: 951.061.114-04

BRASILEIRO, CASADO, REPRESENTANTE, RESIDENTE E DOMICILIADO NO MUNICÍPIO DE PATOS/PB

EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR

RG: 1.727.076 SSP/PB

CPF: 951.061.114-04

GASTROVITA

CNPJ: 18.947.253/0001-32 –

RUA BOSSUET WANDERLEY, 361 – CENTRO

PATOS – PB – CEP: 58.700-410





CNPJ nº 01.101.954/0001-53

Rua Pedro Firmino, 494, Patos-PB



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00034/2025 CREDENCIAMENTO Nº 002/2025**

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de saúde por profissionais especialistas para atender as necessidades do município de **CATINGUEIRA – PB**, conforme termo de referência.

Contato: Telefone: (83) 3421 4865 - Celular: ( )

E-mail: [anna.centromedico@gmail.com](mailto:anna.centromedico@gmail.com)

Endereço: Rua Pedro Firmino, nº 494, bairro Brasília.

Encaminhamos nossa proposta de preços para fins de credenciamento com o(s) serviço(s) e valores constantes da Tabela a seguir:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
12	Dermatologista	Consultas	480	R\$ 258,00	R\$ 123.840,00

Declaramos por fim estarmos cientes de todas as condições do edital supracitado e respectivos anexos, bem como de todas as especificações contidas na minuta do futuro contrato a ser assinado e que as aceitamos de forma incondicional sem nenhum questionamento.

Sem mais, esperamos a atenção dessa conceituada entidade no sentido de deferir o nosso credenciamento.

Patos - PB, 14 de fevereiro de 2025.

Atenciosamente

  
**Ana Paula de Souza Crispim Remigio LTDA**  
Representada por Ana Paula de Souza Crispim Remigio  
CPF 467.117.674-20  
**TITULAR**





**MAURÍLIO DE ALMEIDA**

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA (LABORATORIO MAURILIO  
DE ALMEIDA) CNPJ: 32.227.914/0001-86  
R BOSSUET WANDERLEY, 469, CENTRO, PATOS – PB.  
Tel.: (83) 9954-9368



**PROPOSTA DE PREÇO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0032/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

**OBJETO:** CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, de serviços médicos especializados para procedimentos de consultas, atendendo as demandas da secretaria de Saúde do Município de Catingueira-PB.

Telefone: (83) 9954-9368

Celular: (83) 9954-9368

E-mail: andresilvapc@outlook.com

Endereço: R BOSSUET WANDERLEY, 469, CENTRO, PATOS – PB.

Encaminhamos nossa proposta de preços para fins de credenciamento com o(s)  
serviço(s) e valores constantes da Tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
13	Consultas especializadas na área de REUMATOLOGIA para atendimento a pacientes do município.	consulta	250	R\$ 207,63	R\$ 51.907,50
TOTAL					R\$ 51.907,50

Declaramos por fim estarmos cientes de todas as condições do edital supracitado e respectivos anexos, bem como de todas as especificações contidas na minuta do futuro contrato a ser assinado e que as aceitamos de forma incondicional sem nenhum questionamento.

Sem mais, esperamos a atenção dessa conceituada entidade no sentido de deferir o nosso credenciamento.

Catingueira – PB, 17 de fevereiro de 2025.

ANDE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA

RG:2.513.234

CPF: 037.955.524-78

CNPJ: 32.227.914/0001-86

Médico/Responsável Técnico e Representante Legal da Empresa









# ORTOMED CLÍNICA ORTOPÉDICA

Convênios com UNIMEDE, PATRONAL, GOLDEN CROSS, CASSI, FUNCEF, CAESP, ASSEFAZ, CORREIOS, PETROBRÁS, SAÚDE BRADESCO, SULAMÉRICA SAÚDE, EMBRATEL, OAS, HOSPLAN, BOMPREÇO e Outros.



## PROPOSTA

PATOS-PB, 18 DE FEVEREIRO DE 2025  
ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA - CNPJ: 10714599/0001-89  
ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL  
CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO, MEDIANTE DOCUMENTAÇÃO, DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA PROCEDIMENTOS DE CONSULTAS, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB, COM AS CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ABERTURA: 18 DE FEVEREIRO DE 2025 ÀS 9:00HS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
16	Consultas especializadas na área de ORTOPEDISTA para atendimento a pacientes do município	UND	500	R\$ 250,00	R\$ 125.000,00
CENTO E VINTE E CINCO MIL REAIS					R\$ 125.000,00

PRazo DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS, OU DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.

O PAGAMENTO EM: 30 (TRINTA) DIAS, OU DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

PRazo DE ENTREGA IMEDIATO OU DE ACORDO COM O EDITAL

E-MAIL: ortomedcatole@hotmail.com - CEL: 83-9.96237710

DECLARAMOS:


QUE TOMAMOS CONHECIMENTO, E CONCORDAMOS COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS

Declaro estar de acordo com os preços propostos e que neles já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, demais encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas, frete, seguros e demais despesas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação.

Declaro que tem total conhecimento e concordância com os termos deste Edital de Pregão e seus anexos.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL AG. 3518 OPERÇÃO: 003 - CONTA CORRENTE: 0486-2

SIGNATÁRIO: SR. FERNANDO EMMANUEL FRANÇA PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 1.766.070 SSP/PB E CPF Nº 982.099.904-97, BRASILEIRO, CASADO, REPRESENTA COMERCIAL, RESIDENTE E DOMICILIADO NO MUNICÍPIO DE PATOS/PB

  
FERNANDO EMMANUEL FRANÇA  
RG: 1.766.070 SSP/PB - 2ª VIA  
CPF: 982.099.904-97

Rua Venâncio Neiva, s/n - Centro - Catolé do Rocha - Paraíba  
Fone: 83 9154.2268 - CEP: 58884-000

01/38







## PARECER JURÍDICO

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LEI Nº 14.133/2021. ART. 74, IV. CREDENCIAMENTO. PROCEDIMENTO AUXILIAR. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CONSULTAS. PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS. ATENÇÃO PRIMÁRIA. ATENDIMENTOS. DEMANDAS DA SAÚDE. PARECER FAVORÁVEL. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

### **I. DA CONSULTA**

1. Trata-se de consulta encaminhada pelo agente de contratação afim de apurar o procedimento de contratação direta por meio da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 00011/2025**, para o objeto: **CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, de serviços médicos especializados para procedimentos de consultas, atendendo as demandas da secretaria de Saúde do Município de Catingueira-PB.**

2. *A Secretaria de saúde requerer a contratação, por meio de credenciamento, para contratar empresas especializadas do ramo de atividade medica, com a finalidade de prestar serviços consultas especializadas, consoante consta do edital de credenciamento.*

3. O procedimento administrativo vem esmiuçar requisitos e ponderações a respeito da celebração de contrato, especificamente a secretaria de Saude, com fulcro no art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

4. Para a verificação da legalidade e regularidade desta contratação, antes da sua contratação, solicitou parecer desta assessoria jurídica o agente de contratação.

5. Aponto o recebimento dos autos da inexigibilidade, os seguintes:

- a) Demanda da secretaria de Saúde;
- b) Termo de Referencia;

André Alexandre do Nascimento  
Advogado  
OAB/PB 26301



- c) Justificativa do preços de mercado;
- d) Disponibilidade orçamentaria
- e) Autorização do gestor municipal;
- f) Protocolo e e Atuação;
- g) Minuta de contrato;
- h) Exposição dos motivos;
- i) Quadro de demonstração de preços.
- j) Aprovação da autoridade competente.

6. É o relatório, passo a opinar.

## II. DA ANÁLISE JURÍDICA

7. Preliminarmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação limitar-se-á à elementos estritamente jurídica ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto à outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

8. O parecer jurídico é de orientação obrigatória, mas de conclusão meramente opinativa, de modo que as orientações apresentadas não vinculam o gestor, que pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da exarada pela assessoria jurídica. Restando à assessoria jurídica deste órgão apenas a análise da questão sob o prisma da juridicidade.

9. Cumpre salientar que esta Assessoria Jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnicos-administrativa. Além disso, este parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do gestor.

10. A emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir



opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

11. Portanto, passa-se à análise dos aspectos relacionados às orientações jurídicas ora perquiridas.

12. A Constituição Federal de 1988, em capítulo reservado aos Princípios Gerais da Atividade Econômica, notadamente em seu art. 175, condicionou a prestação de serviços públicos à realização de prévio procedimento licitatório.

13. De outro lado, a própria Carta Magna, em capítulo destinado à Administração Pública, ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem a necessidade de tal procedimento, conforme se depreende do inciso XXI do art. 37, abaixo transcrito:

Art. 37.

[...]

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

14. A referida Lei nº 14.133/2021, excepcionou, em seu art. 74, inciso V, a regra para a presente Licitação por procedimento de inexigibilidade, ora em razão de situações de flagrante excepcionalidade, onde a licitação, em tese, seria possível, entretanto, pela particularidade do caso, o interesse público a julgaria inconveniente, como é o caso da presente inexigibilidade, tendo em vista a particularidades dos serviços almejado pela secretaria em questão, vejamos:

André Alexandre do Nascimento  
Advogado  
OAB/PB 26301



**Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

15. Para Rodrigo Bordalo Rodrigues<sup>1</sup>, em sua obra intitulada Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, apresenta o credenciamento da seguinte forma:

A Lei n. 14.133/2021 define o credenciamento da seguinte forma: “processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.”

Outrossim, a nova lei dispõe sobre as situações que autorizam o manuseio do credenciamento. A primeira diz respeito à hipótese clássica, atinente à contratação “paralela e não excludente”, ou seja, a Administração realiza contratações simultâneas, em condições padronizadas, desde que haja viabilidade e vantajosidade. A segunda refere-se à “seleção a critérios de terceiros”, em que a seleção do contratado fica a cargo do beneficiário direto da prestação. Já a terceira detém relação com os “mercados fluidos”: situação em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção do agente por meio de processo de licitação.

16. Sobre a hipótese de credenciamento, o Professor Alexandre Mazza<sup>3</sup>, em seu livro cita da seguinte forma:

O credenciamento é o processo administrativo de chamamento de interessados em prestar serviços ou fornecer bens para a Administração. Todavia, no credenciamento não há disputa, já que todos os interessados, preenchendo os requisitos previstos no ato de convocação, podem ser chamados a executar o objeto (art. 6º, XLIII). Ao contrário dos ritos competitivos, serão credenciados diversos fornecedores a fim de que, surgindo a necessidade, sejam chamados para a prestação.

17. Pois bem, após a juntada da documentação pertinente, **a equipe de licitação**, manifestando-se pela concordância e atendimento dos requisitos abordados pela Lei nº

André Alexandre de Mello  
Advogado  
OAB/SP 26304



14.133/2021.

18. Com efeito, percebe-se que o objeto da presente contratação não se trata de um serviço geral, onde qualquer sistema satisfaria a demanda da secretaria interessada.

19. Por fim, a contratação específica tem o caminho de celebrar contratação direta, dadas as particularidades do interesse público nesse caso específico.

### III. CONCLUSÃO:

20. *Ex positis*, com fulcro nas disposições normativas pertinentes, esta Assessoria manifesta-se pela legalidade do processo administrativo em análise, **OPINANDO** pela possibilidade da Celebração da contratação direta com as licitantes: CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA, CNPJ: 18.947.253/0001-32; ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA, CNPJ 32.227.914/0001-86; ANA PAULA DE SOUZA CRISPIM REMIGIO LTDA, CNPJ: 01.101954/0001-53, ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ: 10.714599/0001-89, ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA, CNPJ 50.354.616/0001-39.

21. Por fim, deverá o setor de licitação informar o procedimento no portal do gestor do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, em até o décimo dia do mês seguinte a sua elaboração, nos termo da Resolução Normativa nº 08/201/3-TCE/PB.

**É o parecer, salvo melhor juízo.**

Catingueira -PB, 28 de março de 2025.

André Alexandre do Nascimento  
 Advogado  
 OAB/PB 25301

  
**SANTOS & NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
 Assessoria Jurídica





**GABINETE DO PREFEITO**

REFERENTE: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXPEDIENTE: AUTORIZAÇÃO

DEMANDA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO LEI 14.133/21,

ANEXO: SOLICITAÇÃO CORRESPONDENTE DEVIDAMENTE INSTRUÍDA COM A APROVAÇÃO

TERMO DE REFERENCIA (TR) E A JUSTIFICATIVA. PARA A NECESSIDADE DA REQUERIDA.

**DESPACHO**

AUTORIZO a realização do procedimento de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21, objetivando: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, COM O INTUITO DE POSTERIOR CONTRATAÇÃO, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB.

Destaca-se que o referido certame, conforme evidenciado na etapa inicial do processo, será regido pela seguinte regra:

**Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

Conforme informação do setor responsável existe disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, inclusive restou devidamente demonstrada a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

Fica o Termo de Referência em tela aprovado na forma como se apresenta.

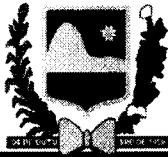
**Termo de Referência aprovado - Art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/21:**

*"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:"*

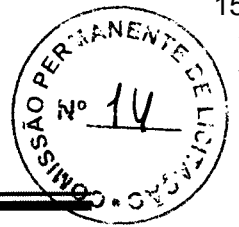
...  
*"XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:"*

*O referido Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequado, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.*





ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



15

Remeta-se a solicitação em tela, instruída de todas as informações e elementos correspondentes inclusive com a justificativa para a necessidade da demanda requerida, à Comissão de Contratação deste órgão, para a formalização do referido processo de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação. CREDENCIAMENTO 002/2025.

Catingueira - PB, 26 de março de 2025.

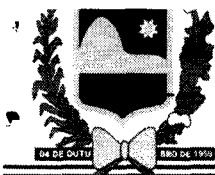
SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:02793958417

Assinado de forma digital por  
SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.03.26 08:39:59 -03'00'

Prefeitura Municipal de Catingueira  
Suélio Felix de Alencar  
Prefeito constitucional

Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro, Catingueira-PB - CEP: 58715-000  
Site: [www.catingueira.pb.gov.br](http://www.catingueira.pb.gov.br) | E-mail: [prefeitura@cingueira.pb.gov.br](mailto:prefeitura@cingueira.pb.gov.br)





VALOR DE REFERÊNCIA: Consulta de mercado

## 1.0. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente solicitação é o **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas, com o intuito de posterior contratação, mediante apresentação de documentação necessária, para a prestação de **serviços médicos especializados** em consultas, com a finalidade de atender às demandas da **Secretaria de Saúde do Município de Catingueira-PB**.

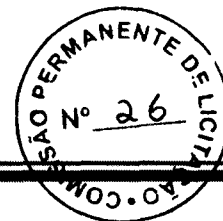
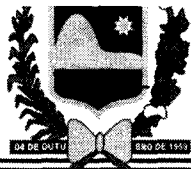
## 2.0. DA CONSULTA DE MERCADO

2.1. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros de aferição do melhor preço através de consulta aos fornecedores que atuam no mesmo ramo pertinente.

2.2. Mês que serviu de base para elaboração da referida consulta: janeiro de 2025.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MÉDIA	TOTAL
1	Consultas especializadas na área de CARDIOLOGIA, para atendimento a pacientes do município.	Consulta	500	R\$ 250,88	R\$ 125.440,00
2	Consultas especializadas na área de NEUROLOGIA para atendimento a pacientes do município	Consulta	300	R\$ 239,73	R\$ 71.919,00
3	Consultas especializadas na área de PSIQUIATRIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	200	R\$ 225,58	R\$ 45.116,00
4	Consultas especializadas na área de UROLOGIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	600	R\$ 230,00	R\$ 138.000,00
5	Consultas especializadas na área de ENDOCRINOLOGISTA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	400	R\$ 230,38	R\$ 92.152,00
6	Consultas especializadas na área de OTORRINOLARINGOLOGISTA para atendimento a pacientes do município	Consulta	300	R\$ 233,51	R\$ 70.053,00
7	Consultas especializadas na área de OFTALMOLOGISTA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	500	R\$ 190,00	R\$ 95.000,00
8	Consultas especializadas na área de GERIATRIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	200	R\$ 182,50	R\$ 36.500,00
9	Consultas especializadas na área de PNEUMOLOGIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	200	R\$ 237,33	R\$ 47.466,00
10	Consultas especializadas na área de GASTROENTEROLOGISTA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	250	R\$ 188,21	R\$ 47.052,50
11	Consultas especializadas na área de MASTOLOGIA para atendimento a pacientes do município	Consulta	400	R\$ 191,32	R\$ 76.528,00
12	Consultas especializadas na área de DERMATOLOGIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	480	R\$ 258,00	R\$ 123.840,00
13	Consultas especializadas na área de REUMATOLOGIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	250	R\$ 207,63	R\$ 51.907,50
14	Consultas especializadas na área de ANGIOLOGISTA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	300	R\$ 220,28	R\$ 66.084,00
15	Consultas especializadas na área de GINECOLOGISTA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	300	R\$ 210,19	R\$ 63.057,00
16	Consultas especializadas na área de ORTOPEDISTA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	500	R\$ 250,00	R\$ 125.000,00
17	Consultas especializadas na área de PEDIATRIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	300	R\$ 216,67	R\$ 65.001,00
				<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.340.116,00</b>





### 3.0. DO VALOR

3.1. A estimativa preliminar total é equivalente a **R\$ 1.340.116,00 (um milhão e trezentos e quarenta mil e cento e dezesseis reais)**.

3.2- Os preços unitários acima referidos são inalteráveis e incluem todos os custos, diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, civis, fiscais e tributários, e constituem a única remuneração do CONTRATADO pela execução dos serviços elencados.

3.3- A Prestação de serviço se dará por plantão, conforme escala da secretaria requisitante, sendo o contratado avisado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

3.4- Os serviços serão executados no centro de especialidade medica do município e nas condições previamente definidas entre a Secretaria de Saúde e o CREDENCIADO.

3.5- O (a) Contratado (a) deverá executar os serviços de acordo com as Normas Técnicas, isentando o Município de qualquer responsabilidade por serviços prestados em desacordo com tais Normas. – O contratado se torna responsável pelos serviços prestados.

3.6- Deverá manter profissional (is) suficiente (s) para a plena, perfeita e completa execução do serviço solicitado.

3.7- Caberá ao Gestor da Secretaria contratante acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

### 4.0. DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1- A responsabilidade das empresas contratadas, em função da complexidade dos serviços de saúde:

a)- Os serviços especializados Médico serão prestados no município de Catingueira, conforme demanda, em horários de expediente da secretaria de saúde, por profissionais Médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina - CRM.

b)- Sob esta condição os profissionais de Saúde que prestam o serviço não têm vínculo empregatício ao município.

c)- Secretaria Municipal de Saúde, que segundo os critérios de competência e complexidade, bem como fluxo da demanda, aprovará, de acordo com os profissionais médicos indicados pelas proponentes, no ato da convocação para prestação dos serviços, um cronograma mensal de atendimento, mediante demanda dos usuários, contendo os dias e horários das consultas.

d)- A responsabilidade pela elaboração dos requerimentos de demandas ficará sob responsabilidade da Secretaria de Saúde, visando responder por todos os serviços médicos.

e)- A empresa contratada fica responsável pela execução do cronograma dos serviços médicos especializados, prestados pelos seus colaboradores, sendo que este deverá ser cumprido rigorosamente pelos profissionais indicados pela contratada.

f)- O local a ser prestado os serviços será de responsabilidade de secretaria de Saúde.

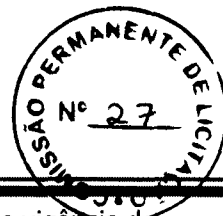
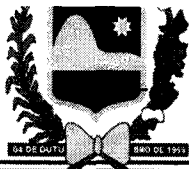
g)- A empresa contratada será receberá exclusivamente pelos serviços realizados, devidamente atestado pela Secretaria Municipal de Saúde, com ratificação da fatura pelo Fiscal de cada contrato, e o pagamento do faturamento será creditado diretamente na conta cadastrada fornecida pelo prestador de serviço, sujeito à glosa de valores se comprovada a inexecução contratual.

h)- O acompanhamento da execução dos serviços credenciados será acompanhado por servidores designados pela Secretaria de saúde, podendo ser acompanhado por Técnicos da área bem como integrantes do Conselho Municipal de Saúde.

i)- A qualquer momento durante a execução dos serviços, as informações relativas aos serviços ofertados e à capacidade instalada serão verificadas in loco através de vistoria a ser realizada por equipe designada pelo Contratante, a realizar-se-á após a verificação da documentação, sendo passível de descredenciamento, quando constatado que as mesmas não atendem ao Edital.

j)- Quando da necessidade de solicitações de métodos auxiliares de diagnóstico, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, procedimentos terapêuticos especiais, a credenciada se compromete a seguir fluxos e protocolos estabelecidos pelo gestor municipal.



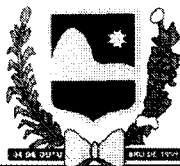


- k)- A credenciada se obriga a zelar pela qualidade dos serviços prestados. Se, no decorrer da vigência do contrato, ficar comprovada a má qualidade na prestação dos serviços, fica obrigada a credenciada a refazê-los, sem qualquer custo adicional, sem prejuízo das demais penalidades aplicadas.
- l)- A interrupção do atendimento por iniciativa da credenciada sem motivo justificado será considerada como abandono, sujeitando-a as penalidades previstas em Lei e neste Edital.
- m)- É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte das credenciadas a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos indicados pelo Gestor Municipal, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie, bem como cobrança de depósito e/ou caução de qualquer natureza pelos serviços solicitados e/ou prestados ao usuário do Município, e ainda a indicação de quaisquer serviços privados da assistência complementar ou suplementar à saúde ao usuário.

Catingueira-PB, 04 de fevereiro de 2025.

  
ÂNGELA FELIX DE ALENCAR  
Secretária Municipal de Saúde





**DOCUMENTAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD**

**ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO  
SUELIO FELIX DE ALENCAR

Atendendo à devida solicitação do setor de contratação deste município, solicitamos a autorização para proceder com a contratação direta, por meio de Inexigibilidade de Licitação, conforme disposto no Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21, originada do credenciamento 002/2025.

**OBJETO:** é o Credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de Saúde do Município de Catingueira-PB.

**Justificativa para a Necessidade da Solicitação:**

A contratação direta por inexigibilidade identifica a necessidade de contratação de serviços médicos especializados por meio do credenciamento de pessoas jurídicas. Essa ação visa suprir a crescente demanda de consultas médicas especializadas, fundamentais para o bom funcionamento da rede pública de saúde e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. A escolha justifica-se pela busca de soluções ágeis e eficazes para a contratação de serviços médicos especializados. Ao permitir que as pessoas jurídicas se credenciem, a Secretaria poderá realizar contratações conforme a demanda, sem a necessidade de um processo licitatório a cada novo atendimento, o que resulta em uma maior celeridade e flexibilidade na contratação de serviços, adequando-se às urgências da saúde pública do nosso município.

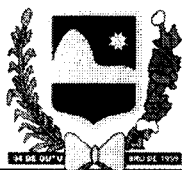
Por fim, o processo de credenciamento se alinha aos princípios da legalidade, transparência, e eficiência, sendo uma alternativa administrativa que visa garantir o direito à saúde da população, respeitando os limites orçamentários e proporcionando maior eficiência na execução das políticas públicas de saúde.

**Credenciados e valores.**

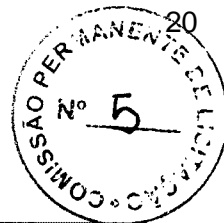
A documentação de habilitação, e oferta de serviços, contidos no Envelope nº 01 foram protocolados pelos proponentes, em conformidade com as exigências do edital e da legislação vigente. A decisão foi pela habilitação dos credenciados, e os respectivos valores são os seguintes:

- 1- ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA, CNPJ 50.354.616/0001-39, **vencendo no item 01 com o valor estimado de R\$ 125.440,00 (cento e vinte e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais),**
- 2- CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA, CNPJ: 18.947.253/0001-32, **vencendo no item 10 com o valor estimado de R\$ 47.052,50**





ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



- (quarenta e sete mil e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos),
- 3- ANA PAULA DE SOUZA CRISPIM REMIGIO LTDA, CNPJ: 01.101954/0001-53, **vencendo no item 12 com o valor estimado de R\$ 123.840,00 (cento e vinte e três mil e oitocentos e quarenta reais),**
  - 4- ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA, CNPJ 32.227.914/0001-86. **Vencendo no item 13 com o valor estimado de R\$ 51.907,50 (cinquenta e um mil e novecentos e sete reais e cinquenta centavos),**
  - 5- ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA inscrita no CNPJ-10.714.599/0001-89, **vencendo no item 16 com o valor estimado de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)**

Tendo esta inexigibilidade o Valor global: R\$ 473.240,00 (quatrocentos e setenta e três mil duzentos e quarenta reais).

Certos de sua compreensão e atendimento, aguardamos a devida autorização para prosseguir com as providências necessárias.

Atenciosamente,

Catingueira-PB, 25 de março de 2025.

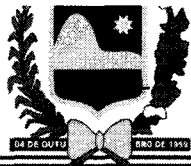
Ângela Felix de Alencar Gomes

Ângela Felix de Alencar Gomes

Secretaria de Saúde

Prefeitura Municipal de Catingueira-PB





PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB  
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

### 1. Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

### 2. Objeto

O objeto deste estudo técnico é **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO, MEDIANTE DOCUMENTAÇÃO, DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA PROCEDIMENTOS DE CONSULTAS, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, conforme especificações detalhadas em anexo.

### 3. Necessidade da Contratação

3.1. A necessidade da contratação por meio do **credenciamento de pessoas jurídicas** se justifica pela demanda crescente de serviços médicos especializados no município de Catingueira-PB, que visam atender às necessidades de saúde da população. Atualmente, a Secretaria Municipal de Saúde não possui recursos humanos suficientes para a prestação desses serviços médicos especializados, como consultas específicas, o que demanda a busca de soluções externas para garantir a cobertura adequada e a continuidade do atendimento à população.

3.2. O **credenciamento de pessoas jurídicas** visa garantir a prestação de serviços médicos especializados, de forma ágil e eficiente, para atender as diversas demandas da população, priorizando a qualidade no atendimento e o cumprimento das normas sanitárias e legais estabelecidas. Com isso, o município poderá firmar contratos com as empresas credenciadas, que apresentarão os profissionais qualificados para realizar os procedimentos médicos, sem que seja necessário realizar um processo licitatório para cada demanda.

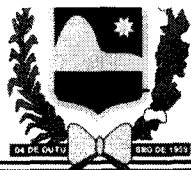
3.3. Essa modalidade de contratação, prevista na Lei nº 14.133/2021, busca garantir a eficiência na execução dos serviços médicos especializados, tendo em vista a complexidade e a especificidade dos atendimentos exigidos. O credenciamento, por sua vez, possibilita a seleção de prestadores de serviços habilitados, cumprindo com os requisitos legais e administrativos para assegurar que as necessidades de saúde da população sejam atendidas de forma eficaz e dentro do prazo necessário.

Portanto, a contratação por credenciamento é essencial para garantir a continuidade dos atendimentos médicos especializados e a ampliação da capacidade de atendimento à população, com a qualidade e eficiência exigidas pela Secretaria de Saúde de Catingueira-PB.

### 4. Requisitos da contratação

As características e especificações do objeto da referida contratação são:





ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.
1	Consultas especializadas na área de CARDIOLOGIA, para atendimento a pacientes do município.	Consulta	500
2	Consultas especializadas na área de NEUROLOGIA para atendimento a pacientes do município	Consulta	300
3	Consultas especializadas na área de PSIQUIATRIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	200
4	Consultas especializadas na área de UROLOGIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	600
5	Consultas especializadas na área de ENDOCRINOLOGISTA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	400
6	Consultas especializadas na área de OTORRINOLARINGOLOGISTA para atendimento a pacientes do município	Consulta	300
7	Consultas especializadas na área de OFTALMOLOGISTA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	500
8	Consultas especializadas na área de GERIATRIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	200
9	Consultas especializadas na área de PNEUMOLOGIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	200
10	Consultas especializadas na área de GASTROENTEROLOGISTA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	250
11	Consultas especializadas na área de MASTOLOGIA para atendimento a pacientes do município	Consulta	400
12	Consultas especializadas na área de DERMATOLOGIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	480
13	Consultas especializadas na área de REUMATOLOGIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	250
14	Consultas especializadas na área de ANGIOLOGISTA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	300
15	Consultas especializadas na área de GINECOLOGISTA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	300
16	Consultas especializadas na área de ORTOPEDISTA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	500
17	Consultas especializadas na área de PEDIATRIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	300

#### 6. Prazo de execução:

**Início:** Imediato à assinatura

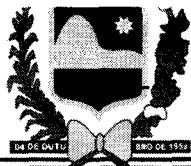
**Conclusão:** 12 (doze) meses

**Vigência:** Até 31/12/2025, com possibilidade de prorrogação conforme os Artigos 105 a 114 da Lei 14.133/21.

A contratação estará em conformidade com a Lei 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações pertinentes, considerando as alterações subsequentes. A contratação deve possuir previsão orçamentária e financeira compatível com o orçamento vigente.

A contratação do serviço, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente considerada as alterações posteriores das referidas normas. Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e





compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

## 6. Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do serviço

O adequado equilíbrio entre a demanda requerida e a dimensão da correspondente contratação é fundamental para o seu planejamento e execução, notadamente com o intuito de reduzir ou, até mesmo, de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou, ainda, a necessidade da realização de novo certame, com consequente perda de economia de escala.

O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

## 7. Levantamento de mercado

7.1. Foi realizado um levantamento entre clínicas e profissionais médicos especializados nas áreas necessárias, atuantes no município ou em cidades vizinhas. O levantamento incluiu hospitais, consultórios privados, clínicas de diagnóstico e outros prestadores que atendem aos requisitos legais e técnicos exigidos para a execução dos serviços.

7.2. O levantamento incluiu consultas aos valores cobrados por prestadores de serviços médicos especializados em consultas, considerando o valor médio das consultas nas diversas especialidades demandadas pela população de Catingueira. Também foram consideradas as práticas de mercado para a contratação de serviços médicos especializados por meio de credenciamento em outras prefeituras e municípios da região, de forma a obter uma estimativa realista dos custos envolvidos.

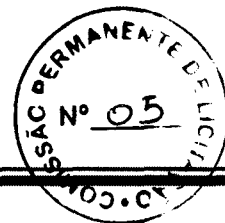
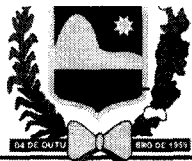
7.3. O levantamento também considerou a qualificação técnica das empresas e profissionais disponíveis no mercado, verificando sua experiência, capacidade de atendimento, infraestrutura e adequação às exigências legais e sanitárias para a execução dos serviços médicos. Essa análise garantiu que as empresas identificadas estejam aptas a oferecer os serviços conforme a demanda da Secretaria de Saúde de Catingueira-PB.

7.4. A pesquisa de mercado considerou a capacidade de atendimento de cada prestador de serviços, levando em conta o número de consultas e atendimentos realizados mensalmente, a agilidade no atendimento e a infraestrutura necessária para garantir a qualidade do serviço prestado.

7.5. Também foi verificada a disponibilidade dos prestadores para iniciar os serviços dentro do prazo necessário para atender à demanda imediata da Secretaria de Saúde.

A partir desse levantamento de mercado, foi possível estimar o valor médio das contratações para o credenciamento, considerando os custos reais de mercado e os valores praticados para garantir um atendimento médico especializado de qualidade. Isso permitirá à Prefeitura de Catingueira firmar os contratos com os prestadores mais adequados, levando em consideração os parâmetros de preço e qualidade, conforme as necessidades da população.





#### 8. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

A escolha do **credenciamento de pessoas jurídicas** para a **prestação de serviços médicos especializados em consultas** foi determinada pela necessidade de atender de maneira ágil, eficaz e legal às demandas de saúde da população de Catingueira-PB, com o fornecimento de serviços médicos nas áreas especializadas. O processo de credenciamento foi selecionado como a solução mais adequada para o município pelas seguintes razões: A Secretaria de Saúde do Município de Catingueira-PB tem enfrentado um aumento considerável na demanda por serviços médicos especializados, como consultas em diversas áreas da medicina. O credenciamento permite a contratação de profissionais qualificados e especializados em diferentes áreas médicas, com flexibilidade para atender a uma gama diversificada de necessidades de saúde. O processo de credenciamento está em conformidade com a **Lei nº 14.133/21**, que estabelece os procedimentos e requisitos para contratações públicas, e com os princípios que regem a administração pública, como a **impeccabilidade, moralidade, publicidade e eficiência**. Além disso, a utilização do credenciamento como modalidade de contratação está em conformidade com o artigo 74, inciso V, da Lei nº 14.133/21, que permite essa modalidade quando a contratação direta for a única alternativa viável para atender à demanda.

Dessa forma, o credenciamento de pessoas jurídicas para a contratação de serviços médicos especializados em consultas é a solução mais adequada e eficiente para atender às necessidades urgentes e específicas da população de Catingueira-PB, alinhando-se com a legislação vigente e garantindo a continuidade dos serviços essenciais de saúde com a qualidade e agilidade exigidas.

#### 9. Estimativas preliminares dos preços

A estimativa de preços foi realizada com base nas condições do mercado local, levando em consideração a demanda e a natureza dos serviços médicos especializados necessários. Esses valores podem variar conforme a negociação com as empresas ou profissionais credenciados, mas fornecem uma base para o planejamento orçamentário e a alocação de recursos para a execução do credenciamento.

Através deste levantamento, busca-se garantir a contratação de serviços médicos especializados a preços justos, viabilizando a continuidade do atendimento à população de Catingueira-PB, atendendo às necessidades de saúde com qualidade e eficiência.

#### 10. Descrição da solução como um todo

A solução proposta visa à contratação de **pessoas jurídicas** para a **prestação de serviços médicos especializados para consultas** no município de **Catingueira-PB**, por meio de **credenciamento**. O objetivo é atender às demandas da **Secretaria de Saúde do Município**, oferecendo suporte médico especializado à população local.

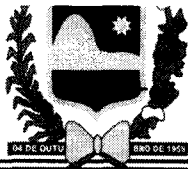
#### 11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

A **execução de forma única e contínua** permite um **controle orçamentário mais eficaz**, facilitando o acompanhamento dos serviços prestados e garantindo que o pagamento seja









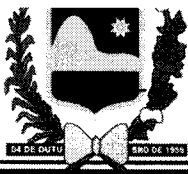
O modelo de **credenciamento** foi escolhido por ser o mais adequado para a situação do município, pois possibilita a contratação de prestadores de serviços médicos especializados conforme a necessidade de demanda, sem a exigência de um processo licitatório formal, conforme previsto na **Lei 14.133/21**, que rege a contratação de serviços mediante **inexigibilidade de licitação**. Esse modelo permite maior flexibilidade e agilidade na contratação, além de facilitar a prestação de contas e garantir que os serviços atendam aos critérios técnicos exigidos pela Secretaria de Saúde.

Catingueira PB, 03 de fevereiro de 2025.



ANGELA FELIX DE ALENCAR  
Secretaria de Saúde  
Prefeitura Municipal de Catingueira-PB





DOCUMENTAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ofício Nº \_\_\_\_ 2025

**Assunto: Solicitação de contratação serviços.**

**Senhor Prefeito,**  
Suélio Félix de Alencar

Venho através desta, solicitar que seja autorizado o setor de Licitação, tomar medidas necessárias para realização de procedimento licitatório, na modalidade exigida pela legislação pertinente, para: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO, MEDIANTE DOCUMENTAÇÃO, DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA PROCEDIMENTOS DE CONSULTAS, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB, conforme especificações em anexo.

**Justificativa para a necessidade da solicitação:**

Considerando a necessidade de melhorar a qualidade, dos serviços de saúde do nosso município. Visto que a contratação na modalidade credenciamento se faz viável ante a inviabilidade de competição, também, visto que a remuneração por valores será previamente tabelada pela Secretaria Municipal de Saúde e que tal credenciamento atenderá a todos os interessados para fins de atendimento à demanda dos serviços já elencados.

Os pagamentos serão efetuados conforme prestação dos serviços segue em anexo as especificações detalhadas dos serviços.

Certos de contarmos com imediata aprovação desta solicitação pela sua total relevância e pertinência, ficamos a inteira disposição para maiores informações e demais esclarecimentos que forem julgados necessários.

Sem mais para o momento.

Respeitosamente,

Catingueira – PB, 03 de fevereiro de 2025.

  
ANGELA FELIX DE ALENCAR  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE





**PROTOCOLO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00034/2025

REFERENTE: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO/  
CREDENCIAMENTO 002/2025.

Realização do referido procedimento de contratação direta.

**Origem:** Secretaria da Saúde.

**Objeto:** O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, COM O INTUITO DE POSTERIOR CONTRATAÇÃO, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB.

**CREDENCIADOS:**

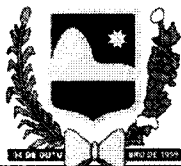
- 1- ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA, CNPJ 50.354.616/0001-39, **vencendo no item 01 com o valor estimado de R\$ 125.440,00 (cento e vinte e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais),**
- 2- CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA, CNPJ: 18.947.253/0001-32, **vencendo no item 10 com o valor estimado de R\$ 47.052,50 (quarenta e sete mil e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos),**
- 3- ANA PAULA DE SOUZA CRISPIM REMIGIO LTDA, CNPJ: 01.101954/0001-53, **vencendo no item 12 com o valor estimado de R\$ 123.840,00 (cento e vinte e três mil e oitocentos e quarenta reais),**
- 4- ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA, CNPJ 32.227.914/0001-86. **Vencendo no item 13 com o valor estimado de R\$ 51.907,50 (cinquenta e um mil e novecentos e sete reais e cinquenta centavos),**
- 5- ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA inscrita no CNPJ-10.714.599/0001-89, **vencendo no item 16 com o valor estimado de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)**

Tendo esta inexigibilidade o Valor global: R\$ 473.240,00 (quatrocentos e setenta e três mil duzentos e quarenta reais).

**Fundamentação:** Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinentes consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

**Protocolo:** Observadas as disposições legais, bem como os elementos que instruem os autos, em especial a justificativa para a necessidade da demanda requerida e principalmente a devida autorização para formalização da referida contratação direta por Inexigibilidade de Licitação,





nos termos do Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21, este Órgão de Contratação protocolou o processo em tela:

**INEXIGIBILIDADE Nº 0011/2025**

**- FONTE DE RECURSO:**

As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o ano em exercício, por conta da dotação:

06.000 SECRETARIA DE SAÚDE

10 301 1009 2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1009 2013 COFINANCIAMENTO DO BLOCO DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 301 1009 2015 BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS DA SAÚDE À ATENÇÃO PRIMÁRIA – APS

10 302 1009 2017 COFINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE SAMU/ MAC – FUS

10 301 1009 2024 INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA NO SUS

10 301 1009 2061 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

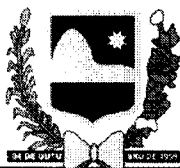
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Catingueira - PB, 27 de março de 2025.

Rosineide M de Freitas  
ROSINEIDE MARTINS DE FREITAS  
Agente de Contratação

Rosineide Martins de Freitas  
Prefeitura Municipal de Catingueira  
Setor de Licitação  
Agente de Contratação





**SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTOS**

REFERENTE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE /CREDENCIAMENTO DE ESPECIALIDADE MÉDICA

**DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Realização do referido processo de contratação:

**Objeto:** CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, com o intuito de posterior contratação, mediante apresentação de documentação necessária, para a prestação de serviços médicos especializados em consultas, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria de Saúde do Município de Catingueira-PB.

**DECLARAÇÃO**

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o exercício de 2025 na classificação abaixo:

06.000 SECRETARIA DE SAÚDE

10 301 1009 2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1009 2013 COFINANCIAMENTO DO BLOCO DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 301 1009 2015 BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS DA SAÚDE À ATENÇÃO PRIMÁRIA – APS

10 302 1009 2017 COFINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE SAMU/ MAC – FUS

10 301 1009 2024 INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA NO SUS

10 301 1009 2061 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Catingueira - PB, 26 março de 2025.

**TARDEILIO PEREIRA PIRES**  
SECRETARIO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO





## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 14/04/2025 às 15:31:48 foi protocolizado o documento sob o Nº 48471/25 da subcategoria Licitações , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Catingueira, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Wanderley Oliveira Lopes.

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Catingueira

Número da Licitação: 00011/2025

Órgão de Publicação: Diário Oficial do Estado

Data de Homologação: 28/03/2025

Responsável pela Homologação: Prefeitura Municipal de Catingueira

Modalidade: Inexigibilidade (Lei Nº 14.133/2021)

Tipo do Objeto: Compras e Serviços

Tipo de Compra ou Serviço: Outros

Valor: R\$ 473.240,00

Fontes de Recursos: Operações de Crédito vinculadas à Saúde (634), Outros Recursos Vinculados à Saúde (659).

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA POSTERIOR Contratação, MEDIANTE Documentação, DE Serviços MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA PROCEDIMENTOS DE CONSULTAS, .ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CATINGUEIRA-PB.

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 4

Proposta 1 - Valor da Proposta: R\$ 123.840,00

Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): Ana Paula de Souza Crispim Remigio - Me

Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 01.101.954/0001-53

Proposta 1 - Situação: Vencedora

Proposta 2 - Valor da Proposta: R\$ 47.052,50

Proposta 2 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): Clinica Medica Especializada em Endoscopia Avancada Ltda

Proposta 2 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 18.947.253/0001-32

Proposta 2 - Situação: Vencedora

Proposta 3 - Valor da Proposta: R\$ 125.440,00

Proposta 3 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): Oncocardio Ambulatorio Ltda

Proposta 3 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 50.354.616/0001-39

Proposta 3 - Situação: Vencedora

Proposta 4 - Valor da Proposta: R\$ 125.000,00

Proposta 4 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): Ortomed Clinica Especializada Eireli

Proposta 4 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 10.714.599/0001-89

Proposta 4 - Situação: Vencedora

Proposta 5 - Valor da Proposta: R\$ 51.907,50

Proposta 5 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): Andre Luiz de Oliveira Silva Eireli

Proposta 5 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 32.227.914/0001-86

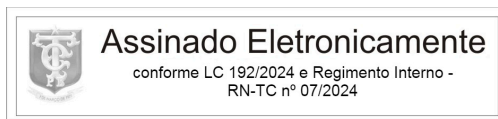
Proposta 5 - Situação: Vencedora

Documento	Informado?	Autenticação
Análise jurídica da contratação	Sim	2dbe39547ea48014dcde8432e7ae7947
Autorização da autoridade competente	Sim	0457b940eec6571a4e80f171bfd35adb
Estimativa da despesa	Sim	3c363a43003ac5a3532f6a8601d14357
Estudo Técnico Preliminar	Não	



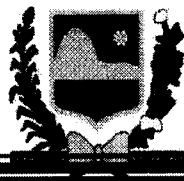
Documento	Informado?	Autenticação
Formalização de demanda	Sim	559d619c5020d7ed524008963a82ebda
Justificativa de preço	Sim	69acced0a08e6c70d849a428a887b01b
Justificativa para a escolha do contratado	Sim	c617a818ec1709545164f0e0cac785b5
Previsão Orçamentária	Sim	15d8d9aca23bff93dade6efa05b6b2a4
Proposta 1 - Proposta e Anexos - Ana Paula de Souza Crispim Remigio - Me	Sim	62952b944dda0d534ec40af9958ae905
Proposta 2 - Proposta e Anexos - Clínica Medica Especializada em Endoscopia Avancada Ltda	Sim	03464941bcda36d652ccfaadc11a4298
Proposta 3 - Proposta e Anexos - Oncocardio Ambulatorio Ltda	Sim	ef8a6c8a673f941d71b76d11e3d354c4
Proposta 4 - Proposta e Anexos - Ortomed Clinica Especializada Eireli	Sim	e743b1285765912b8e67e003a43fd197
Proposta 5 - Proposta e Anexos - Andre Luiz de Oliveira Silva Eireli	Sim	0ba0b77b1e3ee32fbfd03ae448c50723

**João Pessoa, 14 de Abril de 2025**



**Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PMC/SMS.

CONTRATO Nº 01.00109/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025  
INEXIGIBILIDADE Nº 0011/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE SE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA E ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA CNPJ/CPF Nº 50.354.616/0001-39.

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA, ESTADO DA PARAÍBA, CNPJ nº 08.885.287/0001-96, com sede na Rua Inácio Felix de Oliveira, s/n, Centro, Cattingueira/PB, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SUELIO FÉLIX DE ALANCAR**, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 027.939.584-17 e RG de nº 58705818-8 SSP/SP, infra-assinada doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado à empresa **ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA** CNPJ/CPF Nº 50.354.616/0001-39. Com sede na Rua. Bossuet Wanderley, Nº 257, Sala 02, Bairro, Brasília, Município Patos Estado Paraíba, medico especialista o Dr **LUCAS XAVIER FREITAS** portador do CPF nº947.824.073-00 e RG 8.933.515 SSP/PA, CRM Nº 12134/PB, residente a Avenida Barão do Rio Branco, nº 676, APT 101, Bairro Brasília, Patos PB, denominada CONTRATADA, em conformidade com o **EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 002/2025, INEXIGIBILIDADE 00011/2025** com base no art. 74, inciso IV caput da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

O objeto do presente Contrato é CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO, MEDIANTE DOCUMENTAÇÃO, DOS SERVIÇOS ESPECIALIDADE MÉDICAS EM CONSULTAS ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB Conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor Total
01	Consultas especializadas na área de CARDIOLOGIA para atendimento a pacientes do município.	Consulta	500	R\$ 250,88	R\$ 125.440,00
VALOR GLOBAL:					R\$ 125.440,00

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços serão prestados nos dias, locais e no horário designado. Pela Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**

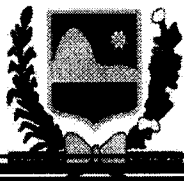
SUELIO FELIX DE

ALENCAR:02793958417

Assinado de forma digital por  
SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 12:34:19 -03'00'

Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro, Cattingueira-PB - CEP: 58715-000  
Site: www.catingueira.pb.gov.br | E-mail: prefeitura@catingueira.pb.gov.br





- 2.1. O prazo de vigência da contratação é até 31/12/2025, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**  
(art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no termo de referência, anexo a este Contrato.

**MATRIZ DE RISCO:**

3.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

- a) Impedimento Municipal para execução;
- b) Custos e prazos incorretos e erros no valor e prazo dos serviços;
- c) Eventos devido a força maior ou caso fortuito, não seguráveis que prejudiquem a continuidade dos serviços
- d) Mudança de legislação, regulamentação ou tributárias;
- e) Vícios verificados nos serviços

3.3 Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

- a) Prejuízos causados a terceiros pela contratada ou seus subcontratados;
- b) Eventos devido a força maior ou caso fortuito, seguráveis que prejudiquem a continuidade dos serviços;
- c) Prejuízos decorrentes de erros na realização dos serviços verificados pela fiscalização, acabamentos e utilização de materiais inadequados ou fora das especificações;
- d) Atrasos com pagamento decorrido de insuficiência de recursos financeiros;
- k) Mudança de legislação, regulamentação ou tributárias;
- l) Rescisão contratual ou quebra do contrato por problemas diversos;
- m) Anulação do contrato por natureza diversa;
- n) Riscos ambientais e atrasos causados por ação de órgãos fiscalizadores;
- o) Constituem riscos a serem assumidos pela contratante, com reequilíbrio econômico-financeiro;
- p) Constituem riscos a serem assumidos pela contratante e pela contratada;

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços.

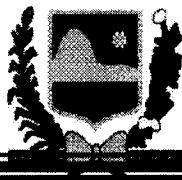
**CLÁUSULA QUINTA – VALOR**

SUELIO FELIX DE

ALENCAR:02793958417

Assinado de forma digital por SUELIO  
FELIX DE ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 12:34:31 -03'00'





5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 125.440,00 (cento e vinte e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais)**,

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. A contratada será obrigada a enviar juntamente com a nota fiscal as comprovações de quitação trabalhistas e previdenciárias.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

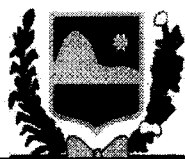
- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- g) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- h) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

SUELIO FELIX DE

ALENCAR:02793958417

Assinado de forma digital por SUELIO  
FELIX DE ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 12:34:49 -03'00'





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



- i) Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- k) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- l) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- m) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- n) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- o) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- p) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- q) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- r) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

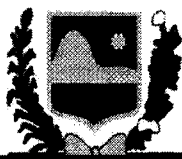
II) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

III) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

IV) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

VII) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

VIII) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

XI) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

XII) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

XIII) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

XIV) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XV) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

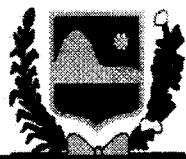
XVI) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, código de ética da entidade de classe, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre o local dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

XVII) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças necessárias nos serviços solicitados;

XVIII) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XIX) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

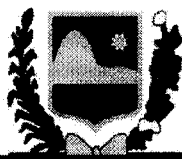


- XX) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- XXI) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- XXII) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XXIII) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XXIV) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- XXV) Cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias mensalmente;
- XXVI) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros;
- XXVII) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- XXVIII) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- XXX) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- XXXI) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- XXXII) Manter as informações, atualizadas, do profissional junto ao CNES;
- XXXIII) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, em plena validade;
- XXXIV) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- XXXV) Encaminhar mensalmente comprovantes de quitação das obrigações Trabalhista e previdenciária.

**CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever de o contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres do presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato Inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

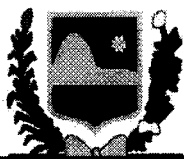
11.1. Não será exigida garantia de execução para a presente contratação

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.0 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que será aplicado ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;



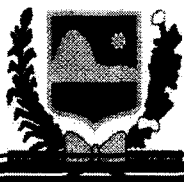


ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



- 12.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 12.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.10. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.13. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.15. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.20. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referido no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

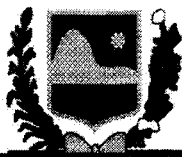
13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



c) Indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o ano em exercício, por conta da dotação:

06.000 SECRETARIA DE SAÚDE

10 301 1009 2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1009 2013 COFINANCIAMENTO DO BLOCO DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 301 1009 2015 BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS DA SAÚDE À ATENÇÃO PRIMÁRIA – APS

10 302 1009 2017 COFINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE SAMU/ MAC – FUS

10 301 1009 2024 INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA NO SUS

10 301 1009 2061 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:**

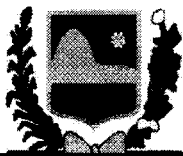
16.1. Os licitantes devem observar e o CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

16.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



- b) “prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- c) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- d) “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga do contrato financiada pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do contrato financiado pelo organismo.

16.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES**

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

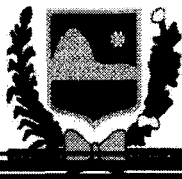
17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**





19.1 Compreendem os serviços a serem prestados:

- a) O atendimento aos usuários que buscam a Unidade de Saúde em demanda espontânea, tanto adulta como pediátrico, responsabilizando-se integralmente pela assistência dos mesmos;
- b) Realizar consultas e emitir atestado médico quando houver necessidade, conforme protocolos clínicos;
- c) Fazer uso, quando necessário, de todos os recursos e equipamentos disponíveis na Unidade Mista de Saúde, para suporte básico e avançado de vida;
- d) Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência médica prestada e realizar registros adequados sobre os pacientes no prontuário, fichas de transferência, encaminhamentos, notificações compulsórias e outras atividades determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- e) Zelar pela manutenção e ordem dos serviços;
- f) Executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;

19.2. Obedecer ao Código de Ética Médica.

19.3. As despesas referentes à prestação dos serviços ficam por conta da CONTRATADA, sendo pago apenas o valor relativo aos serviços, conforme tabela apresentada no item 7 deste Termo de Referência.

19.4. Na qualidade de prestadora de serviços a CONTRATADA se responsabiliza por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

19.5. O pagamento dos serviços prestados será por meio do quantitativo de plantões efetivamente executados no mês em questão, conforme Termo de Referência e boletim de frequência de ponto biométrico dos prestadores de serviço;

19.6. A remuneração será realizada com base no número de plantões realizados pelos profissionais no mês em questão. 19.7. O prestador será informado do valor a ser recebido e deverá entregar a nota fiscal à Secretaria Municipal de Saúde. 19.8. Tais notas serão empenhadas e pagas pela Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças;

19.9. Serão analisados também dados qualitativos e quantitativos de produção médica;

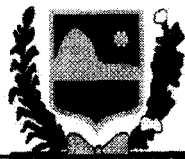
19.10. A convocação dos CREDENCIADOS para prestação dos serviços será realizada de forma rotativa, seguindo a ordem cronológica da publicação da homologação de cada credenciamento requerido, ou seja, o primeiro CREDENCIADO será convocado primeiramente, e assim sucessivamente;

19.11. Ocorrendo homologação simultânea de credenciamento de um mesmo lote, será dada prioridade à ordem crescente de data e hora protocolização dos documentos;

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)**

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de PIANCÓ-PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Data de emissão do contrato 07 de abril de 2025.

**SUELIO FELIX DE**

**ALENCAR:02793958417**

Assinado de forma digital por SUELIO

FELIX DE ALENCAR:02793958417

Dados: 2025.04.07 12:39:11 -03'00'

**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
**Prefeitura Municipal de Catingueira-PB**  
**CNPJ: 08.885.287/0001-96**  
**CONTRATANTE**



Documento assinado digitalmente

**LUCAS XAVIER FREITAS**

Data: 07/04/2025 11:47:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

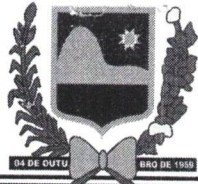
**ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA**  
**CNPJ/CPF N° 50.354.616/0001-39**  
**Represente legal**  
**LUCAS XAVIER FREITAS**  
**CPF n°947.824.073-00 e RG 8.933.515 SSP/PA,**  
**CRM N° 12134/PB,**  
**CONTRATADA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
CPF:





PORTARIA Nº 040/2022

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990.

**RESOLVE:**

**Art.1º. DESIGNAR**, a Senhora **MARIA JOSÉ ALVES DOS SANTOS** para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos contratos realizados pelo município (com exceção dos contratos da Secretaria Municipal de Saúde e obras e serviços de engenharia) nos termos da Lei especificamente de acordo com Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 2º** - As principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

- I - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos fornecimentos e serviços prestados ao Município de Catingueira-PB;
- II - Verificar se a execução (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;
- III - observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência
- IV - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado e consequentemente indicar eventuais glosas das faturas. A ação do fiscal, nesses casos, observará o que reza o contrato e o ato licitatório, principalmente em relação ao prazo ali previsto.
- V - acompanhar a execução dos serviços demandados de forma a atuar tempestivamente, na solução de problemas, em especial verificando:
  - a) - as faltas ou defeitos cometidos pela contratada, determinando o que for necessário à regularização;
  - b) se o serviço prestado está de acordo com a especificação definida no contrato;
- VI- manter, em processo, registro de ocorrências durante toda a execução do contrato como forma de subsidiar a gestão contratual;

*Saulo*





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

47

**Art.3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Catingueira-PB, ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**-A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 19 de abril d 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se,

Catingueira – PB, 10 de maio de 2022.

  
**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
Prefeito

47



**Considerando** a necessidade de dar efetividade a Lei acima citada, para que cumpra com os fins é necessário o preenchimento dos cargos previstos na Lei Municipal.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Senhor **WELLYN DE ARRUDA SILVA**, inscrito no CPF nº \*\*\*.724.634-\*\*, para exercer o cargo em confiança de **Coordenador - DEMUTRAN**, lotando-o na Secretaria Municipal de Transporte, devendo servir-lhe de título a presente portaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem ao dia 01 de abril de 2025.

Registre-se,  
Publique-se, e  
Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 09 de abril de 2025.

**ANTONIO LUCENA FILHO**  
Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Antonio Furtado de Figueiredo Neto  
**Código Identificador:**14494EE0

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 165/2025 - ÁLYSSON BRUNO SANTOS FURTADO**

**PORTARIA Nº 165/2025**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, c/c Leis Municipais nº 487/2004, 526/2007, 554/2008, 630/2012 e 631/2012, 431/2001 e suas alterações.

**Considerando** que por força da Lei Municipal nº 896/2024, publicada em 11/06/2024, foi criado o **DEMUTRAN - DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE URBANA, TRÂNSITO E TRANSPORTE DE BONITO DE SANTA FÉ - PB, E DA JARI - JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO**.

**Considerando** a necessidade de dar efetividade a Lei acima citada, para que cumpra com os fins é necessário o preenchimento dos cargos previstos na Lei Municipal.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Senhor **ÁLYSSON BRUNO SANTOS FURTADO**, inscrito no CPF nº \*\*\*.209.704-\*\*, para exercer o cargo em confiança de **Coordenador - DEMUTRAN**, lotando-o na Secretaria Municipal de Transporte, devendo servir-lhe de título a presente portaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem ao dia 01 de abril de 2025.

Registre-se,  
Publique-se, e  
Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 09 de abril de 2025.

**ANTONIO LUCENA FILHO**  
Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Antonio Furtado de Figueiredo Neto  
**Código Identificador:**4E7AE36A

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRINHAS**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº**  
**IN00006/2025**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00006/2025, que objetiva: Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica no suporte jurídico estratégico para a gestão, incluindo o acompanhamento de processos nos órgãos fiscalizadores Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal em defesa do Município de Cajazeirinhas; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: **BRUNO LOPES DE ARAÚJO SOCIEDADE DE ADVOGADOS - R\$ 60.000,00**.

Cajazeirinhas - PB, 12 de fevereiro de 2025

**LUANA MARA DE ALMEIDA**  
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**  
Eduardo Alencar Santos  
**Código Identificador:**5B3FB260

**SETOR DE LICITAÇÕES**  
**EXTRATO DE CONTRATO - INEXIGIBILIDADE Nº**  
**IN00006/2025**

**OBJETO:** Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica no suporte jurídico estratégico para a gestão, incluindo o acompanhamento de processos nos órgãos fiscalizadores Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal em defesa do Município de Cajazeirinhas. **FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação nº IN00004/2025 de acordo com art. 74, inciso III, da Lei Federal 14.133/2021, e, na Lei nº 14.039, de 17 de agosto de 2020, que Decreto-lei 9.295/46, que criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **DOTAÇÃO:** As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2025, na classificação abaixo: As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 04 122 1003 2008 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE ADMINISTRAÇÃO Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.; até o final do exercício financeiro de 2025. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas e: CT Nº 00028/2025 - 11.02.25 - **BRUNO LOPES DE ARAÚJO SOCIEDADE DE ADVOGADOS - R\$ 60.000,00**.

**Publicado por:**  
Eduardo Alencar Santos  
**Código Identificador:**4F0ED129

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**  
**CONTRATO Nº 001.00105/2025**  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Cattingueira - PB  
**CONTRATADA:** ANA PAULA DE SOUZA CRISPIM REMIGIO LTDA, CNPJ nº 01.101.954 0001-53,  
**ESPECIALIDADE:** Dermatologia.  
**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade



médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 123.840,00 (cento e vinte e três mil e oitocentos e quarenta reais),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartin s De Freitas

**Código Identificador:**B08A29CA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO**

**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**

**CONTRATO Nº 001.00106/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** ORTOMED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ sob nº 10.714.599/0001-89.

**ESPECIALIDADE:** Ortopedia.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartin s De Freitas

**Código Identificador:**A4BBC4FB

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO**

**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**

**CONTRATO Nº 001.00108/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA CNPJ nº 32.227.914/0001-86.

**ESPECIALIDADE:** Reumatologia.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 51.907,50 (cinquenta e um mil e novecentos e sete reais e cinquenta centavos),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartin s De Freitas

**Código Identificador:**276B8019

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO**

**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**

**CONTRATO Nº 001.00108/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** CLÍNICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA, CNPJ: 18.947.253/0001-32,

**ESPECIALIDADE:** Gastroenterologista.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 47.052,50 (quarenta e sete mil e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartin s De Freitas

**Código Identificador:**EBCB8A44

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**

**CONTRATO Nº 001.00109/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA CNPJ/CPF Nº 50.354.616-0001-39.

**ESPECIALIDADE:** Cardiologia.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 125.440,00 (cento e vinte e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartin s De Freitas

**Código Identificador:**85B9DA92

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO**

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO**

Processo Administrativo nº 0034/2025

Credenciamento 002/2025 - IN00011 2025 - Lei 14.133/21

**OBJETO:** Credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade





**PORTARIA Nº 27/2024**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990 e Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**RESOLVE:**

**Art.1º. D E S I G N A R**, o Senhor **ROBSON ROGÉRIO SIMPLICIO DE SOUSA FILHO**, para exercer a função de GESTOR Responsável pelo Acompanhamento dos contratos de fornecimento e serviços do município nos termos da Lei especificamente de acordo com Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei

**Art. 2º -** As principais atribuições do Gestor Contratuais são:

I - Ter conhecimento das exigências legais para o início da execução do objeto do contrato, tais como: nota de empenho, publicação do extrato do contrato, portaria de designação de Gestores e Fiscais;

II - Observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamentos;

III - comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade celebração de termo aditivo para alterações do contrato (qualitativas e quantitativas) ou prorrogar o prazo, acompanhar o processo na aplicação de penalidades, dentre outras (Artigo 58, inciso III, c/c artigo 67 da Lei 8.666/93);

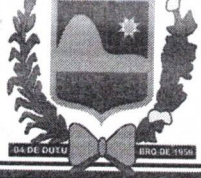
IV- Notificar a contratada sobre:

- a) irregularidades observadas para as devidas correções;
- b) vencimento do prazo de entrega do objeto, deixando clara a concessão ou não de novo prazo;
- c) glosas aplicadas quando da liberação do pagamento ou devoluções de documentos de cobrança;
- d) interesse na renovação contratual.

V - Acompanhar, juntamente com o Fiscal, o desenvolvimento da execução dos serviços demandados de forma a atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas; e propor melhorias que visem reduzir riscos;

VI - Zelar por uma adequada instrução processual, sobretudo quanto à correta juntada de documentos;





VII - formalizar todo e qualquer acontecimento que considerar importante e ou que possam gerar impacto ao contrato;

VIII - formalizar e fazer constar em processo as comunicações realizadas com a contratada;

IX - Elaborar e aprovar a avaliação de desempenho da empresa contratada, em conjunto com o Fiscal, contendo critérios de julgamento e atribuição de notas para os serviços prestados;

X - Elaborar documento formal de notificação, para os casos de possível aplicação de sanção, contendo a ação ou omissão praticada pela contratada, bem como as razões que deram origem à notificação em observância à legislação vigente e os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, oportunizando a devida manifestação da contratada;

**Art.3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Catingueira-PB ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**-A gestão deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

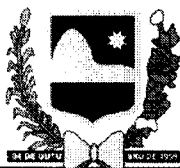
Registre-se,

Publique-se,

Catingueira – PB, 11 de março de 2024.

*Suelio Felix de Alencar*  
**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
Prefeito





**SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTOS**

REFERENTE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE /CREDENCIAMENTO DE ESPECIALIDADE MÉDICA

**DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Realização do referido processo de contratação:

**Objeto:** CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, com o intuito de posterior contratação, mediante apresentação de documentação necessária, para a prestação de serviços médicos especializados em consultas, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria de Saúde do Município de Catingueira-PB.

**DECLARAÇÃO**

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o exercício de 2025 na classificação abaixo:

06.000 SECRETARIA DE SAÚDE

10 301 1009 2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1009 2013 COFINANCIAMENTO DO BLOCO DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 301 1009 2015 BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS DA SAÚDE À ATENÇÃO PRIMÁRIA – APS

10 302 1009 2017 COFINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE SAMU/ MAC – FUS

10 301 1009 2024 INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA NO SUS

10 301 1009 2061 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Catingueira - PB, 26 março de 2025.

**TARDEILIO PEREIRA PIRES**  
SECRETARIO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO



# CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

## ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA



Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

**NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER**, BRASILEIRA, CASADO(A), Comunhão Parcial, MÉDICO, nascido(a) em 07/02/1990, nº do CPF 003.170.692-41, residente e domiciliada na cidade de Patos - PB, na AVENIDA Barão do Rio Branco, nº 676, APT 101;, Brasília, CEP: 58700-370;

**LUCAS XAVIER FREITAS**, BRASILEIRO, CASADO(A), Comunhão Parcial, MÉDICO, nascido(a) em 29/01/1992, nº do CPF 947.824.073-00, residente e domiciliado na cidade de Patos - PB, na AVENIDA Barão do Rio Branco, nº 676, APT 101;, Brasília, CEP: 58700-370;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade limitada, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)

A sociedade adotará como nome empresarial: **ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA**, e usará a expressão ONCOCARDIO como nome fantasia.

### CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)

A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: AVENIDA Barão do Rio Branco, nº 676, Brasília, Patos - PB, CEP: 58700370.

### CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)

A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica: ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES. ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS.

**Parágrafo único.** Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES. ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS..

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares

CNAE Nº 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas

### CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto nº 1.800/96)

A sociedade iniciará suas atividades em 15/02/2023 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

### CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)

O capital será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 100 quotas, no valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, formado por R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em moeda corrente no País

**Parágrafo único.** O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R\$	%
NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER	50	5.000,00	50,00
LUCAS XAVIER FREITAS	50	5.000,00	50,00
TOTAL:	100	10.000,00	100,00

### CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)

A administração da sociedade será exercida pelo sócio **NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

**Parágrafo único.** Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

### CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)



## CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

### ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA

Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

#### CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1º CC e art. 37, II da Lei nº 8.934 de 1994)

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

#### CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para os sócios administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

#### CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

#### CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

**Parágrafo único** - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

#### CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

#### CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

#### CLÁUSULA XIV - PORTE EMPRESARIAL

Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

#### CLÁUSULA XV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Patos - PB, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado da Paraíba.

Patos - PB, 15 de fevereiro de 2023

NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER  
Sócio/Administrador

LUCAS XAVIER FREITAS  
Sócio





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00317069241	NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER
94782407300	LUCAS XAVIER FREITAS

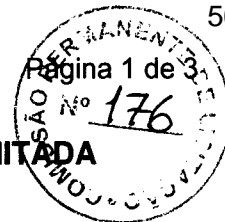


CERTIFICO O REGISTRO EM 18/04/2023 09:05 SOB N° 25201101620.  
PROTOCOLO: 235292931 DE 18/04/2023.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12305125529. CNPJ DA SEDE: 50354616000139.  
NIRE: 25201101620. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/04/2023.  
ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO  
SECRETÁRIA-GERAL  
redesim.pb.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.





## CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

### ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

**NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER**, BRASILEIRA, CASADO(A), Comunhão Parcial, MÉDICO, nascido(a) em 07/02/1990, nº do CPF 003.170.692-41, residente e domiciliada na cidade de Patos - PB, na AVENIDA Barão do Rio Branco, nº 676, APT 101;, Brasília, CEP: 58700-370;

**LUCAS XAVIER FREITAS**, BRASILEIRO, CASADO(A), Comunhão Parcial, MÉDICO, nascido(a) em 29/01/1992, nº do CPF 947.824.073-00, residente e domiciliado na cidade de Patos - PB, na AVENIDA Barão do Rio Branco, nº 676, APT 101;, Brasília, CEP: 58700-370;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade limitada, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)

A sociedade adotará como nome empresarial: **ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA**, e usará a expressão ONCOCARDIO como nome fantasia.

#### CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)

A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: AVENIDA Barão do Rio Branco, nº 676, Brasília, Patos - PB, CEP: 58700370.

#### CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)

A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica: ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES. ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS.

**Parágrafo único.** Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES. ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS..

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares

CNAE Nº 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas

#### CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto nº 1.800/96)

A sociedade iniciará suas atividades em 15/02/2023 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

#### CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)

O capital será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 100 quotas, no valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, formado por R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em moeda corrente no País

**Parágrafo único.** O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R\$	%
NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER	50	5.000,00	50,00
LUCAS XAVIER FREITAS	50	5.000,00	50,00
TOTAL:	100	10.000,00	100,00

#### CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)

A administração da sociedade será exercida pelo sócio **NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

**Parágrafo único.** Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

#### CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)



## CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

### ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA

Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

#### **CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1º CC e art. 37, II da Lei nº 8.934 de 1994)**

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

#### **CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE**

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para os sócios administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

#### **CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

#### **CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO**

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

**Parágrafo único** - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

#### **CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS**

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

#### **CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

#### **CLÁUSULA XIV - PORTE EMPRESARIAL**

Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

#### **CLÁUSULA XV - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Patos - PB, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado da Paraíba.

Patos - PB, 15 de fevereiro de 2023

\_\_\_\_\_  
NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER  
Sócio/Administrador

\_\_\_\_\_  
LUCAS XAVIER FREITAS  
Sócio





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00317069241	NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER
94782407300	LUCAS XAVIER FREITAS



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/04/2023 09:05 SOB Nº 25201101620.  
PROTOCOLO: 235292931 DE 18/04/2023.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12305125529. CNPJ DA SEDE: 50354616000139.  
NIRE: 25201101620. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/04/2023.  
ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO  
SECRETÁRIA-GERAL  
redesim.pb.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ: 50.354.616/0001-39**  
**ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA**

**LUCAS XAVIER FREITAS**, Brasileiro, Casado, Comunhão Parcial, nascido em 29/01/1992, Médico, número do documento 947.824.073-00, residente e domiciliado no(a): AVENIDA Barão do Rio Branco 676, Brasília, APT 101;, , Patos - PB, CEP 58700-370 (**art. 997, I, CC**).

**NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER**, Brasileira, Casada, Comunhão Parcial, nascida em 07/02/1990, Médica, número do documento 003.170.692-41, residente e domiciliado no(a): AVENIDA Barão do Rio Branco 676, Brasília, APT 101;, , Patos - PB, CEP 58700-370 (**art. 997, I, CC**).

Sócios da sociedade limitada **ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA**, sediada na AVENIDA Barão do Rio Branco, nº 676, Brasília, CEP: 58700-370, Patos - PB com registro nessa Junta Comercial, inscrito no CNPJ sob o nº 50.354.616/0001-39 resolve alterar seu contrato sob as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA I: ALTERAÇÃO DA SEDE (art. 997, III, CC)**

Alterar o endereço da sede, que passa a localizar-se na RUA BOSSUET WANDERLEY, Nº 257, SALA 02, BRASILIA, CEP: 58700-410, Patos - PB.

**CLAUSULA II: DEMAIS CLAUSULAS**

As demais cláusulas constantes no contrato social e que não tenham sido mencionadas na presente alteração continuam inalteradas.

E por estarem assim justos e acertados, assinam a presente alteração do contrato social.

Patos - PB, 25 de Maio de 2023

\_\_\_\_\_  
**LUCAS XAVIER FREITAS**  
Sócio

\_\_\_\_\_  
**NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER**  
Sócio/Administrador





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa null consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00317069241	NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER
94782407300	LUCAS XAVIER FREITAS



CERTIFICO O REGISTRO EM 29/05/2023 09:34 SOB Nº 20249738996.  
PROTOCOLO: 249738996 DE 26/05/2023.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12308017980. CNPJ DA SEDE: 50354616000139.  
NIRE: 25201101620. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 25/05/2023.  
ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO  
SECRETÁRIA-GERAL  
[www.redesim.pb.gov.br](http://www.redesim.pb.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



# ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ: 50.354.616/0001-39

## ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA

**LUCAS XAVIER FREITAS**, Brasileiro, Casado, Comunhão Parcial, nascido em 29/01/1992, Médico, número do documento 947.824.073-00, residente e domiciliado no(a): AVENIDA Barão do Rio Branco 676, Brasília, APT 101,, , Patos - PB, CEP 58700-370 (**art. 997, I, CC**).

**NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER**, Brasileira, Casada, Comunhão Parcial, nascida em 07/02/1990, Médica, número do documento 003.170.692-41, residente e domiciliado no(a): AVENIDA Barão do Rio Branco 676, Brasília, APT 101,, , Patos - PB, CEP 58700-370 (**art. 997, I, CC**).

Sócios da sociedade limitada **ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA**, sediada na AVENIDA Barão do Rio Branco, nº 676, Brasília, CEP: 58700-370, Patos - PB com registro nessa Junta Comercial, inscrito no CNPJ sob o nº 50.354.616/0001-39 resolve alterar seu contrato sob as seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA I: ALTERAÇÃO DA SEDE (art. 997, III, CC)

Alterar o endereço da sede, que passa a localizar-se na RUA BOSSUET WANDERLEY, Nº 257, SALA 02, BRASILIA, CEP: 58700-410, Patos - PB.

### CLAUSULA II: DEMAIS CLAUSULAS

As demais cláusulas constantes no contrato social e que não tenham sido mencionadas na presente alteração continuam inalteradas.

E por estarem assim justos e acertados, assinam a presente alteração do contrato social.

Patos - PB, 25 de Maio de 2023

\_\_\_\_\_  
**LUCAS XAVIER FREITAS**  
Sócio

\_\_\_\_\_  
**NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER**  
Sócio/Administrador





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa null consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00317069241	NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER
94782407300	LUCAS XAVIER FREITAS



CERTIFICO O REGISTRO EM 29/05/2023 09:34 SOB Nº 20249738996.  
PROTOCOLO: 249738996 DE 26/05/2023.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12308017980. CNPJ DA SEDE: 50354616000139.  
NIRE: 25201101620. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 25/05/2023.  
ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO  
SECRETÁRIA-GERAL  
[www.redesim.pb.gov.br](http://www.redesim.pb.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



ESTADO DA PARAÍBA

RECEIVED BY TELETYPE ON 20 JUL 1964

**THE UNIVERSITY OF ALABAMA**

**THE**

LUIS XAVIER FREITAS

THE

PAULO CESAR DE FREITAS

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

\*\*\*\*\*

THE NEW YORK PUBLIC LIBRARY  
ASTOR LENOX TILDEN FOUNDATION  
500 5TH AVENUE  
NEW YORK 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

09010 6-12008 6-27-09

LE N° 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

947-824-073-00

**DNI**

ADD INDOERAL 4.870.720 1ª VIA

DATA DE EXPEDICAO 23/08/2021

PROGIV

Doc. LAS. N° 26621 - Liv. B-77 - FLS. 185 - CARTORIO PATOS-PB

# STATION

OTF-2



SECRET

**POLEGAR DIREITO**

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

IDENTIDADE PROFISSIONAL

100

1990



800.239.9976

●



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1851038934

NOME  
NAYARA POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER

DOC IDENTIDADE/CPF PASSO/F  
4678277 3505 PB

CPF  
003.176.892-41

DATA NASCIMENTO  
07/02/1990

FILIAÇÃO  
NILTON DE VASCONCELOS CASTRO  
ALESSANDRA AMARAL DOS SANTOS

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
E

Nº REGISTRO  
0505585640

VALIDADE  
22/01/2026

1ª HABILITAÇÃO  
18/10/2010

OBSERVAÇÕES

*Nayara Potyara Santos Castro Xavier*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
PARAIBA, PB

DATA EMISSÃO  
10/02/2021

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

40880106158  
PB042001145

PARAIBA

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO / DENATRAN**

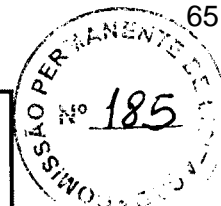






# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



65

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>50.354.616/0001-39</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>18/04/2023</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ONCOCARDIO</b>		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R BOSSUET WANDERLEY</b>	NÚMERO <b>257</b>	COMPLEMENTO <b>SALA 02</b>
CEP <b>58.700-410</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>BRASILIA</b>	MUNICÍPIO <b>PATOS</b>
UF <b>PB</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>NAY_MEDICINA@HOTMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(83) 9877-7197</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>18/04/2023</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/02/2025** às **18:29:54** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**

50.354.616/0001-39

**NOME EMPRESARIAL:**

ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA

**CAPITAL SOCIAL:**

R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**

NAYARAH POTYARA SANTOS CASTRO XAVIER

**Qualificação:**

49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:**

LUCAS XAVIER FREITAS

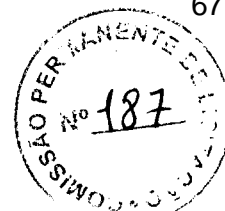
**Qualificação:**

22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 12/02/2025 às 18:30 (data e hora de Brasília).





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA**  
**CNPJ: 50.354.616/0001-39**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

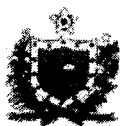
Emitida às 18:31:35 do dia 12/02/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/08/2025.

Código de controle da certidão: **BDA5.79A4.4E31.A08A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**



# CERTIDÃO

CÓDIGO: **93D3.F05C.FC14.4EC9**

Emitida no dia 12/02/2025 às 18:32:56

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **50.354.616/0001-39**

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa**. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.sefaz.pb.gov.br](http://www.sefaz.pb.gov.br).

**OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.**

**Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.  
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

## SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

### Diretoria de Administração Tributária

End.: Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 91, Centro, Patos, Paraíba, CEP: 58.700-020



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº null e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com os tributos do cadastro mercantil até a presente data: 13/02/2025

Contribuinte: ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA		Inscrição Mercantil: 1000002644 Sequencial: 349667 Referência Loteamento:
Localização: RUA BOSSUET WANDERLEY, 257, MILINDRA 9, CENTRO		Cadastro Imobiliário: 11.018.021.0019.000.0
Natureza: Tributos Mercantis		Inscrição Imobiliária: 5869
Razão Social: ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA		
CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Inscrição Mercantil
50.354.616/0001-39		1000002644
Atividade Principal: 8630-5/02 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES		
Atividades Secundárias 8630-5/03 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS		
Início Atividade: 18/04/2023	Validade: 14/04/2025	
Observações: Válido por 59 dias.		
Assinatura(s) do(s) Responsável(is)		



Para validar a autenticidade desse documento acesse o Portal do Contribuinte.

<https://gestor.tributosmunicipais.com.br/redesim/prefeitura/patos//views/publico/portaldocontribuinte/publico/autenticacao/autenticacao.xhtml>

2C2E9B71C4321815BA6F1BBACABC7353F22709DB



Voltar

Imprimir



### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 50.354.616/0001-39  
**Razão Social:** ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA  
**Endereço:** RUA BOSSUET WANDERLEY 257 SALA 02 / BRASILIA / PATOS / PB / 58700-410

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

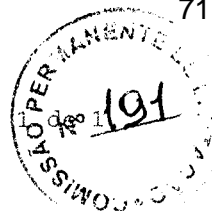
**Validade:** 30/01/2025 a 28/02/2025

**Certificação Número:** 2025013020126140042463

Informação obtida em 12/02/2025 18:36:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 50.354.616/0001-39

Certidão n°: 8244196/2025

Expedição: 12/02/2025, às 18:38:49

Validade: 11/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **50.354.616/0001-39**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

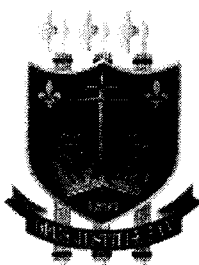
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
 TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
 Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
 Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA

### FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 50.354.616/0001-39

Razão Social: ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA

Nome Fantasia: ONCOCARDIO

**Certidão emitida às 18:40 de 12/02/2025.**

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **7Hf8i/xZ**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

## SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

Diretoria de Administração Tributária

End.: Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 91, Centro, Patos, Paraíba, CEP: 58.700-020



### CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL - CIM

<b>INSCRIÇÃO:</b>	<b>NOME:</b>	<b>CPF/CNPJ:</b>
1000002644	ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA	50.354.616/0001-39
<b>ENDEREÇO:</b>		<b>NÚMERO:</b>
RUA BOSSUET WANDERLEY, 257, MILINDRA 9 - Bairro: CENTRO PATOS		CEP: 58700-085
<b>BAIRRO:</b>	<b>CIDADE:</b>	<b>UF:</b>
	PATOS	PB
<b>ATIVIDADE PRINCIPAL:</b>		
8630-5/02 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES		
<b>ATIVIDADE(S) SECUNDÁRIA(S):</b>		
8630-5/03 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS		
<b>DATA DE EXPEDIÇÃO:</b>	<b>VÁLIDO ATÉ:</b>	
12/02/2025	14/03/2025	
Observações:		

PATOS, 12 de Fevereiro de 2025

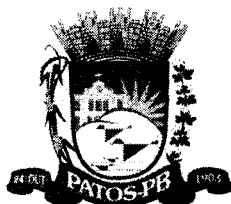
### VIA INTERNET

Para validar autenticidade deste documento acesse:

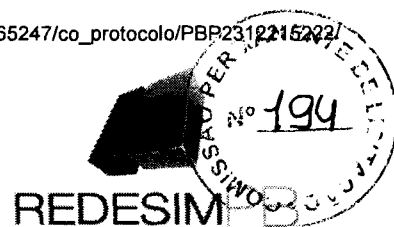
<https://gestor.tributosmunicipais.com.br/redesim/prefeitura/patos/views/publico/portaldocontribuinte/publico/autenticacao/autenticacao.xhtml>

3F1CED92725E26AFC28073AE15F45F617337FE6C





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA



## ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Número: 1000002644

**Razão Social:** ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA

**Nome Fantasia:** ONCOCARDIO

**CNPJ:** 50.354.616/0001-39

**Inscrição Municipal:** 1000002644

**Atividade Principal:** 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares (Exerce no endereço)

**Atividade(s) Secundárias:** 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (Exerce no endereço)

**Município:** Patos **Endereço:** RUA BOSSUET WANDERLEY, 257, SALA 02, BRASILIA

**CEP:** 58700410

**Local e data:** Município de Patos, segunda, 18 de setembro de 2023

**Vencimento:**

VINÍCIUS MACAMBIRA GUEDES  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Observação**

**Código de Autenticidade:** 23NKCCGR99

EMITIDO PELO FUNCIONÁRIO LEONARDO GUEDES DOS SANTOS

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial





**República Federativa do Brasil**  
**Ministério da Educação**  
**Universidade do Estado do Pará**



*O Reitor da Universidade do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do curso de MEDICINA, em dezessete de maio de dois mil e dezoito, confere o título de MÉDICO a LUCAS XAVIER FREITAS, portador da carteira de identidade nº 20296142002-8 SSP/MA, brasileiro, nascido em 29/01/1992, natural de Minas Gerais e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.*

*Belém(PA), 17 de maio de 2018.*

*Ana da Conceição Oliveira*  
 Ana da Conceição Oliveira  
 Pró-Reitora de Graduação

*Rubens Cardoso da Silva*  
 Rubens Cardoso da Silva  
 Reitor

*Lucas Xavier Freitas*  
 Diplomado(a)

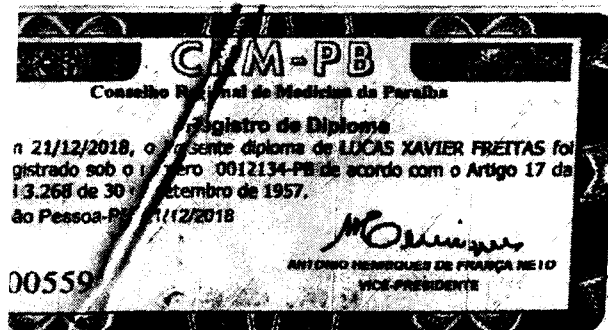




**Curso de MEDICINA.**

**Reconhecido Pela Resolução nº 447 de 17/08/2017 – CEE/PA.**

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA  
DO ESTADO DO PARÁ  
Médico Inscrito Sob o nº 14380  
às folhas 215 do livro nº 30  
em 21/05/18 de acordo com a  
Lei nº 3268 de 30 de Setembro de 1957,  
Belém/PA 21/05/2018  
Paulo Guizzo  
PRESIDENTE



**MEC – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ**

*Diploma registrado sob nº 014/18, livro nº IMED/SAN, fls. 014, em 17 de maio de 2018.*

*Processo nº 2018/184380, de acordo com a Lei 9.394/96 de 20.12.1996.*

*CRE, 17 de maio de 2018.*

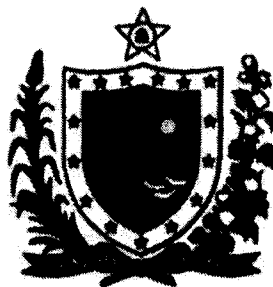
*[Signature]*  
Manoel Delmo Silva de Oliveira  
Diretor de Controle Acadêmico DCA/UEPA

*[Signature]*  
João Batista Castanheira Lopes  
Coordenador de Registro e Expedição CRE/UEPA









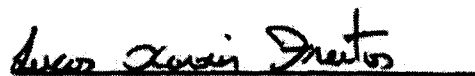
Secretaria de Estado da Saúde  
Escola de Saúde Pública da Paraíba

# Certificado

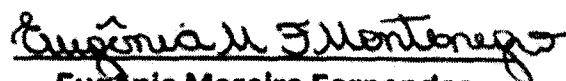
Programa Credenciado pela CNRM / MEC – Parecer Nº 1379/2019

A Escola de Saúde Pública e a Comissão de Residência Médica da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba certificam que o médico **Lucas Xavier Freitas**, CPF: 947.824.073-00, RG: 8.933.515 SSP-PA, concluiu o Programa de Pós Graduação *Lato Sensu* de **Residência Médica em Cardiologia**, credenciado pelo MEC, realizado no período de 01 de março de 2021 a 14 de março de 2023, com carga horária total de 5.760 horas.

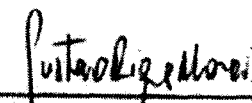
João Pessoa, 02 de maio de 2023



**Lucas Xavier Freitas**  
Residente

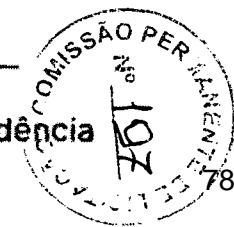


**Eugênia Moreira Fernandes Montenegro**  
Coordenadora da COREME SES/PB



**Gustavo Rique Moraes**  
Coordenador do Programa de Residência Médica em Cardiologia

  
**Vanessa Melra Cintra**  
Diretora Geral da ESP/PB









ESTE CERTIFICADO FOI REGISTRADO NA  
COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA  
MÉDICA (CNRM/SFSu/MEC)  
EM: 2003/2023  
Nº DO REGISTRO: 466874

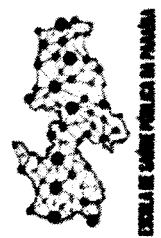
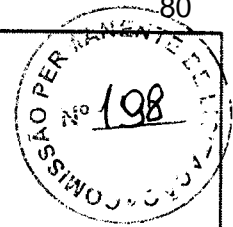
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM CARDIOLOGIA  
NOME DA ESPECIALISTA: LUCAS XAVIER FREITAS  
PERÍODO: 2021 - 2023

ATIVIDADES TEÓRICAS		ATIVIDADES PRÁTICAS
ANO I	9,6	9,7
ANO II	9,5	10,0
ANO III	9,5	9,8

ANO I	ANO II
720 h	720 h
ANO II	ANO II
2160 h	2160 h

ORIENTADOR		NOTA	SITUAÇÃO
Renner Augusto Raposo Pereira		9,5	Aprovado

Bloqueio do gânglio estrelado na tempestade elétrica por miocardiopatia  
chagásica: uma série de casos





SECRETARIA DE ESTADO  
DA SAÚDE  
GOVERNO  
DO PARANÁ







<p>2</p> <p>Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará</p> <p><b>CARTeira PROFISSIONAL DE MÉDICO</b></p> <p>Inscrição nº 14380 em 21/05/2018</p> <p>Nome LOUIS XAVIER FREITAS</p> <p>Filiação MARLI NELSON XAVIER FREITAS VIGOR CÉSAR DE FREITAS</p> <p>Matrícula BRASIL 61290</p> <p>Matrícula Guarandá</p> <p>Data de Matrícula 22/01/2018</p> <p>Expediente nº UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ em 17/05/2018</p> <p>Identificação 8332813 - PGM/PÁ CPF: 14782407300</p>	<p>3</p> <p>Fotografia tirada em ..... de ..... de .....</p>  <p>COLAR DIREITO</p>  <p><i>Louis Xavier Freitas</i> RESPONSÁVEL PESSOAL</p>
--	---

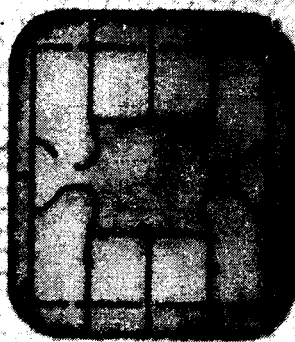
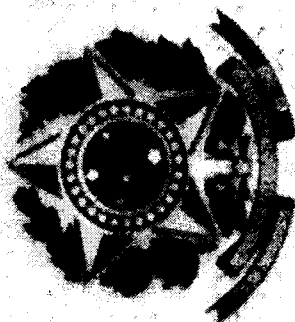






# CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - PIAUÍ  
SEDE DE IDENTIDADE DE MÉDICO



NOME

LUCAS XAVIER FREITAS

CRM/PI

12134/PB

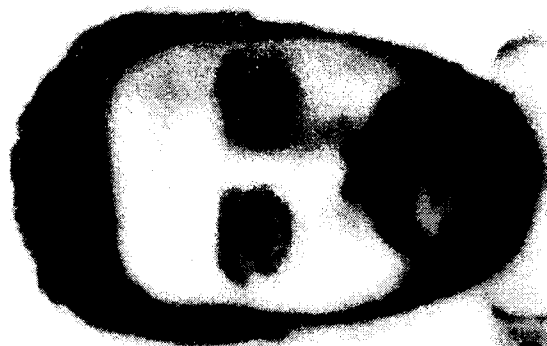
IRACIÇÃO

MARLI HELENA XAVIER FREITAS

FRANCO CESAR DE FREITAS

DATA DE EMISSÃO 21/12/2018

01



*Lucas Xavier Freitas*

ASSINATURA DO PORTADOR





CPF 047.824.073-00

RG 8933515 / PCDI-PA

Nome 0033

Título de Eleitor 0169

DATA DE NASCIMENTO 29/01/1992

NATURALIDADE Uberlândia-MG

LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO 07/01/2019

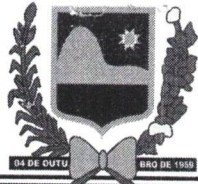
JOÃO PESSOA - PB

300206

*[Handwritten signature]*

ASSINATURA DO PRESIDENTE DO CRM





PORTARIA Nº 040/2022

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990.

**RESOLVE:**

**Art.1º. DESIGNAR**, a Senhora **MARIA JOSÉ ALVES DOS SANTOS** para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos contratos realizados pelo município (com exceção dos contratos da Secretaria Municipal de Saúde e obras e serviços de engenharia) nos termos da Lei especificamente de acordo com Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 2º** - As principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

- I - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos fornecimentos e serviços prestados ao Município de Catingueira-PB;
- II - Verificar se a execução (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;
- III - observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência
- IV - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado e consequentemente indicar eventuais glosas das faturas. A ação do fiscal, nesses casos, observará o que reza o contrato e o ato licitatório, principalmente em relação ao prazo ali previsto.
- V - acompanhar a execução dos serviços demandados de forma a atuar tempestivamente, na solução de problemas, em especial verificando:
  - a) - as faltas ou defeitos cometidos pela contratada, determinando o que for necessário à regularização;
  - b) se o serviço prestado está de acordo com a especificação definida no contrato;
- VI- manter, em processo, registro de ocorrências durante toda a execução do contrato como forma de subsidiar a gestão contratual;

*Saulo*





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

86

**Art.3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Catingueira-PB, ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**-A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 19 de abril d 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se,

Catingueira – PB, 10 de maio de 2022.

  
**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
Prefeito

86





## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 14/04/2025 às 15:41:16 foi protocolizado o documento sob o Nº 48485/25 da subcategoria Contratos , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Catingueira, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Wanderley Oliveira Lopes.

Número do Contrato: 001001092025

Data da Publicação: 09/04/2025

Data da Assinatura: 07/04/2025

Data Final do Contrato: 31/12/2025

Valor Contratado: R\$ 125.440,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JLRIDICAS PARA POSTERIOR Contratação, MEDIANTE Documentação, DE Serviços MEDICOS ESPECIALIZADOS PARA PROCEDIMENTOS DE CONSULTAS, .ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CATINGUEIRA-PB.

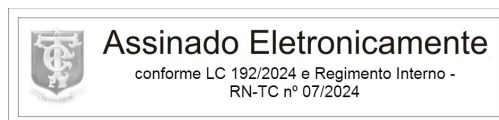
Contratado (Nome): Oncocardio Ambulatorio Ltda

Contratado (CNPJ): 50.354.616/0001-39

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	ba4ca6b536670ade009d7b57c897c975
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	e3f8c3f76158bf14d09a3d36d7961d1c
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	15d8d9aca23bff93dade6efa05b6b2a4
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	e40edb06ffb2b59f7d7c5b42746143d6
Designação da fiscalização técnica do contrato	Sim	7557eb7bea4991ddffbf4aaf6d4bf6ae
Designação do fiscal administrativo do contrato	Sim	7557eb7bea4991ddffbf4aaf6d4bf6ae
Designação do gestor do contrato	Sim	9baee935fd7dac6f323e32a10d025f18

João Pessoa, 14 de Abril de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB





**Documento:** 48471/25

**Subcategoria:** Licitações

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Catingueira

**Exercício:** 2025

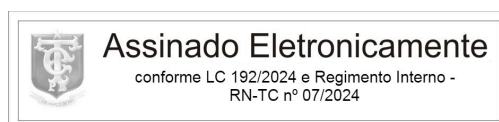
## CERTIDÃO

### CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 14/04/2025 às 15:41h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 48485/25 ao Documento 48471/25, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 48471/25:

Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	33 - 45	e40edb06ffb2b59f7d7c5b42746143d6
Designação da fiscalização técnica do contrato	46 - 47	7557eb7bea4991ddffbf4aaf6d4bf6ae
Comprovante de publicidade	48 - 49	ba4ca6b536670ade009d7b57c897c975
Designação do gestor do contrato	50 - 51	9baee935fd7dac6f323e32a10d025f18
Comprovação da existência de dotação orçamentária	52	15d8d9aca23bff93dade6efa05b6b2a4
Comprovantes de regularidade da contratada	53 - 84	e3f8c3f76158bf14d09a3d36d7961d1c
Designação do fiscal administrativo do contrato	85 - 86	7557eb7bea4991ddffbf4aaf6d4bf6ae
RECIBO PROTOCOLO	87	a74f3b4cb18c129ffeb41b8d542ffd77

João Pessoa, 14 de Abril de 2025

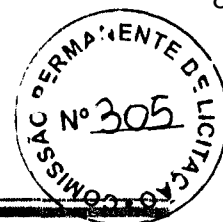


Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PMC/SMS.

CONTRATO Nº 01.00108/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025  
INEXIGIBILIDADE Nº 0011/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE SE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA E CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA, CNPJ: 18.947.253/0001-32.

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA, ESTADO DA PARAÍBA, CNPJ nº 08.885.287/0001-96, com sede na Rua Inácio Felix de Oliveira, s/n, Centro, Catatingueira/PB, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SUELIO FÉLIX DE ALANCAR**, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 027.939.584-17 e RG de nº 58705818-8 SSP/SP, infra-assinada doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado à empresa **CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA**, CNPJ: 18.947.253/0001-32, com sede na Rua. Bossuet Wanderley, Nº 361, Bairro, centro, Município Patos Estado Paraíba, medico especialista o Dr. **ERICO DJAN CORTE DE ALENCAR**, portador do CPF nº 021.591.414-70, e RG 3741808/ - SSDS/PB, CRM Nº 5491/PB, residente/ domiciliada a Rua. Severino Soares, Nº 70, Q 25, L 18, condomínio Villas do lago Bairro, Maternidade, Município Patos Estado Paraíba, representado neste ato pelo o senhor, **EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR**, CPFº 951.061.114-04 e RG Nº 1727076 SSP/PB, denominada CONTRATADA, em conformidade com o **EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 002/2025, INEXIGIBILIDADE 00011/2025** com base no art. 74, inciso IV caput da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

O objeto do presente Contrato é CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO, MEDIANTE DOCUMENTAÇÃO, DOS SERVIÇOS ESPECIALIDADE MÉDICAS EM CONSULTAS ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB Conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor Total
10	Consultas especializadas na área de Gastroenterologista para atendimento a pacientes do município..	CONSULTA	250	R\$ 188,21	R\$ 47.052,50
VALOR GLOBAL:					R\$ 47.052,50

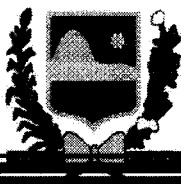
**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os serviços serão prestados nos dias, locais e no horário designado. Pela Secretaria Municipal de Saúde.

SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:02793958417

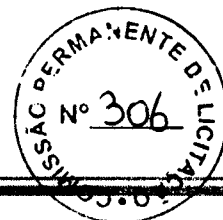
Assinado de forma digital por SUELIO  
FELIX DE ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 15:21:24 -03'00'

Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro, Catatingueira-PB - CEP: 58715-000  
Site: [www.catingueira.pb.gov.br](http://www.catingueira.pb.gov.br) | E-mail: [prefeitura@catingueira.pb.gov.br](mailto:prefeitura@catingueira.pb.gov.br)





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



**CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**

2.1. O prazo de vigência da contratação é até 31/12/2025, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS  
(art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no termo de referencia, anexo a este Contrato.

**MATRIZ DE RISCO:**

3.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

- a) Impedimento Municipal para execução;
- b) Custos e prazos incorretos e erros no valor e prazo dos serviços;
- c) Eventos devido a força maior ou caso fortuito, não seguráveis que prejudiquem a continuidade dos serviços
- d) Mudança de legislação, regulamentação ou tributárias;
- e) Vícios verificados nos serviços

3.3 Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

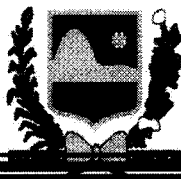
- a) Prejuízos causados a terceiros pela contratada ou seus subcontratados;
- b) Eventos devido a força maior ou caso fortuito, seguráveis que prejudiquem a continuidade dos serviços;
- c) Prejuízos decorrentes de erros na realização dos serviços verificados pela fiscalização, acabamentos e utilização de materiais inadequados ou fora das especificações;
- d) Atrasos com pagamento decorrido de insuficiência de recursos financeiros;
- k) Mudança de legislação, regulamentação ou tributárias;
- l) Rescisão contratual ou quebra do contrato por problemas diversos;
- m) Anulação do contrato por natureza diversa;
- n) Riscos ambientais e atrasos causados por ação de órgãos fiscalizadores;
- o) Constituem riscos a serem assumidos pela contratante, com reequilíbrio econômico-financeiro;
- p) Constituem riscos a serem assumidos pela contratante e pela contratada;

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços.

**CLÁUSULA QUINTA – VALOR**





5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 47.052,50 (quarenta e sete mil e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)**,

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. A contratada será obrigada a enviar juntamente com a nota fiscal as comprovações de quitação trabalhistas e previdenciárias.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrecorríveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- g) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- h) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

SUELIO FELIX DE

ALENCAR:02793958417

Assinado de forma digital por SUELIO  
FELIX DE ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 15:21:59 -03'00'





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



- i) Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- k) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- l) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- m) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- n) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- o) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- p) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- q) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- r) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

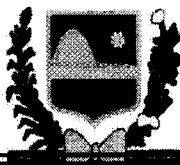
II) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

III) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

IV) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

VII) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

VIII) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

XI) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

XII) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

XIII) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

XIV) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XV) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

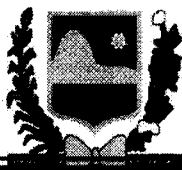
XVI) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, código de ética da entidade de classe, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre o local dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

XVII) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças necessárias nos serviços solicitados;

XVIII) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XIX) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



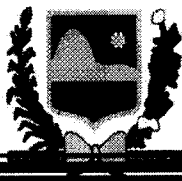


- XX) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- XXI) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- XXII) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XXIII) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XXIV) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- XXV) Cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias mensalmente;
- XXVI) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros;
- XXVII) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- XXVIII) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- XXX) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- XXXI) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- XXXII) Manter as informações, atualizadas, do profissional junto ao CNES;
- XXXIII) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, em plena validade;
- XXXIV) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- XXXV) Encaminhar mensalmente comprovantes de quitação das obrigações Trabalhista e previdenciária.

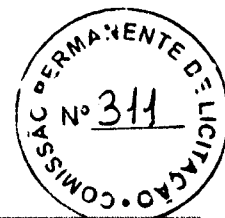
#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever de o contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres do presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato Inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

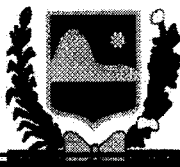
11.1. Não será exigida garantia de execução para a presente contratação

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.0 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que será aplicado ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



- 12.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 12.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.10. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.13. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.15. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.20. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referido no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

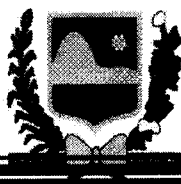
13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



c) Indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o ano em exercício, por conta da dotação:

06.000 SECRETARIA DE SAÚDE

10 301 1009 2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1009 2013 COFINANCIAMENTO DO BLOCO DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 301 1009 2015 BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS DA SAÚDE À ATENÇÃO PRIMÁRIA – APS

10 302 1009 2017 COFINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE SAMU/ MAC – FUS

10 301 1009 2024 INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA NO SUS

10 301 1009 2061 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:**

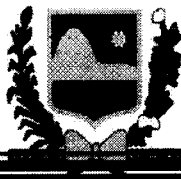
16.1. Os licitantes devem observar e o CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

16.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;





b) “prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

c) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

d) “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga do contrato financiada pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do contrato financiado pelo organismo.

16.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de do contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES**

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

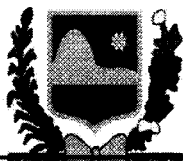
17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

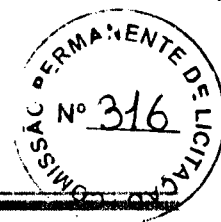
18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



19.1 Compreendem os serviços a serem prestados:

- a) O atendimento aos usuários que buscam a Unidade de Saúde em demanda espontânea, tanto adulta como pediátrico, responsabilizando-se integralmente pela assistência dos mesmos;
- b) Realizar consultas e emitir atestado médico quando houver necessidade, conforme protocolos clínicos;
- c) Fazer uso, quando necessário, de todos os recursos e equipamentos disponíveis na Unidade Mista de Saúde, para suporte básico e avançado de vida;
- d) Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência médica prestada e realizar registros adequados sobre os pacientes no prontuário, fichas de transferência, encaminhamentos, notificações compulsórias e outras atividades determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- e) Zelar pela manutenção e ordem dos serviços;
- f) Executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;

19.2. Obedecer ao Código de Ética Médica.

19.3. As despesas referentes à prestação dos serviços ficam por conta da CONTRATADA, sendo pago apenas o valor relativo aos serviços, conforme tabela apresentada no item 7 deste Termo de Referência.

19.4. Na qualidade de prestadora de serviços a CONTRATADA se responsabiliza por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

19.5. O pagamento dos serviços prestados será por meio do quantitativo de plantões efetivamente executados no mês em questão, conforme Termo de Referência e boletim de frequência de ponto biométrico dos prestadores de serviço;

19.6. A remuneração será realizada com base no número de plantões realizados pelos profissionais no mês em questão. 19.7. O prestador será informado do valor a ser recebido e deverá entregar a nota fiscal à Secretaria Municipal de Saúde. 19.8. Tais notas serão empenhadas e pagas pela Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças;

19.9. Serão analisados também dados qualitativos e quantitativos de produção médica;

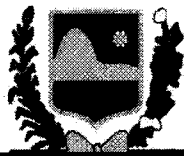
19.10. A convocação dos CREDENCIADOS para prestação dos serviços será realizada de forma rotativa, seguindo a ordem cronológica da publicação da homologação de cada credenciamento requerido, ou seja, o primeiro CREDENCIADO será convocado primeiramente, e assim sucessivamente;

19.11. Ocorrendo homologação simultânea de credenciamento de um mesmo lote, será dada prioridade à ordem crescente de data e hora protocolização dos documentos;

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)**

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de PIANCÓ-PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Data de emissão do contrato 07 de abril de 2025.

SUELIO FELIX DE

ALENCAR:02793958417

Assinado de forma digital por

SUELIO FELIX DE

ALENCAR:02793958417

Dados: 2025.04.07 15:24:44 -03'00'

SUELIO FELIX DE ALENCAR

Prefeitura Municipal de Catingueira-PB

CNPJ: 08.885.287/0001-96

CONTRATANTE



Documento assinado digitalmente

EDILSON BRANDAO DE LUCENA JUNIOR

Data: 07/04/2025 15:15:17 -0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA.

CNPJ: 18.947.253/0001-32,

Represente legal

EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR,

CPFº 951.061.114-04 e RG Nº1727076 SSP/PB

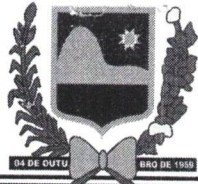
CONTRATADA

Testemunhas:

CPF:

CPF:





PORTARIA Nº 040/2022

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990.

**RESOLVE:**

**Art.1º. DESIGNAR**, a Senhora **MARIA JOSÉ ALVES DOS SANTOS** para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos contratos realizados pelo município (com exceção dos contratos da Secretaria Municipal de Saúde e obras e serviços de engenharia) nos termos da Lei especificamente de acordo com Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 2º** - As principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

- I - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos fornecimentos e serviços prestados ao Município de Catingueira-PB;
- II - Verificar se a execução (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;
- III - observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência
- IV - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado e consequentemente indicar eventuais glosas das faturas. A ação do fiscal, nesses casos, observará o que reza o contrato e o ato licitatório, principalmente em relação ao prazo ali previsto.
- V - acompanhar a execução dos serviços demandados de forma a atuar tempestivamente, na solução de problemas, em especial verificando:
  - a) - as faltas ou defeitos cometidos pela contratada, determinando o que for necessário à regularização;
  - b) se o serviço prestado está de acordo com a especificação definida no contrato;
- VI- manter, em processo, registro de ocorrências durante toda a execução do contrato como forma de subsidiar a gestão contratual;

*Saulo*





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

103

**Art.3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Catingueira-PB, ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**-A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 19 de abril d 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se,

Catingueira – PB, 10 de maio de 2022.

  
**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
Prefeito

103



**Considerando** a necessidade de dar efetividade a Lei acima citada, para que cumpra com os fins é necessário o preenchimento dos cargos previstos na Lei Municipal.

# RESOLVE:

**Art. 1º.** Nomear o Senhor **WELLYN DE ARRUDA SILVA**, inscrito no CPF nº \*\*\*.724.634-\*\*, para exercer o cargo em confiança de **Coordenador - DEMUTRAN**, lotando-o na Secretaria Municipal de Transporte, devendo servir-lhe de título a presente portaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem ao dia 01 de abril de 2025.

Registre-se,  
Publique-se, e  
Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 09 de abril de 2025.

**ANTONIO LUCENA FILHO**  
Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Antonio Furtado de Figueiredo Neto  
**Código Identificador:**14494EE0

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 165/2025 - ÁLYSSON BRUNO SANTOS FURTADO

### PORTARIA Nº 165/2025

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, c/c Leis Municipais nº 487/2004, 526/2007, 554/2008, 630/2012 e 631/2012, 431/2001 e suas alterações.

**Considerando** que por força da Lei Municipal nº 896/2024, publicada em 11/06/2024, foi criado o **DEMUXRAN - DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE URBANA, TRÂNSITO E TRANSPORTE DE BONITO DE SANTA FÉ - PB, E DA JARI - JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO**.

**Considerando** a necessidade de dar efetividade a Lei acima citada, para que cumpra com os fins é necessário o preenchimento dos cargos previstos na Lei Municipal.

# RESOLVE:

**Art. 1º.** Nomear o Senhor **ÁLYSSON BRUNO SANTOS FURTADO**, inscrito no CPF nº \*\*\*.209.704-\*\*, para exercer o cargo em confiança de **Coordenador - DEMUXRAN**, lotando-o na Secretaria Municipal de Transporte, devendo servir-lhe de título a presente portaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem ao dia 01 de abril de 2025.

Registre-se,  
Publique-se, e  
Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 09 de abril de 2025.

**ANTONIO LUCENA FILHO**  
Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Antonio Furtado de Figueiredo Neto  
**Código Identificador:**4E7AE36A

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRINHAS

### GABINETE DO PREFEITO RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00006/2025

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00006/2025, que objetiva: Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica no suporte jurídico estratégico para a gestão, incluindo o acompanhamento de processos nos órgãos fiscalizadores Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal em defesa do Município de Cajazeirinhas; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: BRUNO LOPES DE ARAÚJO SOCIEDADE DE ADVOGADOS - R\$ 60.000,00.

Cajazeirinhas - PB, 12 de fevereiro de 2025

**LUANA MARA DE ALMEIDA**  
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**  
Eduardo Alencar Santos  
**Código Identificador:**5B3FB260

### SETOR DE LICITAÇÕES EXTRATO DE CONTRATO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00006/2025

**OBJETO:** Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica no suporte jurídico estratégico para a gestão, incluindo o acompanhamento de processos nos órgãos fiscalizadores Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal em defesa do Município de Cajazeirinhas. **FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação nº IN00004/2025 de acordo com art. 74, inciso III, da Lei Federal 14.133/2021, e, na Lei nº 14.039, de 17 de agosto de 2020, que Decreto-lei 9.295/46, que criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **DOTAÇÃO:** As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2025, na classificação abaixo: As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 04 122 1003 2008 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE ADMINISTRAÇÃO Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.; até o final do exercício financeiro de 2025. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas e: CT Nº 00028/2025 - 11.02.25 - BRUNO LOPES DE ARAÚJO SOCIEDADE DE ADVOGADOS - R\$ 60.000,00.

**Publicado por:**  
Eduardo Alencar Santos  
**Código Identificador:**4F0ED129

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025- CREDENCIAMENTO 002/2025

**EXTRATO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO** 002/2025 - IN 0011/2025  
**CONTRATO** Nº 001.00105/2025  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Cattingueira - PB  
**CONTRATADA:** ANA PAULA DE SOUZA CRISPIM REMIGIO LTDA, CNPJ nº 01.101.954 0001-53,  
**ESPECIALIDADE:** Dermatologia.  
**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade



médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 123.840,00 (cento e vinte e três mil e oitocentos e quarenta reais),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartins De Freitas

**Código Identificador:**B08A29CA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**  
**CONTRATO Nº 001.00106/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** ORTOMED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ sob nº 10.714.599/0001-89.

**ESPECIALIDADE:** Ortopedia.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartins De Freitas

**Código Identificador:**A4BBC4FB

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**  
**CONTRATO Nº 001.00108/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA CNPJ nº 32.227.914/0001-86.

**ESPECIALIDADE:** Reumatologia.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 51.907,50 (cinquenta e um mil e novecentos e sete reais e cinquenta centavos),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartins De Freitas

**Código Identificador:**276B8019

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**  
**CONTRATO Nº 001.00108/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** CLÍNICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA, CNPJ: 18.947.253/0001-32,

**ESPECIALIDADE:** Gastroenterologista.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 47.052,50 (quarenta e sete mil e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartins De Freitas

**Código Identificador:**EBCB8A44

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**  
**CONTRATO Nº 001.00109/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA CNPJ/CPF Nº 50.354.616-0001-39.

**ESPECIALIDADE:** Cardiologia.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 125.440,00 (cento e vinte e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartins De Freitas

**Código Identificador:**85B9DA92

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO**

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO**

Processo Administrativo nº 0034/2025

Credenciamento 002/2025 - IN00011 2025 - Lei 14.133/21

**OBJETO:** Credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade





**PORTARIA Nº 27/2024**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990 e Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**RESOLVE:**

**Art.1º. D E S I G N A R**, o Senhor **ROBSON ROGÉRIO SIMPLICIO DE SOUSA FILHO**, para exercer a função de GESTOR Responsável pelo Acompanhamento dos contratos de fornecimento e serviços do município nos termos da Lei especificamente de acordo com Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei

**Art. 2º -** As principais atribuições do Gestor Contratuais são:

I - Ter conhecimento das exigências legais para o início da execução do objeto do contrato, tais como: nota de empenho, publicação do extrato do contrato, portaria de designação de Gestores e Fiscais;

II - Observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamentos;

III - comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade celebração de termo aditivo para alterações do contrato (qualitativas e quantitativas) ou prorrogar o prazo, acompanhar o processo na aplicação de penalidades, dentre outras (Artigo 58, inciso III, c/c artigo 67 da Lei 8.666/93);

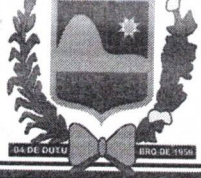
IV- Notificar a contratada sobre:

- a) irregularidades observadas para as devidas correções;
- b) vencimento do prazo de entrega do objeto, deixando clara a concessão ou não de novo prazo;
- c) glosas aplicadas quando da liberação do pagamento ou devoluções de documentos de cobrança;
- d) interesse na renovação contratual.

V - Acompanhar, juntamente com o Fiscal, o desenvolvimento da execução dos serviços demandados de forma a atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas; e propor melhorias que visem reduzir riscos;

VI - Zelar por uma adequada instrução processual, sobretudo quanto à correta juntada de documentos;





VII - formalizar todo e qualquer acontecimento que considerar importante e ou que possam gerar impacto ao contrato;

VIII - formalizar e fazer constar em processo as comunicações realizadas com a contratada;

IX - Elaborar e aprovar a avaliação de desempenho da empresa contratada, em conjunto com o Fiscal, contendo critérios de julgamento e atribuição de notas para os serviços prestados;

X - Elaborar documento formal de notificação, para os casos de possível aplicação de sanção, contendo a ação ou omissão praticada pela contratada, bem como as razões que deram origem à notificação em observância à legislação vigente e os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, oportunizando a devida manifestação da contratada;

**Art.3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Catingueira-PB ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**-A gestão deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

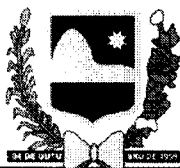
Registre-se,

Publique-se,

Catingueira – PB, 11 de março de 2024.

*Suelio Felix de Alencar*  
**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
Prefeito





**SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTOS**

REFERENTE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE /CREDENCIAMENTO DE ESPECIALIDADE MÉDICA

**DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Realização do referido processo de contratação:

**Objeto:** CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, com o intuito de posterior contratação, mediante apresentação de documentação necessária, para a prestação de serviços médicos especializados em consultas, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria de Saúde do Município de Catingueira-PB.

**DECLARAÇÃO**

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o exercício de 2025 na classificação abaixo:

06.000 SECRETARIA DE SAÚDE

10 301 1009 2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1009 2013 COFINANCIAMENTO DO BLOCO DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 301 1009 2015 BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS DA SAÚDE À ATENÇÃO PRIMÁRIA – APS

10 302 1009 2017 COFINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE SAMU/ MAC – FUS

10 301 1009 2024 INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA NO SUS

10 301 1009 2061 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Catingueira - PB, 26 março de 2025.

**TARDEILIO PEREIRA PIRES**  
SECRETARIO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

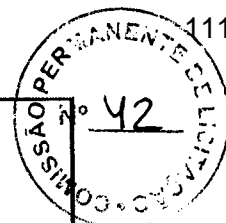












## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>18.947.253/0001-32</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>25/09/2013</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANCADA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>GASTROVITTA</b>		PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>86.40-2-09 - Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas</b> <b>86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos</b> <b>86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares</b> <b>86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R BOSSUET WANDERLEY</b>	NÚMERO <b>361</b>	COMPLEMENTO <b>TERREO</b>
CEP <b>58.700-410</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PATOS</b>
UF <b>PB</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(83) 3421-1288</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>25/09/2013</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 10/02/2025 às 16:40:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1









**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANCADA LTDA**  
**CNPJ: 18.947.253/0001-32**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:37:45 do dia 20/01/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/07/2025.

Código de controle da certidão: **4C5C.0CBD.1F61.F735**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

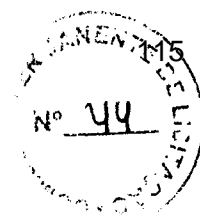








**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**



# CERTIDÃO

CÓDIGO: 853E.66E8.F162.DEF4

Emitida no dia 10/02/2025 às 16:42:56

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **18.947.253/0001-32**

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.** A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.sefaz.pb.gov.br](http://www.sefaz.pb.gov.br).

**OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.**

**Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.  
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.**







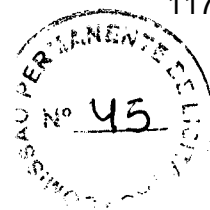


# PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

## SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

Diretoria de Administração Tributária

End.: Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 91, Centro, Patos, Paraíba, CEP: 58.700-020



### CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL - CIM

<b>INSCRIÇÃO:</b>	<b>NOME:</b>	<b>CPF/CNPJ:</b>
2966132	CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA	18.947.253/0001-32
<b>ENDEREÇO:</b>		<b>NÚMERO:</b>
RUA BOSSUET WANDERLEY, 361, CASA - Bairro: CENTRO PATOS		CEP: 58700-085
<b>BAIRRO:</b>	<b>CIDADE:</b>	<b>UF:</b>
	PATOS	PB
<b>ATIVIDADE PRINCIPAL:</b>		
8640-2/09 - SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR MÉTODOS ÓPTICOS - ENDOSCOPIA E OUTROS EXAMES ANÁLOGOS		
<b>ATIVIDADE(S) SECUNDÁRIA(S):</b>		
8630-5/01 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS		
8630-5/02 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES		
8630-5/03 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS		
8690-9/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE		
<b>DATA DE EXPEDIÇÃO:</b>	<b>VÁLIDO ATÉ:</b>	
10/02/2025	12/03/2025	
Observações:		

PATOS, 10 de Fevereiro de 2025

### VIA INTERNET

Para validar autenticidade deste documento acesse:

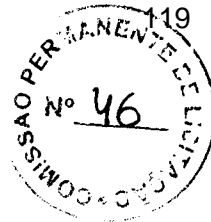
<https://gestor.tributosmunicipais.com.br/redesim/prefeitura/patos/views/publico/portaldodocontribuinte/publico/autenticacao/autenticacao.xhtml>

68D19BBEEE28C53353294FA8392772601B786AF3









### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 18.947.253/0001-32  
**Razão Social:** CLIN MED ESP EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA  
**Endereço:** RUA BOSSUET WANDERLEY 361 / CENTRO / PATOS / PB / 58700-410

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 26/01/2025 a 24/02/2025

**Certificação Número:** 2025012603432132460464

Informação obtida em 10/02/2025 16:41:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**









PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANCADA LTDA  
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 18.947.253/0001-32

Certidão nº: 7641463/2025

Expedição: 10/02/2025, às 16:48:23

Validade: 09/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANCADA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.947.253/0001-32**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

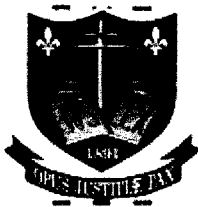




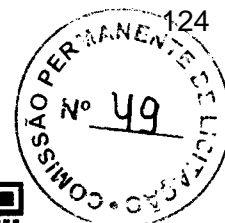








PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA

### FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 18.947.253/0001-32

Razão Social: CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANCADA LTDA

Nome Fantasia: GASTROVITTA

**Certidão emitida às 16:50 de 10/02/2025.**

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **pvPd.cVv4**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.









DINIZ CABRAL

Rodrigo Diniz Cabral

Assinatura Digital: Rodrigo Diniz Cabral  
CPF: 000.000.000-00  
E-mail: rodrigo.diniz@dinizcabral.com.br

AUTENTICAÇÃO No 2024-007745

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade  
PATOS-PB, 16/12/2024 12:30:45

Selo Digital: AQJ4Z557-QE6S

Para consultar, acesse <https://selo.tjpb.jus.br>  
IMOL: 3,23 FEPJ: 0,05 FARPEN: 1,12 ISS: R\$ 0,10



THALITA GOMES DE SOUSA LUSTOSA - ESCRIVENTE AUTORIZADA

Prefeitura Municipal de Cataguá  
Comissão Permanente de Licitação  
**AUTENTICAÇÃO**  
Esta cópia confere com o original, por  
minha conferência e assinado, Dou fé.  
Em 18/02/2025  
Secretaria da CPL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO  
GERÊNCIA DE ENSINO E PESQUISA  
COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA

Programa credenciado pela CNRM/MEC, Parecer nº 459, de 27 de novembro de 2014.

## CERTIFICADO

Certificamos que **ÉRICO DJAN CÔRTE DE ALENCAR**, CRM 5491-PB, CPF 021.591.414-70, concluiu Residência Médica em Cirurgia Geral, cursada no período de 01.02.2011 a 31.01.2013, a quem conferimos o título de Especialista, de acordo com a Lei 6.932, publicada no Diário Oficial da União em 09 de julho de 1981.

Campina Grande, 13 de agosto de 2021.

Mário de Oliveira Filho  
Superintendente do HUAC

Marcos Antonio Dantas de Farias  
Vice-Coordenador da Comissão de Residência Médica

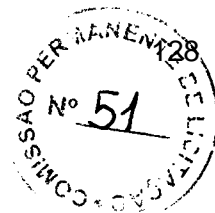
Érico Djan Corte de Alencar  
Médico Residente





Comprovante de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:46. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 3877.671D.A2A7.69DD.73BF.A863.42AD.80CD.





ESTE CERTIFICADO FOI REGISTRADO NA COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA - CARMESUNEC

EM 13/08/2021

Nº DO REGISTRO 310949

*[Assinatura]*

SUPERINTENDENTE DA INSTITUIÇÃO

Mário de Oliveira Filho  
SUPERINTENDENTE HUAC / UFCC  
Mat.: SIAPE 0337913



AUTENTICAÇÃO Nº 7924-AN7746

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade

ATOS-PB, 16/12/2021 12:30:46

Selo Digital: A0J42558-0JXZ

Para consultar, acesse <https://sede.ajpe.jus.br>

Imp.: 3.22 PEPJ, 8.88 PARPEJ, 1.13 ISSJRS 8.16

*[Assinatura]*

THALITA SOARES DE SOUSA LUSTOSA - ESCRIVENTE AUTORIZADA



Prefeitura Municipal de Catingueira  
Comissão Permanente de Licitação

**AUTENTICAÇÃO**

Esta cópia confere com o original, por mim conferido e assinado, Dou fé.

Em 18/02/2025

*[Assinatura]*

Secretário(a) da CPL



Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:46. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 3877.671D.A2A7.69DD.73BF.A863.42AD.80CD.





UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

PROPG  
PRÓ-REITORIA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Atestamos que **ERICO DJAN CORTE DE ALENCAR**, C.R.M. Nº 18.147/PE, CPF Nº 1.591.41470, concluiu Residência Médica na especialidade **CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO** no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, cursada no período de 01 de março de 2022 a 29 de fevereiro de 2024, ao qual conferimos o título de Especialista, de acordo com a Lei 6.932, publicada no Diário Oficial em 09/07/81.

Em 18/05/2025  
Secretaria de CPL

DINIZ CURRY | Rodrigo Diniz Cabral

Recife (PE), 07 de maio de 2024.

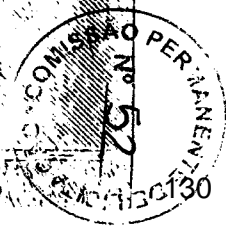
AUTENTICAÇÃO Nº 2024-007739  
Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade  
PATOS-PB, 16/12/2024 12:29:49.  
Selo Digital: AQJ42551-NRY7  
Para consultar, acesse <https://nsls.tjpb.jus.br>  
EML: 3,23 PFPJ: 0,88 FAPEN: 1,13 ISS: R\$ 0,16  
THALITA BOMES DE SOUSA LUSTOSA - ESCRIVENTE AUTORIZADO



Pró-Reitora de Pós-Graduação  
Profª Carol Virginia Góis Leandro  
SIAPB - 2447193

Erico Djan Corte de Alencar

Christyanne Rodrigues  
Coordenadora da Residência Médica  
Drª Christyanne Maria Rodrigues Barreto de Assis  
SIAPB - 1005043





Comprovante de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:46. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 3877.671D.A2A7.69DD.73BF.A863.42AD.80CD.



MONOGRAFIA INTITULADA: "CISTADENOMA SEROSO SÓLIDO MIMETIZANDO TUMOR NEUROENDÓCRINO DE PÂNCREAS"

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA: 8,6 (oito vírgula seis)

MÉDIA FINAL: 9,3 (nove vírgula três)



AUTENTICAÇÃO No. 2024-807748

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade  
PATOS-PB, 16/12/2024 12:29:50

Selo Digital: AQJ42532-NPD0

Para consultar, acesse <https://selo.tjpb.jus.br>  
EMUL: 3.23 KEPJ: 3.83 FARPEV: 1.13 ISS:RS 0.16



ESTE CERTIFICADO FOI REGISTRADO NA COMISSÃO NACIONAL  
DE RESIDÊNCIA MÉDICA (CNRM/SESu/MEC)

EM: 02/05/2024

Nº DO REGISTRO: 2908801

Programa credenciado pela CNRM/MinE Parecer nº 972/2023 de 25/08/2022

Prefeitura Municipal de Catingueira  
Comissão Permanente de Licitação  
**AUTENTICAÇÃO**  
Esta cópia confere com o original, por  
mim conferido e assinado. Dou fé.  
Em 28/10/2025  
Secretaria da CPL





Atestamos que a empresa acima mencionada  
está inscrita no CNPJ nº 08.947.888/0001-90  
e que a mesma encontra-se regular perante o Fisco Federal e Estadual.  
Atestamos em São Paulo, 14 de Abril de 2025.  
Wanderley O. Lopes



AUTENTICAÇÃO No 2024-007741  
Identico a presente copia, reproducao fiel do original  
presentado. Em testemunho da verdade  
TCS-PS 16/12/2024 12:29:51  
eio Digital. AQJ42553-12JN  
ira consultor, acesso https://cria.130b.jus.br  
tol: 3.23 FEPJ, 4.00 FAPEN: 1.13 ISS-RE 0.16



THALITA GOMES DE SOUSA LUSTOSA - ESCRIVENTE AUTORIZADO



# FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO



O Reitor da Universidade de Pernambuco, no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do Curso de

**Medicina**

no ..... semestre do ano de **2002** e colação de grau em **03** / **julho** / **2002**

com o título de **Médico**

**ÉRICO DJAN CÔRTE DE ALENCAR**

identidade nº **501213** órgão expedidor **SSP/RO**

de **Jerônimo Corte de Alencar**

**Aldeci Maria Corte de Alencar**

**Pernambuco** nascido (a) a **12** / **julho** / **1978**

**Brasileira** e outorga-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de

todos os direitos e prerrogativas legais.

Recife, **29** de **julho** de **2002**

Diretor  
Prof. Álvaro Antônio Cabral Vieira de Mello

Diplomado

Reitor  
Prof. Emanuel Dias do Oliveira e Silva



Comprovante de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:46. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 3877.671D.A2A7.69DD.73BF.A863.42AD.80CD.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA  
DO ESTADO DA PARAÍBA  
O requerente foi inscrito sob o  
n.º 5491 às folhas 07 do  
livro n.º 03  
João Pessoa 12.108.12002



*Jonas do Nascimento Paiva*  
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Curso de Medicina  
Reconhecido através do Decreto Nº 32.547  
De: 07/04/53 Publicado no D. O. U. 17/04 1953

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
O(A) requerente foi inscrito(a) sob o  
n.º 18147 às páginas 186  
do livro n.º 03  
Recife, 01/02/2010  
*[Signature]*  
Secretário

*Luiz Antonio Domingues*  
1º Secretário

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE

Serviço de Registro de Diplomas

Diploma registrado sob n.º 6037 no livro UP516916  
folha 037 de acordo com o processo  
n.º 087312002.

*Belinda Almeida*  
Encarregado dos Registros  
Belinda Mangueira de Almeida

Em 02 de agosto de 2002

*[Signature]*  
Chefe do Serviço de Registro de Diplomas  
Tercina M.ª Lustosa Barros Bezerra



AUTENTICAÇÃO No 2024-087742

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade  
PATOS-PB, 16/12/2024 12:29:52.

Selo Digital: AQJ42554-6211

Para consultar, acesse <https://selo.tjpb.jus.br>  
(MOL: 3,23 FREQ: 0,55 FAPEN: 1,13 ISS: R\$ 0,16)



YVALITA GOMES DE SOUSA LUSTOSA - ESCRIVÃO AUTORIZADA

Prefeitura Municipal de Catingueira  
Comissão Permanente de Licitação  
**AUTENTICAÇÃO**  
Esta copia confere com o original, por  
mim conferido e assinado. Dou fé.  
Em 18 de 02 de 2005  
*[Signature]*  
Secretaria da CML

014803





Comprovante de regularidade da contratada.  
Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:46. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 3877.671D.A2A7.69DD.73BF.A863.42AD.80CD.



# CERTIFICADO

Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba

DINIZ CURRUM

Rodrigo Diniz Cabral

AUTENTICAÇÃO No 2024-007743

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade  
Patos-PB, 16/12/2024 12:30:42.

Selo Digital: AQJ42555-7UQK

Para consultar, acesse <https://selo.tjpb.jus.br>  
IMPL: 3,23 FEPJ: 4,66 PARPB: 1,12 ISS:RS 0,16



THALITA GOMES DE SOUSA LUSTOSA -ESCRIVENTE AUTORIZADA

O Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba, de acordo com a  
resolução vigente, certifica que registrou, em 26/08/2024, no livro nº 23, RQE  
nº 9289, folha nº 48, a qualificação do médico,

**ÉRICO DJAN CÔRTE DE ALENCAR, CRM nº 5491,**

**na especialidade de  
CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO**

**João Pessoa, 30 de agosto de 2024**

*Bruno Leandro de Souza*  
**BRUNO LEANDRO DE SOUZA**  
PRESIDENTE

*Klécius Leite Fernandes*  
**KLÉCIUS LEITE FERNANDES**  
1º SECRETARIO

Prefeitura Municipal de Catingueira  
Comissão Permanente de Licitação  
**AUTENTICAÇÃO**  
Esta cópia confere com o original, por  
mim conferido e assinado. Dou fé.  
Em 18/02/2025  
Secretaria da CPL



Atestamos que a contratada possui a documentação necessária para a execução dos serviços, conforme consta no processo administrativo nº 48471/25, e que a mesma encontra-se em conformidade com o Edital nº 001/2025, de 14/04/2025, e o Contrato nº 001/2025, de 14/04/2025.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Atestamos que a contratada possui a documentação necessária para a execução dos serviços, conforme consta no processo administrativo nº 48471/25, e que a mesma encontra-se em conformidade com o Edital nº 001/2025, de 14/04/2025, e o Contrato nº 001/2025, de 14/04/2025.



# CERTIFICADO

Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba

INTEZ CARIM

Rodrigo Diniz Cabral

AUTENTICAÇÃO Nº. 2024-007744

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade  
PATOS-PB, 16/12/2024 12:30:44

Selo Digital: AGJ42558-TOTS

Para consultar, acesse <https://sele.1job.jus.br>  
INCL: 3.23 PEPJ; 0.00 PARPB; 1.13 ISS-RS 0.10



THALITA GOMES DE SOUZA LUSTOSA - ESCRIVENTE AUTORIZADA

O Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba, de acordo com a  
resolução vigente, certifica que registrou, em 26/08/2024, no livro nº 23, RQE  
nº 9288, folha nº 48, a qualificação do médico,  
**ÉRICO DJAN CÔRTE DE ALENCAR, CRM nº 5491,**

**na especialidade de  
(CIRURGIA GERAL**

**João Pessoa, 30 de agosto de 2024**

*Bruno Leandro de Souza*  
**BRUNO LEANDRO DE SOUZA**  
PRESIDENTE

*Klecius Leite Fernandes*  
**KLECIUS LEITE FERNANDES**  
1º SECRETARIO

Prefeitura Municipal de Catingueira  
Comissão Permanente de Licitação  
**AUTENTICAÇÃO**  
Esta cópia confere com o original, por  
mim conferido e assinado, Dou 16,  
Em 28/08/2025  
Secretaria da CPL

CRM-PB



Comprovante de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:46. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 3877.671D.A2A7.69DD.73BF.A863.42AD.80CD.





**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**  
**CONSELHO REGIONAL DA PARAIBA**  
**CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO**

NOME  
ÉRICO DUAN CÔRTE DE  
ALENCAR

CRM AUF  
005491/PB

FILIAÇÃO  
JERONIMO CÔRTE DE  
ALENCAR  
AUDECI MARIA CÔRTE DE  
ALENCAR

DATA DE INSCRIÇÃO VIA  
14/10/2010 1

*Érico Duan Corte de Alencar*  
ASSINATURA DO PORTADOR



**DINIZ CABRAL** Rodrigo Diniz Cabral


**AUTENTICAÇÃO No 2024-007207**

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade  
PATOS-PB, 27/11/2024 09:33:29

Selo Digital: AQJ42120-ZLNF

Para consultar, acesse <https://sistema.tjpb.jus.br>  
EMOL: 3,23 FEPJ: 0,66 FARPEN: 0,16

PEDRO MATHEUS RODRIGUES ALMEIDA - ESCRIVENTE AUTORIZADO



Pedro Matheus Rodrigues Almeida  
Escrivente Autorizado  
CPF 066.188.294-70

CPF	RG / ÓRGÃO EMISSOR	
021.591.414-70	3741808/SSDS-PB	
TÍTULO DE ELEITOR	SEÇÃO	ZONA
49811600888	0005	0028
DATA DE NASCIMENTO	NATURALIDADE	
12/07/1978	CARUARU-PE	
LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO		
JOÃO PESSOA, 11/03/2014		
0110729		

*[Signature]*  
ASSINATURA DO PRESIDENTE DO CRM

VALIDA COMO PROVA DE IDENTIDADE PARA QUALQUER  
EFEITO DE ACORDO COM A LEI 6.206/76

**Prefeitura Municipal de Catingueira**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**AUTENTICAÇÃO**

Esta cópia confere com o original, por  
mim conferido e assinado, Dou fé.

Em 18/11/2025

*[Signature]*  
Secretário(a) da CPL



Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:46. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 3877.671D.A2A7.69DD.73BF.A863.42AD.80CD.





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAIBA

**NOME**  
ÉRICO DJAN CÔRTE DE ALENCAR

**CRM Nº**  
5491

**DATA DE INSCRIÇÃO**  
12/08/2002

**VIA**  
1

**DATA DE NASCIMENTO**  
12/07/1978

*Érico Djan Corte de Alencar*  
ASSINATURA DO PORTADOR

**JERONIMO CÔRTE DE ALENCAR**

**AUDECI MARIA CÔRTE DE ALENCAR**

**NATURALIDADE**  
CARLIARIU-PE

**RG**  
3.741.808/SSDS-PB

**DATA DE EXPEDIÇÃO**  
12/03/2009

**TÍTULO DE ELEITOR**  
49811600868

**SEÇÃO**  
0005

**ZONA**  
028

**CPF**  
02159141470

**LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO**  
JOÃO PESSOA-PB, 14/10/2010

*[Assinatura]*  
ASSINATURA DO PRESIDENTE

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA



AUTENTICAÇÃO No. 2024-007289

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade  
PATOS-PB, 27/11/2024 09:40:17.

Selo Digital: AQJ42131-C81D

Para consultar, acesse: <https://selo.aqjpb.jus.br>  
EMOL: 3,23 R\$PJ: 0,65 R\$FPPEN: 1,13 R\$S: 0,16



PEDRO MATHEUS RODRIGUES ALMEIDA - ESCRIVENTE AUTORIZADO

*Pedro Matheus Rodrigues Almeida*  
Escrivente Autorizado  
CPF 066.188.294-29

**Prefeitura Municipal de Cattingueira**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**AUTENTICAÇÃO**

Esta cópia confere com o original, por mim conferido e assinado. Dou fé.

Em 30/1/2025

*[Assinatura]*  
Secretário(a) da CPL



Prefeitura Municipal de São Paulo  
 Secretaria Municipal de Planejamento  
**AUTENTICAÇÃO**  
 O presente documento é autêntico e  
 válido para fins legais.  
 Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Data: \_\_\_\_\_



Figure 1 shows a schematic diagram of a 2D hexagonal lattice. The lattice is composed of solid black circles representing atoms. A central atom is labeled 'A'. To its right is an atom labeled 'B'. Above 'A' is an atom labeled 'C'. Below 'A' is an atom labeled 'D'. To the left of 'A' is an atom labeled 'E'. To the right of 'B' is an atom labeled 'F'. The lattice is bounded by a dashed line. The top boundary is labeled 'Top' and the bottom boundary is labeled 'Bottom'. The left boundary is labeled 'Left' and the right boundary is labeled 'Right'.

### Dados Preenchidos

33

1

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

## GENERAL AND SPECIALIZED SERVICES

1208

Se o usuário não estiver autorizado a executar o comando em uma das situações listadas, o erro de permissão será exibido. Para obter mais informações sobre a autorização deste aplicativo, consulte ["Acesso a dados"](#) no guia de desenvolvimento. Para obter mais informações sobre a autorização, consulte ["Acesso a dados"](#) no guia de desenvolvimento.

As principais dificuldades enfrentadas pelos usuários de FSN, deverão ser discutidas.

**Esta cópia confere com o original, por mim conferido e assinado. Dou fé.**

Em 18 / 02 / 2025

**Secretaria da CPL**



Comprovante de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:46. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 3877.671D.A2A7.69DD.73BF.A863.42AD.80CD.



## Vínculos Por Profissional

Data: 14/02/2025

NOME: ERICO DJAN CORTE DE ALENCAR

CNS: 700201918081525

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CBO	CNES	CNPJ	ESTABELECIMENTO	NATUREZA JURÍDICA	GESTÃO	SUS	DESLIG	VÍNCULO ESTABELECIMENTO	VÍNCULO EMPREGADO	DETALHAMENTO DO VÍNCULO	CHS Outros	CHS Amb.	CHS Hosp.	CHS Total
250750	PB	JOAO PESSOA	225320 - MEDICO EM RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM	0228664	33803242000172	CLINDIMAGEM	2305 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)	M	NÃO	NÃO	AUTONOMO	PESSOA FISICA	NAO SE APLICA	0	20	0	20
251080	PB		225225 - MEDICO CIRURGIAO GERAL	2605163		HOSPITAL DIA FREI DAMIAO	1244 - MUNICIPIO	M	SIM	NÃO	AUTONOMO	PESSOA JURIDICA	NAO SE APLICA	0	6	0	6
251080	PB	PATOS	225165 - MEDICO GASTROENTE ROLOGISTA	2605163		HOSPITAL DIA FREI DAMIAO	1244 - MUNICIPIO	M	SIM	NÃO	AUTONOMO	PESSOA JURIDICA	NAO SE APLICA	0	6	0	6
251080	PB		225310 - MEDICO EM ENDOSCOPIA	2605473	08778268002376	COMPLEXO HOSPITALAR DEP JANDUHY CARNEIRO	1023 - ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	E	SIM	NÃO	VÍNCULO EMPREGATICIO	CONTRATO POR PRAZO	PUBLICO	0	15	15	30

Total de vínculos cadastrados: 4

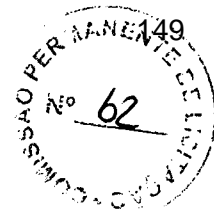
Total : 0 47 15 62





# GASTROVITA

## DECLARAÇÕES



### PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025

A empresa **GATROVITA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **18.947.253/0001-32**, situada na Rua **Bossuet Wanderley, 361 – Patos-PB**, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) **EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR** portador(a) do CPF: **951.061.114-04** e RG: **1.727.076 SSP-PB**. Em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe. DECLARA, sob as penas da lei, que:

Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

Cumprir com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

Não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021;

Não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;

Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno; perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;

Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Patos-PB, 18 de fevereiro de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
**EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR**

**RG: 1.727.076 SSP/PB**

**CPF: 951.061.114-04**

**GASTROVITA**

**CNPJ: 18.947.253/0001-32 –**

**RUA BOSSUET WANDERLEY, 361 – CENTRO**

**PATOS – PB – CEP: 58.700-410**







# GASTROVITTA

## DECLARAÇÃO ME/EPP




**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB**  
**CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025**

A empresa **GATROVITTA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.947.253/0001-32, situada na Rua Bossuet Wanderley, 361 – Patos-PB, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) **EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR** portador(a) do CPF: 951.061.114-04 e RG: 1.727.076 SSP-PB. Em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei: Ser ME, EPP;

Que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que no ano-calendário de realização deste Credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021

Patos-PB, 18 de fevereiro de 2025.

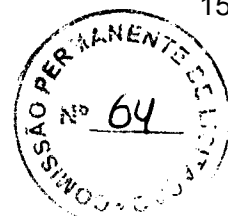
  
\_\_\_\_\_  
**EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR**  
**RG: 1.727.076 SSP/PB**  
**CPF: 951.061.114-04**

**GASTROVITA**  
**CNPJ: 18.947.253/0001-32 –**  
**RUA BOSSUET WANDERLEY, 361 – CENTRO**  
**PATOS – PB – CEP: 58.700-410**









# GASTROVITTA

## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB  
CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025**

A empresa **GATROVITTA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **18.947.253/0001-32**, situada na Rua **Bossuet Wanderley, 361 – Patos-PB**, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) **EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR** portador(a) do CPF: **951.061.114-04** e RG: **1.727.076 SSP-PB**. Declara, sob as penas da lei, que não foi declarada **INIDONEA e NEM SUSPENSÃO TEMPORARIAMENTE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei de Licitações.

Patos-PB, 18 de fevereiro de 2025.

**EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR**

**RG: 1.727.076 SSP/PB**

**CPF: 951.061.114-04**

**GASTROVITA**

**CNPJ: 18.947.253/0001-32 –**

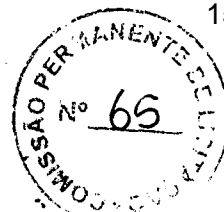
**RUA BOSSUET WANDERLEY, 361 – CENTRO**

**PATOS – PB – CEP: 58.700-410**









**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA CLÍNICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA FL 01**

1. JERONIMO CORTES DE ALENCAR, brasileiro, casado, com Regime de Comunhão Parcial de Bens, advogado, natural de Triunfo - PE, nascido em 30/09/1943, filha de Fídis Cortes de Araújo e Iraci Alencar Parente, portador do CPF: nº 005.563.864-34 e RG nº 703939 SSP-PE, residente e domiciliado na Rua Mar Manso, 10 - B, Bairro Ponta de Serrambi CEP: 55.590.000, Ipojuca - PE;

2. ALINE CRISTIANE CORTE DE ALENCAR brasileira, viúva, natural de Caruaru - PE, nascido a 20/01/1973, filha de Jeronimo Corte de Alencar e Audeci Maria Corte de Alencar, Médica, CPF nº. 587.404.734-49, portadora da cédula de identidade nº. 433592 SSP - RO, residente na Rua Mem de Sá (CJ d Pedro I), 753, Bairro Dom Pedro CEP: 69.040-700 Manaus - AM;

3. AUDECI MARIA CORTE DE ALENCAR brasileira, casada, sob regime de Comunhão Parcial de Bens, natural de Ibirajuba - PE, nascida a 10.11.1950, filha de José Izidoro Sobrinho e Maria Izidoro dos Santos, Aposentada, CPF nº. 367.548.894-20, portadora da cédula de identidade nº. 249878288 SSP - SP, residente na Rua Mar Manso, 10 - B, Bairro Ponta de Serrambi CEP: 55.590.000, Ipojuca - PE;

4. EDER WILTON CORTE DE ALENCAR brasileiro, solteiro, natural de Ji Paraná - Rondonia, nascido a 09.04.1984, filho de Jeronimo corte de Alencar e Audeci Maria Corte de Alencar, empresário, CPF nº. 052.686.814-78, portador da cédula de identidade nº. 680671 SSP - RO, residente na Rua Mem de SA, 753, Conj. Pedro I, Dom Pedro CEP: 69.040.700 Manaus/AM.

**CLAUSULA PRIMEIRA** - A sociedade empresária girará sob o nome empresarial **CLÍNICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA** e terá sede e domicílio na Rua Bossuet Wanderley, 361 Térreo, Centro, CEP 58.700.410, Patos - PB.

**CLAUSULA SEGUNDA** - O capital social será de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), dividido em 100.000 (Cem Mil Reais) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios conforme quadro de sócios administradores abaixo:

**QSA - QUADRO DE SÓCIOS ADMINISTRADORES**

Sócios	Nº de quotas	%	Valor em R\$
Jerônimo Cortes de Alencar	25.000	25	25.000,00
Aline Cristiane Corte de Alencar	25.000	25	25.000,00
Audeci Maria Corte de Alencar	25.000	25	25.000,00
Eder Wilton Corte de Alencar	25.000	25	25.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100.000</b>	<b>100</b>	<b>100.000,00</b>

**CLAUSULA TERCEIRA** - O objeto da sociedade empresária será a prestação de serviços de atividade médica:

**ATIVIDADE ECONOMIA PRINCIPAL**

- Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos CNAE (86.40.2/09).

Continua na fl de nº 02







**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA CLÍNICA MÉDICA  
ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA FL 02**

Continuação da fl de nº 01

**ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS**

- Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (CNAE 86.30.503);
- Atividade Médica Ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos (CNAE 86.30.501);
- Atividade Médica Ambulatorial com recursos para realização de exames complementares (CNAE 86.30.502);
- Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente (CNAE 86.90.999);

**CLAUSULA QUARTA** - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**CLAUSULA QUINTA** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLAUSULA SEXTA** - A administração da sociedade caberá isoladamente ao sócio Jerônimo Cortes de Alencar, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

**CLAUSULA SÉTIMA** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

**CLAUSULA OITAVA** - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão o administrador quando for o caso.

**CLAUSULA NONA** - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLAUSULA DÉCIMA** - Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes, bem como a divisão dos lucros obtidos deduzindo-se das receitas brutas todos os custos e despesas ocorridos no período, sendo o saldo positivo distribuídos na proporção da participação de cada sócio no capital social.


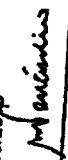
Continua na fl de nº 03









 <b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA</b> CERTIFICO O REGISTRO EM: 25/09/2013 SOB Nº: 25200814259 Protocolo: 13/04/998-9, DE 18/08/2013	
CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA	 MARIA DE FATIMA V. VENANCIO SECRETÁRIA GERAL



**ALTERAÇÃO Nº 01 DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA  
LIMITADA CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA  
AVANÇADA LTDA ME**



CNPJ/MF nº 18.947.253/0001-32  
NIRE 2520061425-9

**JERÔNIMO CORTES DE ALENCAR**, brasileiro, casado, sob regime de Comunhão Total de Bens, advogado, nascido em 30/09/1943, natural de Triunfo - PE, portador do CPF nº 005.563.864-34 e RG 703939 SSP-Pe, residente e domiciliado à Rua Mar Manso, 10 - B, Bairro Ponta de Serrambi, CEP-55.590-000, Ipojuca - PE;

**ALINE CRISTIANE CORTE DE ALENCAR**, brasileira, viúva, médica, nascido em 20/01/1973, natural de Caruaru - PE, portador do CPF nº 587.404.734-49 e RG 433592, SSP-RO, residente e domiciliado à Rua Mem de Sá, 753, (CJ d Pedro I), Bairro Dom Pedro, CEP-69.040-700, Manaus - AM;

**AUDECI MARIA CORTE DE ALENCAR**, brasileira, casada, sob regime de Comunhão Parcial de Bens, Aposentada, nascido em 10/11/1950, natural de Ibirajuba - PE, portador do CPF nº 367.548.894-20 e RG 249878288, SSP-SP, residente e domiciliado à Rua Mar Manso, 10 - B, Bairro Ponta de Serrambi, CEP-55.590-000, Ipojuca - PE;

**EDER WILTON CORTE DE ALENCAR**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 09/04/1984, natural de Ji Paraná -RO, portador do CPF nº 052.686.814-78 e RG 680671, SSP-RO, residente e domiciliado à Rua Mem de Sá, 753, (CJ d Pedro I), Bairro Dom Pedro, CEP-69.040-700, Manaus - AM, por este instrumento particular e na forma de direito, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Únicos sócios quotistas da sociedade empresária "CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA", estabelecida na Rua Bossuet Wanderley, 361, bairro Centro, na cidade de Patos-PB, CEP. 58.700-410 CNPJ/MF nº 18.947.253/0001-32, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o Nire nº 2520061425-9, em sessão de 25.09.2013, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Fica admitido como sócio o Sr. Erico Djan Corte de Alencar, brasileiro, casado, sob regime de Comunhão Total de Bens, médico, nascido em 12/07/1978 natural de Caruaru - PE, portador do CPF nº 021.591.414-70 e RG 3741808 SSP-PB, residente e domiciliado à Rua Rio Branco, 676, Apto 1202, Bairro Brasília, CEP-58.700-370, Patos-PB, sub-rogando-se todos os direitos e obrigações pela parte adquirida a partir desta data.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O sócio Jerônimo Cortes de Alencar, na condição de cedente vendedor, resolve vender suas 25.000 (Vinte e Cinco Mil) quotas do capital social da empresa, já integralizadas, quantificando uma importância de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), para o sócio admitido nos termos da cláusula anterior, o Sr. Erico Djan Corte de Alencar, em face de consoante venda, pelo que dar, plena, geral e rasa quitação de todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, das quotas vendidas, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/10/2016 16:38 SOB Nº 20160303705.  
PROTOCOLO: 160303705 DE 04/10/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11602269546. NIRE: 25200614259.  
CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA - ME

Maria de Fátima Ventura Vazâncio  
SECRETÁRIA-GERAL  
JOÃO PESSOA, 25/10/2016  
www.redeisa.pb.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informando seus respectivos códigos de verificação







COMISSÃO PERMANENTE Nº 69  
Digitalizado com CamScanner

**ALTERAÇÃO Nº 01 DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA  
LIMITADA CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA  
AVANÇADA LTDA ME**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O sócio JERÔNIMO CORTES DE ALENCAR, afasta-se da sociedade, livre e desembaraçado de qualquer responsabilidade a partir da presente alteração.

**CLÁUSULA QUARTA:** O capital social da empresa por ter sido objeto da doação, permanece na mesma quantia de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas e diferenciado na determinação das quotas, da seguinte forma:

**QSA – QUADRO DE SÓCIOS ADMINISTRADORES**

Sócios	Nº de Quotas	%	Valor em R\$
Aline Cristiane Corte de Alencar	25.000	25	25.000,00
Audeci Maria Corte de Alencar	25.000	25	25.000,00
Eder Wilton Corte de Alencar	25.000	25	25.000,00
Erico Djan Corte de Alencar	25.000	25	25.000,00
Total	100.000	100	100.000,00

**CLÁUSULA QUINTA:** A administração da sociedade caberá isoladamente à sócia Audeci Maria Corte de Alencar, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais, nos termos do art. 1.064 da Lei nº 10.406/2002.

**CLÁUSULA SEXTA:** O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

**CLÁUSULA SÉTIMA:** As cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

E, por se acharem em perfeito acordo em tudo quando neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato assinando-o em única via, destinado ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Paraíba, para que produza os efeitos legais.

Patós(PB), 03 de Setembro de 2016.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/10/2016 16:38 SOB Nº 20160305705.  
PROTOCOLO: 160305705 DE 04/10/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11602269546. NIRE: 25200614259.  
CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA - ME

Maria de Fátima Ventura Vasconcelos  
SECRETÁRIA-GERAL  
JOÃO PESSOA, 25/10/2016  
www.redecin.pb.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informando seus respectivos códigos de verificação







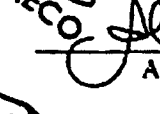


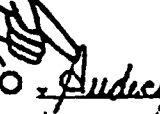
ALTERAÇÃO Nº 01 DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA  
LIMITADA CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA  
AVANÇADA LTDA ME




  
Jeronimo cortes de Alencar  
Sócio Administrador

  
Aline Cristiane Corte de Alencar  
Sócia Quotista

  
Audeci Maria Corte de Alencar  
Sócia Administradora

  
Eder Wilton Corte de Alencar  
Sócio Quotista

  
Erico Djan Corte de Alencar  
Sócio Quotista



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/10/2016 16:38 SOB Nº 20160303703.  
PROTOCOLO: 160303703 DE 04/10/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11602269546. NIRE: 25200614259.  
CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA - ME

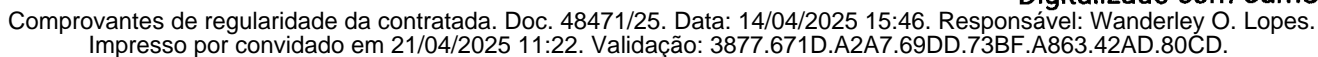
Maria de Fátima Ventura Venâncio  
SECRETÁRIA-GERAL  
JOÃO PESSOA, 25/10/2016  
[www.redesim.pb.gov.br](http://www.redesim.pb.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informando seus respectivos códigos de verificação















**ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA  
LTDA**

Página 1 de 11

Nº 72

CNPJ/MF nº 18.947.253/0001-32

NIRE 2520061425-9

**ALINE CRISTIANE CORTE DE ALENCAR**, brasileira, viúva, médica, nascido em 20/01/1973, natural de Caruaru - PE, portador do CPF nº 587.404.734-49 e RG 433592, SSP-RO, residente e domiciliado à Rua Mem de Sá, 753, (CJ d Pedro I), Bairro Dom Pedro, CEP-69.040-700, Manaus - AM;

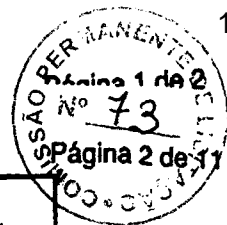
**AUDECI MARIA CORTE DE ALENCAR**, brasileira, casada, sob regime de Comunhão Parcial de Bens, Aposentada, nascido em 10/11/1950, natural de Ibirajuba - PE, portador do CPF nº 367.548.894-20 e RG 249878288, SSP-SP, residente e domiciliado à Rua Mar Manso, 10 - B, Bairro Ponta de Serrambi, CEP-55.590-000, Ipojuca - PE;

**EDER WILTON CORTE DE ALENCAR**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 09/04/1984, natural de Ji Paraná - RO, portador do CPF nº 052.686.814-78 e RG 680671, SSP-RO, residente e domiciliado à Rua Mem de Sá, 753, (CJ d Pedro I), Bairro Dom Pedro, CEP-69.040-700, Manaus - AM;

**ERICO DJAN CORTE DE ALENCAR**, brasileiro, casado, sob regime de Comunhão Total de Bens, médico, nascido em 12/07/1978 natural de Caruaru - PE, portador do CPF nº 021.591.414-70 e RG 3741808 SSP-PB, residente e domiciliado à RUA SEVERINO SOARES S/N, 70, QUADRA 25 LOTE 18, COND VILLAS DO LAGO, MATERNIDADE, CEP:58701-900, Patos - PB







**ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA  
LTDA**

Únicos sócios quotistas da sociedade empresária "CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA", estabelecida na R BOSSUET WANDERLEY, 361, TERREO, CEP: 58.700-410, CENTRO, PATOS - PB, CNPJ n° 18.947.253/0001-32, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o Nire n° 2520061425-9, em sessão de 25.09.2013, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei n° 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

1º CLÁUSULA - Da Admissão dos Sócios

> CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR, Brasileira Solteira, menor emancipado nos termos da Certidão de Emancipação, em 05/04/2024, às fls. 105 do Livro n°. 0384 no Dinamérico Wanderley - Serviço Notarial, estudante, natural da cidade de Recife - PE, nascido em 24/07/2006, portadora do RG 9863499 SSDSPE e CPF: 707.582.374-48, residente e domiciliada na RUA SEVERINO SOARES S/N, 70, QUADRA 25 LOTE 18, COND VILLAS DO LAGO, MATERNIDADE, CEP:58701-900, Patos - PB.



170  
Página 3 de 11  
Nº 74  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

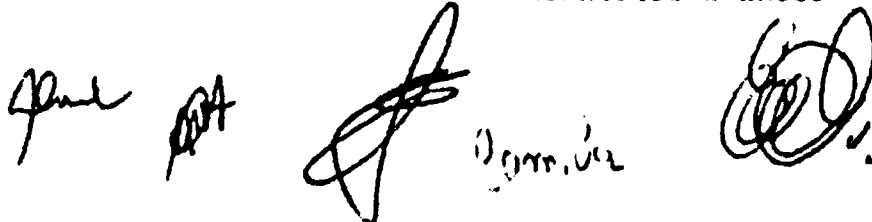
**ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA  
LTDA**

**2º CLÁUSULA - Da Cessão e quitação das quotas**

A Sócia **ALINE CRISTIANE CORTE DE ALENCAR** retira-se da sociedade, livre e desembaraçada de qualquer compromisso, transferindo a **CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR** o total de 25.000 (Vinte e Cinco Mil) quotas da sua parte na sociedade, totalizando o valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), livre de qualquer ônus, pelo que **CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR** pagará no ato da assinatura do presente instrumento, diretamente a **ALINE CRISTIANE CORTE DE ALENCAR** a quantia de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

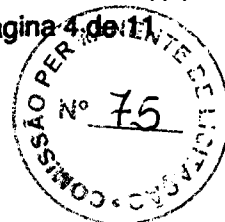
A Sócia **AUDECI MARIA CORTE DE ALENCAR** retira-se da sociedade, livre e desembaraçada de qualquer compromisso, transferindo a **CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR** o total de 25.000 (Vinte e Cinco Mil) quotas da sua parte na sociedade, totalizando o valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), livre de qualquer ônus, pelo que **CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR** pagará no ato da assinatura do presente instrumento, diretamente a **AUDECI MARIA CORTE DE ALENCAR** a quantia de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

O Sócio **EDER WILTON CORTE DE ALENCAR** retira-se da sociedade, livre e desembaraçada de qualquer compromisso, transferindo a **CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR** o total de 10.000 (Dez Mil) quotas da sua parte na sociedade, totalizando o valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), livre de qualquer ônus, pelo que **CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR** pagará no ato da assinatura do presente instrumento, diretamente a **EDER WILTON CORTE DE ALENCAR** a quantia de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), e ainda no mesmo ato, o sócio **EDER WILTON CORTE DE ALENCAR** transfere a **ERICO**





**ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA  
LTDA**



DJAN CORTE DE ALENCAR o total de 15.000 (Quinze Mil) quotas da sua parte na sociedade, totalizando o valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), livre de qualquer ônus, pelo que ERICO DJAN CORTE DE ALENCAR DE ALENCAR pagará no ato da assinatura do presente instrumento, diretamente a **EDER WILTON CORTE DE ALENCAR** a quantia de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais).

**3º CLÁUSULA - Da Distribuição do Capital**

O capital social de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, permanece inalterado e distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R\$
ERICO DJAN CORTE DE ALENCAR	40.000	R\$ 40.000,00
CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR	60.000	R\$ 60.000,00
<b>TOTAL:</b>	<b>100.000,00</b>	<b>R\$ 100.000,00</b>

**4º CLÁUSULA - Da administração**

A da Sociedade é exercida única e exclusivamente pelo sócio CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR, com poderes e atribuições de sócio gerente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja a que título for, de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens e imóveis da Sociedade sem autorização do outro sócio.



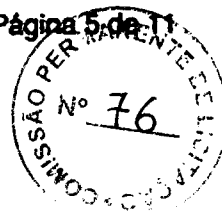









**ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA  
LTDA**



**5º CLÁUSULA - Da administração**

O administrador declara sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

**6º CLÁUSULA - Da Consolidação**

Tendo em vista a modificação ora ajustada consolida-se seu Contrato de Constituição.

**1º CLÁUSULA - Do Nome Empresarial**

A Sociedade Empresária Limitada continuará com o nome empresarial "CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA", e é regida pelo presente Contrato Social e subsidiariamente pelo Código Civil (Lei nº 10.406/2020).

**2º CLÁUSULA - Da Sede**

A sociedade tem sede no endereço: R BOSSUET WANDERLEY, 361, TERREO, CEP: 58.700-410, CENTRO, PATOS - PB, podendo abrir e manter filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, obedecendo às disposições legais vigentes.



**ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA  
LTDA**



**3ª Cláusula - DO ENQUADRAMENTO**

A Sociedade declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

**4ª Cláusula - DO OBJETO SOCIAL**

A Sociedade Limitada exerce os serviços que realizam: Serviços de diagnóstico por métodos ópticos, endoscopia e outros exames análogos Atividade médica ambulatorial restrita a consultas Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente.

E exerce as seguintes atividades:

86.40-2-09 - Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos;

86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas;

86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;

86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares;

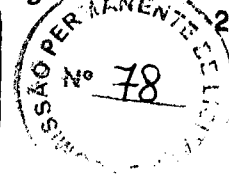
86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente.

**5ª CLÁUSULA - Do Início das Atividades e do Prazo**

O início das atividades da sociedade empresaria limitada iniciou em 25/09/2013 e seu prazo de duração é indeterminado.



**ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA  
LTDA**



**6º CLÁUSULA - Do Capital Social**

O capital social de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R\$
ERICO DJAN CORTE DE ALENCAR	40.000	R\$ 40.000,00
CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR	60.000	R\$ 60.000,00
<b>TOTAL:</b>	<b>100.000,00</b>	<b>R\$ 100.000,00</b>

**7º CLÁUSULA - Da Responsabilidade**




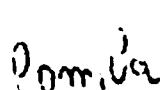

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme disposição da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**8º CLÁUSULA - Do Balanço Patrimonial**

O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício, levantar-se-á balanço patrimonial da Sociedade e se apurará os resultados. Os eventuais lucros serão distribuídos entre os sócios independentemente às contribuições de cada um para o resultado, conforme for deliberado pela maioria dos sócios.

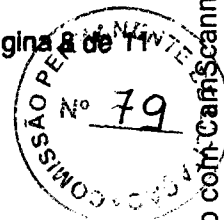
**9º CLÁUSULA - Das Quotas da Sociedade**

As quotas da sociedade são individuais e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento do sócio remanescente, ao qual fica assegurado o direito de preferência em igualdade de condições.



**ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA  
LTDA**



**10º CLÁUSULA - Da Administração da Sociedade**

A administração da sociedade é exercida pelo sócio: CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR, já qualificado no preâmbulo, com o poder e atribuição de **ADMINISTRADOR**, o qual poderá representar a sociedade em conjunto ou isoladamente, competindo o uso da denominação social ativa ou passivamente judicial e extrajudicial da sociedade, INCLUSIVE, o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, o administrador prestar endossos, fianças, avais ou cauções de favor a terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

**11º CLÁUSULA - Do Desimpedimento do Administrador**

O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**12º CLÁUSULA - Do Pró Labore**

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Camila



**ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA  
LTDA**



**13º CLÁUSULA - Do Falecimento do Sócio**

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**14º CLÁUSULA - Do Foro**

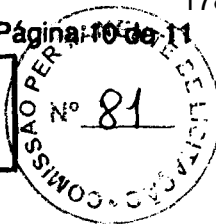
Fica eleito o foro da cidade de Patos - PB para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, fizeram digitar o presente instrumento, o qual depois de lido e achado conforme, aceitam, outorgam e assinam.







ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA  
LTDA



Patos, 22/04/2024

  
ERICO DJAN CORTE DE ALENCAR

  
CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR

  
ALINE CRISTIANE CORTE DE ALENCAR

  
AUDECI MARIA CORTE DE ALENCAR

  
EDER WILTON CORTE DE ALENCAR









## TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ADRIANO MENINO LEITE, com inscrição ativa no CRC/PB, sob o nº 010970, Inscrito no CPF nº 05771031488, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
05771031488	010970	ADRIANO MENINO LEITE



**JUCEP**

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/05/2024 09:42 SOB Nº 20240690842.  
PROTOCOLO: 260690842 DE 30/04/2024.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12606336167. CEPJ DA SEDE: 18947253000132.  
NIRE: 25200614259. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 22/04/2024.  
CLÍNICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA

MARIA DE FÁTIMA VENTURA VIANEIRO  
SECRETÁRIA-GERAL  
www.fedestm.pb.gov.br

A validade deste documento, ao impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando aos respectivos órgãos de verificação.









**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**GOVERNO FEDERAL**  
Estado da Paraíba  
**Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social**



Nome / Name  
**CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR**

Nome social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number  
**707.582.374-48**

Data de Nascimento / Date of Birth  
**24/07/2006**

Naturalidade / Place of Birth  
**RECIFE-PE**

Nacionalidade / Nationality  
**BRA**

Validade / Expiry  
**06/06/2034**

*Camila Nunes W. de Alencar*  
Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**









**Filiação / Filiation**  
**ERICO DJAN CORTE DE ALENCAR**  
**GERMANA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR**

**Órgão Expedidor / Card Issuer**  
**Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social-**  
**SESDS-PB**

**Local / Place of Issue**  
**JOÃO PESSOA / PB**

**Emissão / Issue**  
**07/06/2024**

**Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature**  
*Acido Pereira Furtado*  
**Acido Pereira Furtado**  
**Chefe do Núcleo de Ident. Civil e Criminal**

**LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983**

P-239









**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**  
**CONSELHO REGIONAL DA PARAIBA**  
**CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO**

NOME  
 ÉRICO DJAN CÔRTE DE  
 ALENCAR CRM/UF  
 005491/PB

FILIAÇÃO  
 JERONIMO CÔRTE DE  
 ALENCAR  
 AUDECI MARIA CÔRTE DE  
 ALENCAR

DATA DE INSCRIÇÃO 14/10/2010 VIA 1

*Érico Jhan Corte de Alencar*  
 ASSINATURA DO PORTADOR

**DINIZ CABRAL** Rodrigo Diniz Cabral

AUTENTICAÇÃO No 2024-007287

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original  
 apresentado. Em testemunho da verdade  
 PRTOS-PB, 27/11/2024 09:33:29

Selo Digital: AQJ42120-ZLNF

Para consultar, acesse <https://sistema.tjpb.jus.br>  
 EMOL: 3,23 FEPJ: 0,66 FARPEN: 0,12 ISS-TR: 0,18



PEDRO MATHEUS RODRIGUES ALMEIDA - ESCRIVENTE AUTORIZADO

Pedro Matheus Rodrigues Almeida  
 Escrevente Autorizado  
 CPF 066.188.294-70

CPF	RG / ÓRGÃO EMISSOR	
021.591.414-70	3741808/SSDS-PB	
TÍTULO DE ELEITOR	SEÇÃO	ZONA
49811800868	0005	0028
DATA DE NASCIMENTO	NATURALIDADE	
12/07/1978	CARUARU-PE	
LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO		
JOÃO PESSOA, 11/03/2014		

0110729

ASSINATURA DO PRESIDENTE DO CRM

VÁLIDA COMO PROVA DE IDENTIDADE PARA QUALQUER  
 EFEITO DE ACORDO COM A LEI 8.206/73.

**Prefeitura Municipal de Cattingueira**  
**Comissão Permanente de Licitação**

**AUTENTICAÇÃO**

Esta cópia confere com o original, por  
 mim conferido e assinado. Dou fé.

Em 27/11/2024

Secretário(a) da CPL



Atestamos que a CONTRATADA, devidamente inscrita no CNPJ nº 08.947.411/0001-00, é titular da empresa e possui a qualificação necessária para a execução dos serviços contratados, conforme consta no documento de identificação da empresa, em anexo.

**AUTENTICAÇÃO**

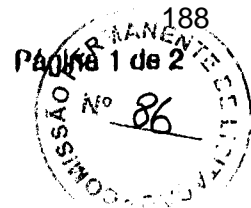
Assinada e rubricada por: \_\_\_\_\_

Assinada e rubricada por: \_\_\_\_\_

Assinada e rubricada por: \_\_\_\_\_



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria da Modernização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado da Paraíba - JUCEP



## DECLARAÇÃO DE REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado da Paraíba - JUCEP

A Sociedade **CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA**, com contrato social registrado na Junta Comercial e em 26/09/2013, NIRE: 25200614259, CNPJ: 18.047.253/0001-32, estabelecido(a) na RUA BOSCHETT WANDERLEY, 361 TÊNREO, CENTRO, Patos - PB, CEP: 58700-410, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra da condição de MICROEMPRESA PARA EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 307

Descrição do Ato: REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Patos - PB, 22/04/2024

ALENE CHRISTIANE CORTES DE ALENCAR  
(Sócia)

EDSON WILTON CORTES DE ALENCAR  
(Sócio)

ELISAVIANA CORTES DE ALENCAR  
(Sócia)

ALINE MARIA CORTES DE ALENCAR  
(Sócia/Administradora)

CAMILA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR  
(Sócia/Administradora)

\* Foto (documentos) do(s) signatário(s) no(s) local (s) abaixo



## TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ADRIANO MENINO LEITE, com inscrição ativa no CRC-PB, sob o nº 010270, inscrito no CPF nº 05771031488, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
05771031488	010270	ADRIANO MENINO LEITE



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/05/2024 09:42 SOB Nº 20260490890.  
PROTOCOLO: 240690890 DE 30/04/2024.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12404330182. CUPJ DA SEDE: 1847253000132.  
NIRE: 35300614359, COM ESCRITOS DO REGISTRO EM: 22/04/2024.  
CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA

MARIA DE FATIMA VENTURA VERANCIO  
SECRETÁRIA-GERAL  
www.rndesim.pb.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade em respectivos portais, informados em seus respectivos endereços de verificação.







# GASTROVITA

## DECLARAÇÕES

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB  
CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025**

A empresa **GATROVITA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **18.947.253/0001-32**, situada na Rua **Bossuet Wanderley, 361 – Patos-PB**, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) **EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR** portador(a) do CPF: **951.061.114-04** e RG: **1.727.076 SSP-PB**. Em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe. **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

Cumprir com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

Não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021; Não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;

Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno; perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;

Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado,

observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Patos-PB, 18 de fevereiro de 2025.

  
**EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR**

**RG: 1.727.076 SSP/PB**

**CPF: 951.061.114-04**

**GASTROVITA**

**CNPJ: 18.947.253/0001-32 –**

**RUA BOSSUET WANDERLEY, 361 – CENTRO**

**PATOS – PB – CEP: 58.700-410**









# GASTROVITTA

## DECLARAÇÃO ME/EPP

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB  
CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025**

A empresa **GATROVITTA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.947.253/0001-32, situada na Rua **Bossuet Wanderley, 361 – Patos-PB**, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) **EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR** portador(a) do CPF: 951.061.114-04 e RG: 1.727.076 SSP-PB. Em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe, **DECLARA**, sob as penas da lei: Ser ME, EPP;

Que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que no ano-calendário de realização deste Credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021

Patos-PB, 18 de fevereiro de 2025.

**EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR**

**RG: 1.727.076 SSP/PB**

**CPF: 951.061.114-04**

**GASTROVITA**

**CNPJ: 18.947.253/0001-32 –**

**RUA BOSSUET WANDERLEY, 361 – CENTRO**

**PATOS – PB – CEP: 58.700-410**










# GASTROVITA

## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB  
CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025**

A empresa **GATROVITA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.947.253/0001-32, situada na Rua Bossuet Wanderley, 361 – Patos-PB, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) **EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR** portador(a) do CPF: 951.061.114-04 e RG: 1.727.076 SSP-PB. Declara, sob as penas da lei, que não foi declarada **INIDONEA e NEM SUSPENSA TEMPORARIAMENTE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei de Licitações.

Patos-PB, 18 de fevereiro de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
**EDILSON BRANDÃO DE LUCENA JUNIOR**  
**RG: 1.727.076 SSP/PB**  
**CPF: 951.061.114-04**

**GASTROVITA**  
**CNPJ: 18.947.253/0001-32 –**  
**RUA BOSSUET WANDERLEY, 361 – CENTRO**  
**PATOS – PB – CEP: 58.700-410**









PORTARIA Nº 040/2022

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990.

**RESOLVE:**

**Art.1º. DESIGNAR**, a Senhora **MARIA JOSÉ ALVES DOS SANTOS** para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos contratos realizados pelo município (com exceção dos contratos da Secretaria Municipal de Saúde e obras e serviços de engenharia) nos termos da Lei especificamente de acordo com Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 2º** - As principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

- I - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos fornecimentos e serviços prestados ao Município de Catingueira-PB;
- II - Verificar se a execução (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;
- III - observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência
- IV - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado e consequentemente indicar eventuais glosas das faturas. A ação do fiscal, nesses casos, observará o que reza o contrato e o ato licitatório, principalmente em relação ao prazo ali previsto.
- V - acompanhar a execução dos serviços demandados de forma a atuar tempestivamente, na solução de problemas, em especial verificando:
  - a) - as faltas ou defeitos cometidos pela contratada, determinando o que for necessário à regularização;
  - b) se o serviço prestado está de acordo com a especificação definida no contrato;
- VI- manter, em processo, registro de ocorrências durante toda a execução do contrato como forma de subsidiar a gestão contratual;

*Saulo*





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

198

**Art.3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Catingueira-PB, ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**-A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 19 de abril d 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se,

Catingueira – PB, 10 de maio de 2022.

  
**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
Prefeito

198





## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 14/04/2025 às 15:46:26 foi protocolizado o documento sob o Nº 48492/25 da subcategoria Contratos , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Catingueira, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Wanderley Oliveira Lopes.

Número do Contrato: 001001082025

Data da Publicação: 09/04/2025

Data da Assinatura: 07/04/2025

Data Final do Contrato: 31/12/2025

Valor Contratado: R\$ 47.052,50

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA POSTERIOR Contratação, MEDIANTE Documentação, DE Serviços MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA PROCEDIMENTOS DE CONSULTAS, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB

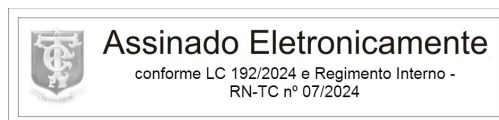
Contratado (Nome): Clínica Médica Especializada em Endoscopia Avançada Ltda

Contratado (CNPJ): 18.947.253/0001-32

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	ba4ca6b536670ade009d7b57c897c975
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	3877671da2a769dd73bfa86342ad80cd
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	15d8d9aca23bff93dade6efa05b6b2a4
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	dac42d1b3b22a35e19cd32fc19bc8196
Designação da fiscalização técnica do contrato	Sim	7557eb7bea4991ddffbf4aaf6d4bf6ae
Designação do fiscal administrativo do contrato	Sim	7557eb7bea4991ddffbf4aaf6d4bf6ae
Designação do gestor do contrato	Sim	9baee935fd7dac6f323e32a10d025f18

João Pessoa, 14 de Abril de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



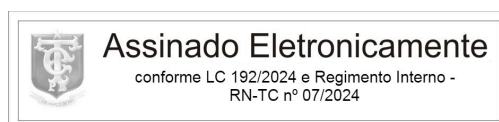
**Documento:** 48471/25**Subcategoria:** Licitações**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Catingueira**Exercício:** 2025

## CERTIDÃO

### CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 14/04/2025 às 15:46h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 48492/25 ao Documento 48471/25, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 48471/25:

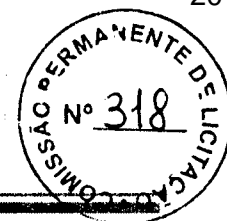
Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	89 - 101	dac42d1b3b22a35e19cd32fc19bc8196
Designação da fiscalização técnica do contrato	102 - 103	7557eb7bea4991ddffbf4aaf6d4bf6ae
Comprovante de publicidade	104 - 105	ba4ca6b536670ade009d7b57c897c975
Designação do gestor do contrato	106 - 107	9baee935fd7dac6f323e32a10d025f18
Comprovação da existência de dotação orçamentária	108	15d8d9aca23bff93dade6efa05b6b2a4
Comprovantes de regularidade da contratada	109 - 196	3877671da2a769dd73bfa86342ad80cd
Designação do fiscal administrativo do contrato	197 - 198	7557eb7bea4991ddffbf4aaf6d4bf6ae
RECIBO PROTOCOLO	199	b34e07420ec81cdac692457caf1e00e9

**João Pessoa, 14 de Abril de 2025****Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PMC/SMS.

CONTRATO Nº 01.00107/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025  
INEXIGIBILIDADE Nº 0011/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE SE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA E ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA CNPJ/CPF Nº 32.227.914/0001-86.

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA, ESTADO DA PARAÍBA, CNPJ nº 08.885.287/0001-96, com sede na Rua Inácio Felix de Oliveira, s/n, Centro, Catingueira/PB, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SUÉLIO FÉLIX DE ALANCAR**, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 027.939.584-17 e RG de nº 58705818-8 SSP/SP, infra-assinada doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado à empresa **ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 32.227.914/0001-86, com sede na Rua. Bossuet Wanderley, Nº 469, Bairro, centro, Município Patos Estado Paraíba, medico especialista o dra **BRUNA LAIZA FONTES ALMEIDA**, portadora do CPF nº 071.558.214-17, e RG 3.051.534 - SSP/PB, CRM Nº 7928, residente/ domiciliada a Rua. Bossuet Wanderley, Nº 469, Bairro, centro, Município Patos Estado Paraíba, representado neste ato pelo o senhor, **ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA SILVA**, CPFº 037.955.524-78 e RG Nº 2513234 SSP/PB, residente/ domiciliada a Rua. Bossuet Wanderley, Nº 469, Bairro, centro, Município Patos Estado Paraíba denominada CONTRATADA, em conformidade com o **EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 002/2025, INEXIGIBILIDADE 00011/2025** com base no art. 74, inciso IV caput da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

O objeto do presente Contrato é CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO, MEDIANTE DOCUMENTAÇÃO, DOS SERVIÇOS ESPECIALIDADE MÉDICAS EM CONSULTAS ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB Conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor Total
13	Consultas especializadas na área de REUMATOLOGIA para atendimento a pacientes do município..	CONSULTA	250	R\$ 207,63	R\$ 51.907,50
VALOR GLOBAL:					R\$ 51.907,50

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços serão prestados nos dias, locais e no horário designado.

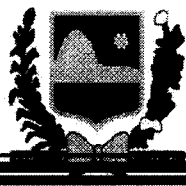
Pela Secretaria Municipal de Saúde.

SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:02793958417

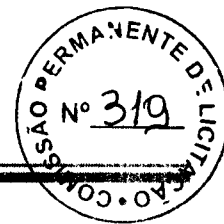
Assinado de forma digital por SUELIO  
FELIX DE ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 12:22:58 -03'00'

Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro, Catingueira-PB - CEP: 58715-000  
Site: [www.catingueira.pb.gov.br](http://www.catingueira.pb.gov.br) | E-mail: [prefeitura@catingueira.pb.gov.br](mailto:prefeitura@catingueira.pb.gov.br)





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



**CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é até 31/12/2025, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no termo de referencia, anexo a este Contrato.

**MATRIZ DE RISCO:**

- 3.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

- a) Impedimento Municipal para execução;
- b) Custos e prazos incorretos e erros no valor e prazo dos serviços;
- c) Eventos devido a força maior ou caso fortuito, não seguráveis que prejudiquem a continuidade dos serviços
- d) Mudança de legislação, regulamentação ou tributárias;
- e) Vícios verificados nos serviços

- 3.3 Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

- a) Prejuízos causados a terceiros pela contratada ou seus subcontratados;
- b) Eventos devido a força maior ou caso fortuito, seguráveis que prejudiquem a continuidade dos serviços;
- c) Prejuízos decorrentes de erros na realização dos serviços verificados pela fiscalização, acabamentos e utilização de materiais inadequados ou fora das especificações;
- d) Atrasos com pagamento decorrido de insuficiência de recursos financeiros;
- k) Mudança de legislação, regulamentação ou tributárias;
- l) Rescisão contratual ou quebra do contrato por problemas diversos;
- m) Anulação do contrato por natureza diversa;
- n) Riscos ambientais e atrasos causados por ação de órgãos fiscalizadores;
- o) Constituem riscos a serem assumidos pela contratante, com reequilíbrio econômico-financeiro;
- p) Constituem riscos a serem assumidos pela contratante e pela contratada;

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços.

SUELIO FELIX DE

ALENCAR:02793958417

Assinado de forma digital por

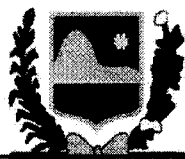
SUELIO FELIX DE

ALENCAR:02793958417

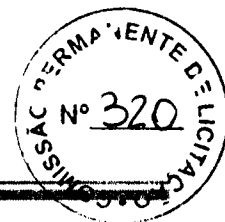
Dados: 2025.04.07 12:23:12 -03'00'

Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro, Cattingueira-PB - CEP: 58715-000  
Site: [www.catingueira.pb.gov.br](http://www.catingueira.pb.gov.br) | E-mail: [prefeitura@catingueira.pb.gov.br](mailto:prefeitura@catingueira.pb.gov.br)





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



**CLÁUSULA QUINTA - VALOR**

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 51.907,50 (cinquenta e um mil e novecentos e sete reais e cinquenta centavos)**,

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. A contratada será obrigada a enviar juntamente com a nota fiscal as comprovações de quitação trabalhistas e previdenciárias.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrecorríveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

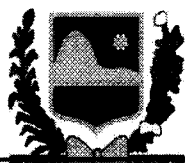
- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- g) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:02793958417

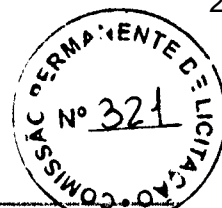
Assinado de forma digital por SUELIO FELIX  
DE ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 12:23:24 -03'00'

Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro, Catingueira-PB - CEP: 58715-000  
Site: [www.catingueira.pb.gov.br](http://www.catingueira.pb.gov.br) | E-mail: [prefeitura@cingueira.pb.gov.br](mailto:prefeitura@cingueira.pb.gov.br)





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



- h) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- i) Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- k) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- l) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- m) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- n) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- o) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- p) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- q) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- r) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

II) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

III) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

IV) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

SUELIO FELIX DE

ALENCAR:02793958417

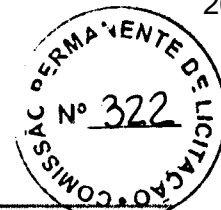
Assinado de forma digital por SUELIO  
FELIX DE ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 12:23:35 -03'00'

Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro, Cattingueira-PB - CEP: 58715-000  
Site: [www.catingueira.pb.gov.br](http://www.catingueira.pb.gov.br) | E-mail: [prefeitura@catingueira.pb.gov.br](mailto:prefeitura@catingueira.pb.gov.br)





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



V) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

VII) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

VIII) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

XI) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

XII) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

XIII) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

XIV) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XV) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

XVI) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, código de ética da entidade de classe, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre o local dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

XVII) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças necessárias nos serviços solicitados;

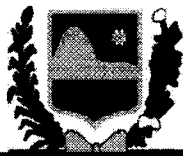
XVIII) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**SUELIO FELIX DE**  
**ALENCAR:02793958417**

Assinado de forma digital por SUELIO  
 FELIX DE ALENCAR:02793958417  
 Dados: 2025.04.07 12:23:48 -03'00'

Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro, Catingueira-PB - CEP: 58715-000  
 Site: [www.catingueira.pb.gov.br](http://www.catingueira.pb.gov.br) | E-mail: [prefeitura@catingueira.pb.gov.br](mailto:prefeitura@catingueira.pb.gov.br)





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**

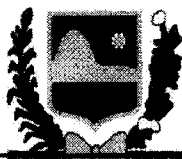


- XIX) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- XX) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- XXI) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- XXII) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XXIII) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XXIV) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- XXV) Cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias mensalmente;
- XXVI) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros;
- XXVII) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- XXVIII) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- XXX) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- XXXI) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- XXXII) Manter as informações, atualizadas, do profissional junto ao CNES;
- XXXIII) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, em plena validade;
- XXXIV) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- XXXV) Encaminhar mensalmente comprovantes de quitação das obrigações Trabalhista e previdenciária.

**CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever de o contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres do presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato Inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade competente.

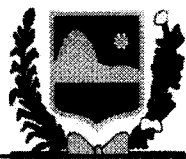
**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

11.1. Não será exigida garantia de execução para a presente contratação

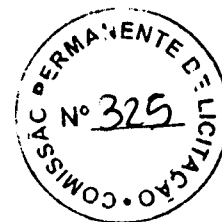
**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.0 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que será aplicado ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

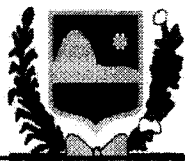


- 12.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 12.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.10. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.13. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.15. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
  - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:02793958417

Assinado de forma digital por SUELIO  
FELIX DE ALENCAR.02793958417  
Dados: 2025.04.07 12:24:37 -03'00'





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



12.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.20. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa c/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referido no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

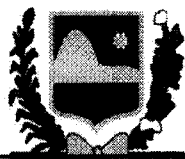
13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o ano em exercício, por conta da dotação:

06.000 SECRETARIA DE SAÚDE

10 301 1009 2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1009 2013 COFINANCIAMENTO DO BLOCO DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 301 1009 2015 BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS DA SAÚDE À ATENÇÃO PRIMÁRIA – APS

10 302 1009 2017 COFINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE SAMU/ MAC – FUS

10 301 1009 2024 INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA NO SUS

10 301 1009 2061 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

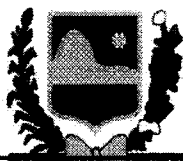
**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:**

16.1. Os licitantes devem observar e o CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

16.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- b) "prática colusivas": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- c) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- d) "prática obstrutiva": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga do contrato financiada pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do contrato financiado pelo organismo.

16.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de do contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:02793958417

Assinado de forma digital por  
SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 12:25:33 -03'00'

Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro, Cattingueira-PB - CEP: 58715-000  
Site: [www.catingueira.pb.gov.br](http://www.catingueira.pb.gov.br) | E-mail: [prefeitura@catingueira.pb.gov.br](mailto:prefeitura@catingueira.pb.gov.br)





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

19.1 Compreendem os serviços a serem prestados:

- a) O atendimento aos usuários que buscam a Unidade de Saúde em demanda espontânea, tanto adulta como pediátrico, responsabilizando-se integralmente pela assistência dos mesmos;
- b) Realizar consultas e emitir atestado médico quando houver necessidade, conforme protocolos clínicos;
- c) Fazer uso, quando necessário, de todos os recursos e equipamentos disponíveis na Unidade Mista de Saúde, para suporte básico e avançado de vida;
- d) Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência médica prestada e realizar registros adequados sobre os pacientes no prontuário, fichas de transferência, encaminhamentos, notificações compulsórias e outras atividades determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- e) Zelar pela manutenção e ordem dos serviços;
- f) Executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;

19.2. Obedecer ao Código de Ética Médica.

19.3. As despesas referentes à prestação dos serviços ficam por conta da CONTRATADA, sendo pago apenas o valor relativo aos serviços, conforme tabela apresentada no item 7 deste Termo de Referência.

19.4. Na qualidade de prestadora de serviços a CONTRATADA se responsabiliza por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

19.5. O pagamento dos serviços prestados será por meio do quantitativo de plantões efetivamente executados no mês em questão, conforme Termo de Referência e boletim de frequência de ponto biométrico dos prestadores de serviço;

19.6. A remuneração será realizada com base no número de plantões realizados pelos profissionais no mês em questão. 19.7. O prestador será informado do valor a ser recebido e deverá entregar a nota fiscal à Secretaria Municipal de Saúde. 19.8. Tais notas serão empenhadas e pagas pela Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças;

19.9. Serão analisados também dados qualitativos e quantitativos de produção médica;

19.10. A convocação dos CREDENCIADOS para prestação dos serviços será realizada de forma rotativa, seguindo a ordem cronológica da publicação da homologação de cada credenciamento requerido, ou seja, o primeiro CREDENCIADO será convocado primeiramente, e assim sucessivamente;

19.11. Ocorrendo homologação simultânea de credenciamento de um mesmo lote, será dada prioridade à ordem crescente de data e hora protocolização dos documentos;

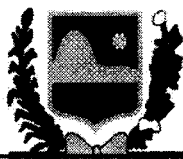
SUELIO FELIX DE

ALENCAR:02793958417

Assinado de forma digital por  
SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 12:26:02 -03'00'

Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro, Cattingueira-PB - CEP: 58715-000  
Site: [www.catingueira.pb.gov.br](http://www.catingueira.pb.gov.br) | E-mail: [prefeitura@catingueira.pb.gov.br](mailto:prefeitura@catingueira.pb.gov.br)





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



**CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)**

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de PIANCÓ-PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Data de emissão do contrato 07 de abril de 2025.

**SUELIO FELIX DE**  
**ALENCAR:02793958417**

Assinado de forma digital por

SUELIO FELIX DE

ALENCAR:02793958417

Dados: 2025.04.07 12:26:54 -03'00'

SUELIO FÉLIX DE ALENCAR  
Prefeitura Municipal de Catingueira-PB  
CNPJ: 08.885.287/0001-96

**CONTRATANTE**



Documento assinado digitalmente:

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA SILVA

Data: 07/04/2025 11:44:07 -03'00'

verifique em <https://validar.it.gov.br>

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA,  
CNPJ nº 32.227.914/0001-86,

Represente legal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA SILVA,  
CPFº 037.955.524-78 e RG Nº 2513234 SSP/PB

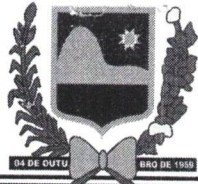
**CONTRATADA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
CPF:





PORTARIA Nº 040/2022

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990.

**RESOLVE:**

**Art.1º. DESIGNAR**, a Senhora **MARIA JOSÉ ALVES DOS SANTOS** para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos contratos realizados pelo município (com exceção dos contratos da Secretaria Municipal de Saúde e obras e serviços de engenharia) nos termos da Lei especificamente de acordo com Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 2º** - As principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

- I - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos fornecimentos e serviços prestados ao Município de Catingueira-PB;
- II - Verificar se a execução (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;
- III - observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência
- IV - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado e consequentemente indicar eventuais glosas das faturas. A ação do fiscal, nesses casos, observará o que reza o contrato e o ato licitatório, principalmente em relação ao prazo ali previsto.
- V - acompanhar a execução dos serviços demandados de forma a atuar tempestivamente, na solução de problemas, em especial verificando:
  - a) - as faltas ou defeitos cometidos pela contratada, determinando o que for necessário à regularização;
  - b) se o serviço prestado está de acordo com a especificação definida no contrato;
- VI- manter, em processo, registro de ocorrências durante toda a execução do contrato como forma de subsidiar a gestão contratual;

*Saulo*





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

215

**Art.3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Catingueira-PB, ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**-A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 19 de abril d 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se,

Catingueira – PB, 10 de maio de 2022.

  
SUELIO FELIX DE ALENCAR  
Prefeito

215



**Considerando** a necessidade de dar efetividade a Lei acima citada, para que cumpra com os fins é necessário o preenchimento dos cargos previstos na Lei Municipal.

# RESOLVE:

**Art. 1º.** Nomear o Senhor **WELLYN DE ARRUDA SILVA**, inscrito no CPF nº \*\*\*.724.634-\*\*, para exercer o cargo em confiança de **Coordenador - DEMUTRAN**, lotando-o na Secretaria Municipal de Transporte, devendo servir-lhe de título a presente portaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem ao dia 01 de abril de 2025.

Registre-se,  
Publique-se, e  
Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 09 de abril de 2025.

**ANTONIO LUCENA FILHO**  
Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Antonio Furtado de Figueiredo Neto  
**Código Identificador:**14494EE0

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 165/2025 - ÁLYSSON BRUNO SANTOS FURTADO

### PORTARIA Nº 165/2025

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, c/c Leis Municipais nº 487/2004, 526/2007, 554/2008, 630/2012 e 631/2012, 431/2001 e suas alterações.

**Considerando** que por força da Lei Municipal nº 896/2024, publicada em 11/06/2024, foi criado o **DE MUTRAN - DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE URBANA, TRÂNSITO E TRANSPORTE DE BONITO DE SANTA FÉ - PB, E DA JARI - JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO**.

**Considerando** a necessidade de dar efetividade a Lei acima citada, para que cumpra com os fins é necessário o preenchimento dos cargos previstos na Lei Municipal.

# RESOLVE:

**Art. 1º.** Nomear o Senhor **ÁLYSSON BRUNO SANTOS FURTADO**, inscrito no CPF nº \*\*\*.209.704-\*\*, para exercer o cargo em confiança de **Coordenador - DEMUTRAN**, lotando-o na Secretaria Municipal de Transporte, devendo servir-lhe de título a presente portaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem ao dia 01 de abril de 2025.

Registre-se,  
Publique-se, e  
Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 09 de abril de 2025.

**ANTONIO LUCENA FILHO**  
Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Antonio Furtado de Figueiredo Neto  
**Código Identificador:**4E7AE36A

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRINHAS

### GABINETE DO PREFEITO RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00006/2025

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00006/2025, que objetiva: Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica no suporte jurídico estratégico para a gestão, incluindo o acompanhamento de processos nos órgãos fiscalizadores Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal em defesa do Município de Cajazeirinhas; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: BRUNO LOPES DE ARAÚJO SOCIEDADE DE ADVOGADOS - R\$ 60.000,00.

Cajazeirinhas - PB, 12 de fevereiro de 2025

**LUANA MARA DE ALMEIDA**  
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**  
Eduardo Alencar Santos  
**Código Identificador:**5B3FB260

### SETOR DE LICITAÇÕES EXTRATO DE CONTRATO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00006/2025

**OBJETO:** Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica no suporte jurídico estratégico para a gestão, incluindo o acompanhamento de processos nos órgãos fiscalizadores Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal em defesa do Município de Cajazeirinhas. **FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação nº IN00004/2025 de acordo com art. 74, inciso III, da Lei Federal 14.133/2021, e, na Lei nº 14.039, de 17 de agosto de 2020, que Decreto-lei 9.295/46, que criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **DOTAÇÃO:** As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2025, na classificação abaixo: As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 04 122 1003 2008 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE ADMINISTRAÇÃO Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.; até o final do exercício financeiro de 2025. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas e: CT Nº 00028/2025 - 11.02.25 - BRUNO LOPES DE ARAÚJO SOCIEDADE DE ADVOGADOS - R\$ 60.000,00.

**Publicado por:**  
Eduardo Alencar Santos  
**Código Identificador:**4F0ED129

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025- CREDENCIAMENTO 002/2025

**EXTRATO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO** 002/2025 - IN 0011/2025  
**CONTRATO** Nº 001.00105/2025  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Cattingueira - PB  
**CONTRATADA:** ANA PAULA DE SOUZA CRISPIM REMIGIO LTDA, CNPJ nº 01.101.954 0001-53,  
**ESPECIALIDADE:** Dermatologia.  
**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade



médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 123.840,00 (cento e vinte e três mil e oitocentos e quarenta reais),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartin s De Freitas

**Código Identificador:**B08A29CA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**  
**CONTRATO Nº 001.00106/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** ORTOMED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ sob nº 10.714.599/0001-89.

**ESPECIALIDADE:** Ortopedia.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartin s De Freitas

**Código Identificador:**A4BBC4FB

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**  
**CONTRATO Nº 001.00108/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA CNPJ nº 32.227.914/0001-86.

**ESPECIALIDADE:** Reumatologia.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 51.907,50 (cinquenta e um mil e novecentos e sete reais e cinquenta centavos),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartin s De Freitas

**Código Identificador:**276B8019

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**  
**CONTRATO Nº 001.00108/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** CLÍNICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA, CNPJ: 18.947.253/0001-32,

**ESPECIALIDADE:** Gastroenterologista.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 47.052,50 (quarenta e sete mil e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartin s De Freitas

**Código Identificador:**EBCB8A44

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**  
**CONTRATO Nº 001.00109/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA CNPJ/CPF Nº 50.354.616-0001-39.

**ESPECIALIDADE:** Cardiologia.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 125.440,00 (cento e vinte e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartin s De Freitas

**Código Identificador:**85B9DA92

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO**

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO**

Processo Administrativo nº 0034/2025

Credenciamento 002/2025 - IN00011 2025 - Lei 14.133/21

**OBJETO:** Credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade





**PORTARIA Nº 27/2024**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990 e Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**RESOLVE:**

**Art.1º. D E S I G N A R**, o Senhor **ROBSON ROGÉRIO SIMPLICIO DE SOUSA FILHO**, para exercer a função de GESTOR Responsável pelo Acompanhamento dos contratos de fornecimento e serviços do município nos termos da Lei especificamente de acordo com Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei

**Art. 2º -** As principais atribuições do Gestor Contratuais são:

I - Ter conhecimento das exigências legais para o início da execução do objeto do contrato, tais como: nota de empenho, publicação do extrato do contrato, portaria de designação de Gestores e Fiscais;

II - Observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamentos;

III - comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade celebração de termo aditivo para alterações do contrato (qualitativas e quantitativas) ou prorrogar o prazo, acompanhar o processo na aplicação de penalidades, dentre outras (Artigo 58, inciso III, c/c artigo 67 da Lei 8.666/93);

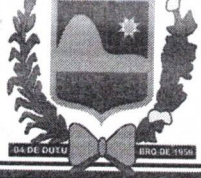
IV- Notificar a contratada sobre:

- a) irregularidades observadas para as devidas correções;
- b) vencimento do prazo de entrega do objeto, deixando clara a concessão ou não de novo prazo;
- c) glosas aplicadas quando da liberação do pagamento ou devoluções de documentos de cobrança;
- d) interesse na renovação contratual.

V - Acompanhar, juntamente com o Fiscal, o desenvolvimento da execução dos serviços demandados de forma a atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas; e propor melhorias que visem reduzir riscos;

VI - Zelar por uma adequada instrução processual, sobretudo quanto à correta juntada de documentos;





VII - formalizar todo e qualquer acontecimento que considerar importante e ou que possam gerar impacto ao contrato;

VIII - formalizar e fazer constar em processo as comunicações realizadas com a contratada;

IX - Elaborar e aprovar a avaliação de desempenho da empresa contratada, em conjunto com o Fiscal, contendo critérios de julgamento e atribuição de notas para os serviços prestados;

X - Elaborar documento formal de notificação, para os casos de possível aplicação de sanção, contendo a ação ou omissão praticada pela contratada, bem como as razões que deram origem à notificação em observância à legislação vigente e os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, oportunizando a devida manifestação da contratada;

**Art.3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Catingueira-PB ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**-A gestão deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

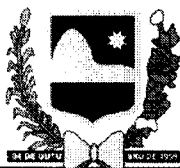
Registre-se,

Publique-se,

Catingueira – PB, 11 de março de 2024.

*Suelio Felix de Alencar*  
**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
Prefeito





**SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTOS**

REFERENTE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE /CREDENCIAMENTO DE ESPECIALIDADE MÉDICA

**DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Realização do referido processo de contratação:

**Objeto:** CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, com o intuito de posterior contratação, mediante apresentação de documentação necessária, para a prestação de serviços médicos especializados em consultas, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria de Saúde do Município de Catingueira-PB.

**DECLARAÇÃO**

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o exercício de 2025 na classificação abaixo:

06.000 SECRETARIA DE SAÚDE

10 301 1009 2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1009 2013 COFINANCIAMENTO DO BLOCO DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 301 1009 2015 BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS DA SAÚDE À ATENÇÃO PRIMÁRIA – APS

10 302 1009 2017 COFINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE SAMU/ MAC – FUS

10 301 1009 2024 INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA NO SUS

10 301 1009 2061 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Catingueira - PB, 26 março de 2025.

**TARDEILIO PEREIRA PIRES**  
SECRETARIO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO



## CONTRATO SOCIAL

### POR TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM SOCIEDADE LIMITADA

Nome Empresarial ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA EIRELI

ANDE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA, brasileiro, casado, comunhão parcial de bens, data de nascimento 21/03/1982, médico, identidade nº 2513234, expedida por SSP/PB, CPF nº 037.955.524-78, residente e domiciliado (a) na cidade de Patos, Rua Bossuet Wanderley, nº 469, Bairro centro, CEP 58700.085-PB, titular da EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA com sede na Rua Bossuet Wanderley, nº 469 Bairro centro, Cidade Patos /PB – CEP 58700085, inscrito na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o NIRE 25600086136 de 11 /12 /2018 e no CNPJ sob nº 32.227.914/0001-86, fazendo uso do que permite o § 3º do art. 968 da Lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128/08, ora transforma seu registro de EIRELI para SOCIEDADE EMPRESÁRIA de tipo jurídico Limitada, uma vez que admitiu o(a) sócia BRUNA LAIZA FONTES ALMEIDA, brasileira, casada, comunhão parcial de bens, data de nascimento 11/03/1987, médica, identidade nº 3051534 expedida por SSP/PB, CPF nº 071.885.214-17, residente e domiciliado(a) na cidade de Patos, Rua Bossuet Wanderley, nº 469, Bairro centro, CEP 58700.085-PB, passando a se constituir sob o tipo jurídico SOCIEDADE LIMITADA, a qual se regerá, doravante, pelo presente CONTRATO SOCIAL ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios:

Cláusula 1ª: A sociedade girará sob o novo nome empresarial ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA e terá sede e domicílio a Rua Bossuet Wanderley, nº 469 Bairro centro, Cidade Patos /PB – CEP 58700085

Parágrafo Único: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do país, se assim, em conjunto, decidirem os sócios em conjunto, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula 2ª: O objeto da sociedade continuará sendo 8640202 - Laboratórios clínicos;  
8640201 - Laboratórios de anatomia patológica e citológica  
8630501 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos  
8630502 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares  
8640207 - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética.

Cláusula 3ª: O SÓCIO ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA detentor do capital total do EIRELI correspondente a R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), cede e transfere a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) para a SÓCIO BRUNA LAIZA FONTES ALMEIDA, que neste ato é admitida.

§ 1º O sócio cedente declara haver recebido neste ato, pela venda de suas quotas o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), da sócia admitida, outorgando ao mesmo e a sociedade, plena e irrevogável quitação, para nada mais exigir em juízo ou fora dele.

§ 2º O capital social que era de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), passa a ser de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) representado por 150.000 (cento e cinquenta) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional pelos sócios.



Em decorrência da transferência e do aumento de capital a admissão as nova sócia, o capital social fica assim distribuído:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	VALOR R\$	%
ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA	148.500	148.500,00	99
BRUNA LAIZA FONTES ALMEIDA	1.500	1.500,00	1
	150.000	150.000,00	100

Parágrafo único. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do art. 1052 da Lei 10.406/02. Cada quota é indivisível e confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Único: O ativo e passivo da atividade empresária fica por este ato totalmente absorvido pela sociedade, que se compromete a fazer a guarda, nos prazos legais, de todos os livros e registros provenientes da empresa ora transformada.

Cláusula 4ª: A sociedade DECLARA que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá ao limite fixado no inciso I (ME) ou II (EPP) do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula 5ª: A administração da sociedade será exercida individualmente pelo sócio ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA, respondendo pela empresa, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Cláusula 6ª: O administrador Andre Luiz de Oliveira Silva declara(m), sob as penas da lei, que não está incurso em quaisquer crimes previstos em lei ou restrições legais, que possam impedi-lo(s) de exercer atividade empresarial, conforme artigo 1.011, 1º do CC/2002.

Cláusula 7ª: Firma ato continuo a solicitação do contrato social da sociedade empresária limitada, conforme ato:

## CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA

### “EMPRESA ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA”

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato Social:

SÓCIO ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA, brasileiro, casado, comunhão parcial de bens, data de nascimento 21/03/1982, médico, identidade nº,2513234, expedida por SSP/PB, CPF nº 037.955.524-78, residente e domiciliado (a) na cidade de Patos, Rua Bossuet Wanderley, nº 469, Bairro centro, CEP 58700.085-PB;

SÓCIA, BRUNA LAIZA FONTES ALMEIDA, brasileira, casada, comunhão parcial de bens, data de nascimento 11/03/1987, medica, identidade nº 3051534 expedida por SSP/PB, CPF nº071.885.214-17, residente e domiciliado(a) na cidade de Patos, Rua Bossuet Wanderley, nº 469, Bairro centro, CEP 58700.085-PB, Têm entre si justa e contratada a constituição de uma sociedade limitada, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

### DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA (art.997, II, CC/2002).



CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem sede na Rua Bossuet Wanderley, nº 469, Bairro centro, CEP 58700.085-PB

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/ 2002.

#### DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade tem por objeto social :

8640202 - Laboratórios clínicos;

8640201 - Laboratórios de anatomia patológica e citológica

8630501 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos

8630502 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares

8640207 - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética.

CLÁUSULA QUINTA: A sociedade iniciará suas atividades na data do arquivamento deste ato e seu prazo de duração é indeterminado. (art. 997, II, CC/2002)

#### DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade tem o capital social de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais),divido em 150.000 quotas no valor nominal de R\$ 1,00(um reais) cada uma integralizada, neste ato, em moeda corrente do País, pelos sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	VALOR R\$	%
ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA	148.500	148.500,00	99
BRUNA LAIZA FONTES ALMEIDA	1.500	1.500,00	1
TOTAL	150.000	150.000,00	100

CLÁUSULA SÉTIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do (s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002)

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002).

#### DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA NONA: A administração da sociedade caberá ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s). (arts. 997 VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002)

Parágrafo único. No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

#### DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS



CLÁUSULA DECIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. (art. 1.065, CC/2002)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es), quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002)

#### DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002)

#### DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O Administrador ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

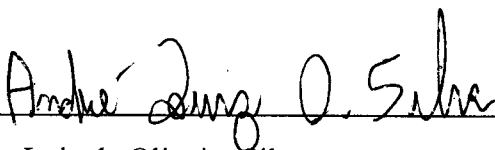
#### DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.


#### DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Fica eleito o foro de PATOS-PB para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, em 01 (uma) via de igual forma e teor, que serão assinadas pelos sócios.

Patos-PB, 21 de julho 2022



Sócio – Andre Luiz de Oliveira Silva



Sócia – Bruna Laiza Fontes Almeida





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03795552478	ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA
07188521417	BRUNA LAIZA FONTES ALMEIDA



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/07/2022 12:03 SOB Nº 25201035546.  
PROTOCOLO: 220988838 DE 22/07/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12209813535. CNPJ DA SEDE: 32227914000186.  
NIRE: 25201035546. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/07/2022.  
ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO  
SECRETÁRIA-GERAL









**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DO TRABALHO**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE EMPREGO**  
**LABORATOÓRIOS DE INVESTIGAÇÃO**

**INFORMAÇÕES GERAIS**

**FOTO**

**IDENTIFICAÇÃO**

**NOME** [REDACTED] **SEXO** [REDACTED]

**CPF** 051.365.382-70 **DATA** 15/03/1982

**ENDEREÇO** RUA SENECA S/Nº  
 JARDIM BOA VISTA  
 OLÍMPIA - SP

**PROFISSÃO** [REDACTED] **GRUPO** [REDACTED]

**RESERVA** [REDACTED] **CLASSIFICAÇÃO** [REDACTED]

**ASSINATURA** [REDACTED] **DATA** [REDACTED]

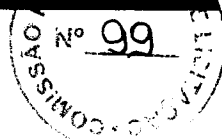
**1169557245**

**1169557245**









**QR-CODE**

2º NOME E SOBRENOME	1ª HABILITAÇÃO
BRUNA LAIZA FONTES ALMEIDA	19/07/2006



Figure 1. The effect of the concentration of the *Agaricus bisporus* spores on the growth of *Agaricus bisporus* and *Agaricus bisporus* spores.

7 ASSINATURA DO PORTADOR

3 DATA LOCAL E UT DE NASCIMENTO  
11/03/1987, PATOS, PB

4a DATA EMISSAO 04/06/2023 4a VALIDADE 01/06/2033 ACC 0








3051534 SSP PB

48 CPE	5 IN REGISTRO	9 CATEG
071.885.214-17	03887382050	B

NACIONALIDADE  
BRASILEIRO

FRANCISCO TRICHEIRO DE ALMEIDA

MARIA DAS GRACIAS SOUTO CASARIN

	10	11	12
AEC 			
A 			
A1 			
B 		01.06.2013	
B1 			
C 			
C1 			

12 OBSERVAÇÕES

TOTAL  
JOÃO PESSOA, PB

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO  
60539916800  
PB042610473

## PARAÍBA

**SERPRO / SENATRAN**



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

[illegible]

I<BRAO38873820<504<<<<<<<<<<  
8703112F3306013BRA<<<<<<<<<<0  
BRUNA<<LAIZA<FONTES<ALMEIDA<<<









## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.227.914/0001-86 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/12/2018
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LABORATORIO MAURILIO DE ALMEIDA	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares 86.40-2-01 - Laboratórios de anatomia patológica e citológica 86.40-2-07 - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R BOSSUET WANDERLEY	NÚMERO 469	COMPLEMENTO *****
-----------------------------------	---------------	----------------------

CEP 58.700-085	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PATOS	UF PB
-------------------	---------------------------	--------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (83) 9954-9368
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/12/2018
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 13/02/2025 às 21:44:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1









**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA**  
**CNPJ: 32.227.914/0001-86**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 08:17:34 do dia 13/02/2025 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 12/08/2025.

Código de controle da certidão: **7638.6230.B9F5.1551**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.









# CERTIDÃO

CÓDIGO: D5BA.ACD3.FF0D.6649

Emitida no dia 13/02/2025 às 08:24:15

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: 32.227.914/0001-86

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.** A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.sefaz.pb.gov.br](http://www.sefaz.pb.gov.br).

**OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.**

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.  
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.









# PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

## SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

Diretoria de Administração Tributária

### COORDENADORIA DA RECEITA MERCANTIL

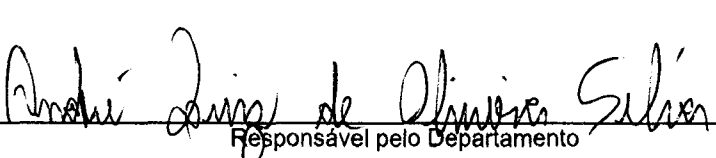
End.: Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 91, Centro, Patos, Paraíba, CEP: 58.700-020

## CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº null e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com o parcelamento da Receita Mercantil até 13/02/2025

**Contribuinte:**

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA EIRELI

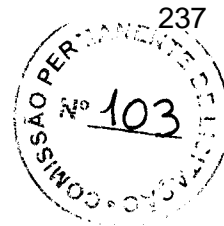
<b>Localização:</b> RUA BOSSUET WANDERLEY, 469, LAB. MAURILIO DE ALMEIDA - Bairro: BRASILIA PATOS, CEP: 58700-085		
Natureza: Tributos Mercantis		
Razão Social: ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA EIRELI		
CNPJ/C.P.F.	Inscrição Estadual	Inscrição Mercantil
32.227.914/0001-86		3888192
Código Atividade: 8640-2/02 - LABORATÓRIOS CLÍNICOS		
Validade: 13/04/2025		
Observações: (Cad. Mercantil)		
<div> Responsável pelo Departamento</div>		
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS se reserva o direito de cobrar futuramente, quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente relativas ao período a que se refere a presente certidão.		



Para validar a autenticidade desse documento acesse o Portal do Contribuinte.

<https://gestor.tributosmunicipais.com.br/redesim/prefeitura/patos//views/publico/portaldocontribuinte/publico/autenticacao/autenticacao.xhtml>

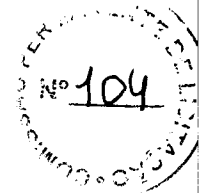
0E2FEA993FFEECC72FA337F42A2B8845602E773E











## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 32.227.914/0001-86  
**Razão Social:** EMPRESA CADASTRADA VIA GUIA SIMPLIFICADA  
**Endereço:** CADASTRAMENTO GUIA SIMPLIFICADA / GUIA SIMPLIFICADA / / / 00000-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 05/02/2025 a 06/03/2025

**Certificação Número:** 2025020519595391291248

Informação obtida em 13/02/2025 08:19:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 32.227.914/0001-86  
Certidão nº: 2784575/2025  
Expedição: 15/01/2025, às 10:42:17  
Validade: 14/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **32.227.914/0001-86**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

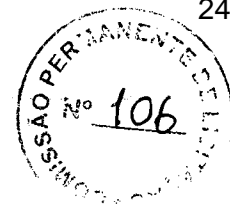
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 32.227.914/0001-86  
Certidão nº: 8332217/2025  
Expedição: 13/02/2025, às 08:20:49  
Validade: 12/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **32.227.914/0001-86**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 32.227.914/0001-86

Razão Social: ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA

Nome Fantasia: LABORATORIO MAURILIO DE ALMEIDA

**Certidão emitida às 08:26 de 13/02/2025.**

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **PHFz.lbdw**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.









# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA-PB

## Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica

<b>Inscrito sob CRM nº</b> 0001065-PB	<b>CNPJ</b> 32.227.914/0001-86	<b>Inscrição</b> 27/05/2021	<b>Validade</b> 27/05/2025
<b>Razão Social</b> ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA EIRELI		<b>Nome Fantasia</b> LABORATORIO MAURILIO DE ALMEIDA	
<b>Endereço</b> RUA BOSSUET WANDERLEY 469 - CENTRO		<b>Município</b> PATOS - PB	<b>CEP</b> 58700085
<b>Diretor Técnico</b> 0007359-PB ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA SILVA		<b>Classificação</b> LABORATÓRIOS EM GERAL	

Este certificado atesta a REGULARIDADE da inscrição do estabelecimento acima neste Conselho Regional de Medicina-PB, em cumprimento à Lei nº 6.839, de 30/10/1980, e às Resoluções CFM nº 997, de 23/05/1980, e 1.980, de 11/07/2011. Ressalvada a ocorrência de alteração nos dados acima, este certificado é **válido até 27/05/2025**. Este certificado deverá ser afixado em local visível ao público e acessível à fiscalização.

BRUNO LEANDRO DE SOUZA  
PRESIDENTE

João Pessoa, 05 de setembro de 2024











# Diploma



*O Diretor Geral da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Medicina, em 12 de Janeiro de 2012, confere o Título de MÉDICO a **BRUNA LAIZA FONTES ALMEIDA**, brasileiro(a), nascido(a) em 11 de Março de 1987, em Patos - PB, cédula de identidade nº. 3.051.534 - SSP/PB, e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.*

João Pessoa, 12 de Janeiro de 2012.

  
Diretor Acadêmico

*Bruna Laiza Fontes Almeida*  
Diplomado

  
Diretor Geral







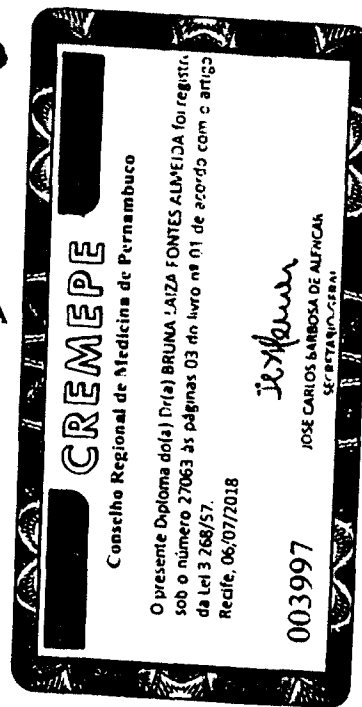


## FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA PARAÍBA

ATO DE RECONHECIMENTO DO CURSO

PORTARIA Nº 445, de 01 de Novembro de 2011.

Publicado no D. O. U. de 03 de Novembro de 2011.

SETOR DE EXPEDIÇÃO DE DIPLOMASNº. 1014 Fl(s) 45 Livro 01João Pessoa, 13 de junho, 2012.

\_\_\_\_\_  
Chefe do S.E.D.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA  
DO ESTADO DA PARAÍBA

O requerente foi inscrito sob o  
nº 7928 às folhas 45  
do Livro nº 03.

João Pessoa, 23 de 01, 2012

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUBCOORDENAÇÃO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Registrado sob o nº 052, do livro E-03, Fls.  
052, com base no artigo 48, da Lei Nº. 9.394, de 20 de Dezembro  
de 1996.

Processo nº 001498, 12-95João Pessoa, 18 de junho, 2012

Maria Cecaste Leal S. de Araújo  
p/ SUBCOORDENADOR

VISTO

p/ PRO-REITOR

Isento de selo, de acordo com a alteração 58.ª à Lei nº 3.519, de 30.12.1958











**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY  
COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA**

**Programa Credenciado pela CNRM/MEC – Parecer nº. 80/2009, de 19/10/2009.**

**CERTIFICADO**

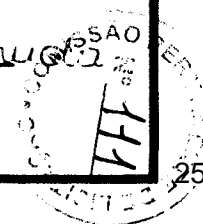
**Certificamos que a Médica BRUNA LAIZA FONTES ALMEIDA, CRM/PB Nº. 7928, CPF Nº. 071.885.214-17, concluiu Residência Médica na Especialidade de CLÍNICA MÉDICA, realizada no período de 01/03/2012 a 28/02/2014, a quem conferimos o Título de Especialista, de acordo com a Lei 6.932, publicada no Diário Oficial da União em 09/07/81.**

**João Pessoa, 06 de março de 2014.**

Eduarda Silva  
**Diretor do CCM**

[Assinatura]  
**Coordenador de COREME**  
Coordenador de Residência Médica  
Coordenador de Residência Médica

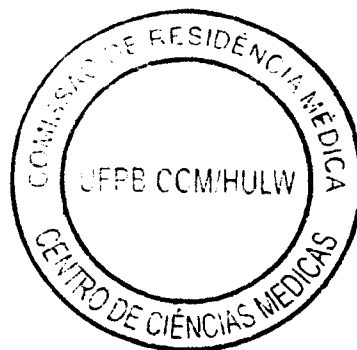
Bruna Laiza Fontes Almeida  
**Médico Residente**











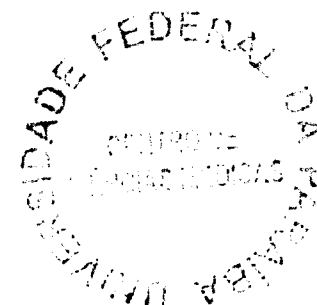
ESTE CERTIFICADO FOI REGISTRADO NA COMISSÃO NACIONAL  
DE RESIDÊNCIA MÉDICA (CHRM/SESU/MEC)

EM 04/03/2014

Nº DO REGISTRO 321171

Eduardo Silva

DIRETOR DA INSTITUIÇÃO







**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY  
COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA**

**Programa Credenciado pela CNRM/MEC – Parecer nº. 1214/2015, de 26/11/2015.**

**CERTIFICADO**

**Certificamos que a médica BRUNA LAIZA FONTES ALMEIDA, CRM/PB Nº. 7928, CPF Nº. 071.885.214-17, concluiu Residência Médica na Especialidade de REUMATOLOGIA, realizada no período de 01/03/2014 a 29/02/2016, a quem conferimos o Título de Especialista, de acordo com a Lei 6.932, publicada no Diário Oficial da União em 09/07/81.**

**João Pessoa, 01 de março de 2016.**

Edmarcelo Silva Lima  
**Diretor do CCM**

[Assinatura]  
**Coordenador da COREME**

Bruna Laiza Fontes Almeida  
**Médico Residente**











Prof. Dr. Zilmar de Lima Junior  
Coordenador da Comissão de  
Residência Médica - COREME  
UFPA/CCM/HULW



ESTE CERTIFICADO FOI REGISTRADO NA COMISSÃO NACIONAL  
DE RESIDÊNCIA MÉDICA (CRM/SESU/MEC)  
EM 29/02/2016  
Nº DO REGISTRO 342600  
DIRETOR DA INSTITUIÇÃO  
Eduardo Sérgio S. Sousa  
Diretor do CCM/UFPA  
STAPE - 3368684





# CERTIFICADO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

O Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba, de acordo com a resolução vigente, certifica que registrou, em 29/05/2017, no livro nº 19, RQE nº 5142, folha nº 18, a qualificação da médica,  
**BRUNA LAIZA FONTES ALMEIDA, CRM nº 7928,**

**na especialidade de  
REUMATOLOGIA**

Com validade em todo o território nacional.

*João Pessoa, 02 de junho de 2017*

  
**JOÃO GONÇALVES DE MEDEIROS FILHO**  
PRESIDENTE

  
**MARCELO ANTONIO C QUEIROGA LOPES**  
1º SECRETARIO











## CERTIFICADO

A Comissão de Especialidades Médicas do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, certifica que analisou e aprovou, conforme as normas em vigor, o registro de qualificação de especialista do(a) médico(a) abaixo:

Dr(a).: **BRUNA LAIZA FONTES ALMEIDA - CRM 174799**

Especialidade: **REUMATOLOGIA**

RQE: **59513**

Data de Aprovação: **03/05/2016**

São Paulo, 10 de maio de 2016.

Dr. ANDRÉ SCATIGNO NETO  
Dr. AKIRA ISHIDA  
Comissão de Especialidades









# CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

## CONSELHO REGIONAL DA PARAIBA

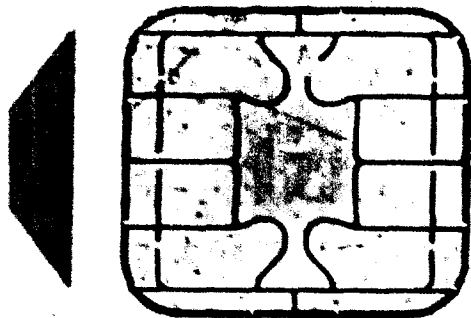
### CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO

NOME

BRUNA LAIZA FONTES  
ALMEIDA

CRM /UF

007928/PB



FILIAÇÃO

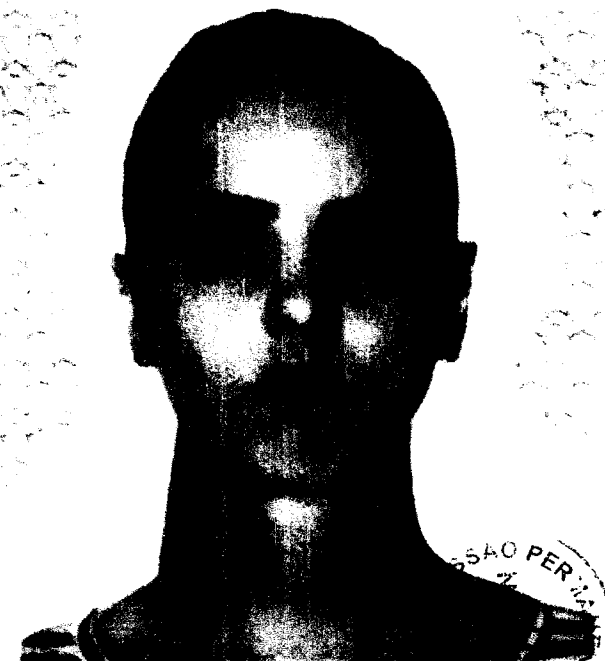
FRANCISCO TRIGUEIRO DE  
ALMEIDA  
MARIA DAS GRAÇAS FONTES  
ALMEIDA

ATA DE INSCRIÇÃO VIA

3/01/2012

1

ASSINATURA DO PORTADOR









CPF

071.885.214-17

RG / ÓRGÃO EMISSOR

3051534/S8P-PB

TÍTULO DE ELEITOR

00036526751244

SEÇÃO

0144

ZONA

0028

DATA DE NASCIMENTO

11/03/1987

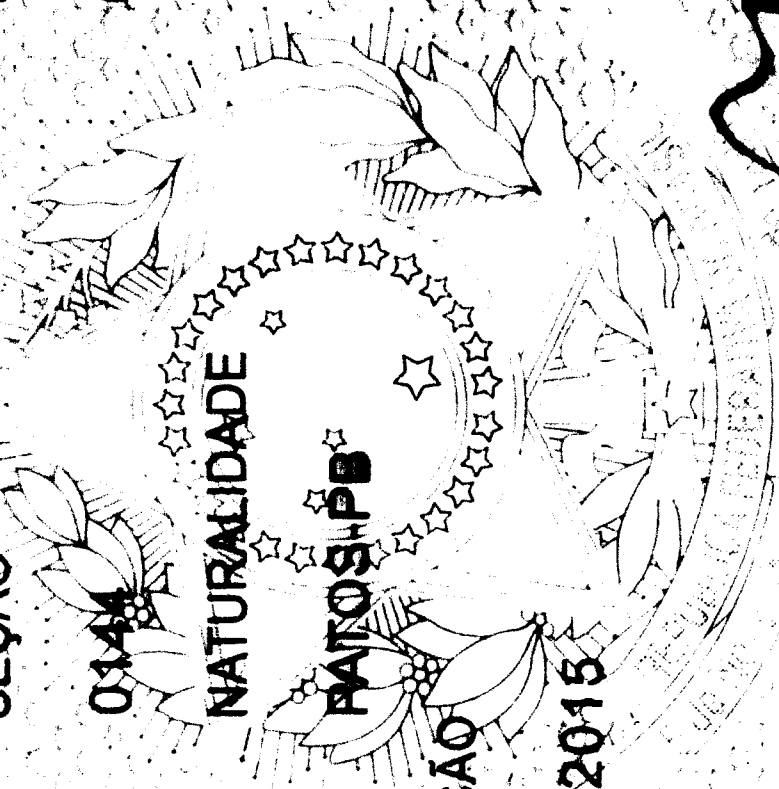
NATURALIDADE

PATOS-PB

LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO

JOÃO PESSOA, 09/07/2015

0169927



ASSINATURA DO PRESIDENTE DO CRM

8) NADA COMO PROVA DE IDENTIDADE PARA QUALQUER EFETO DE ACORDO COM A LEI 8.206/75





Ficha de Estabelecimento Identificação

CNES: 0773298      Nome Fantasia: LABORATORIO MAURILIO DE ALMEIDA      CNPJ: 32.227.914/0001-86  
Nome Empresarial: ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA EIRELI      Natureza jurídica: ENTIDADES EMPRESARIAIS  
Logradouro: RUA BOSSUET WANDERLEY      Número: 469      Complemento: --  
Bairro: CENTRO      Município: 251080 - PATOS      UF: PB  
CEP: 58700-085      Telefone: --      Dependência: INDIVIDUAL      Reg de Saúde: 06  
Tipo de Estabelecimento: UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E      Subtipo: --      Gestão: MUNICIPAL  
Diretor Clínico/Gerente/Administrador: SANDRA CARNEIRO CESAR  
Cadastrado em: 02/06/2021      Atualização na base local: 26/07/2022      Última atualização Nacional: 10/09/2024

Horário de Funcionamento:

Dia semana	Horário
SEGUNDA-FEIRA	07:00 às 17:00
TERÇA-FEIRA	07:00 às 17:00
QUARTA-FEIRA	07:00 às 17:00
QUINTA-FEIRA	07:00 às 17:00
SEXTA-FEIRA	07:00 às 17:00

Data desativação: --      Motivo desativação: --



IES

Cadastro Nacional de  
Estabelecimento de SaúdeMinistério da Saúde (MS)  
Secretaria de Atenção Especializada da Saúde (SAES)  
Departamento de Regulação Assistência e Controle (DRAC)  
Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde (CGSI)

## Ficha de Estabelecimento Identificação

Data: 13/02/2025

0773298 Nome Fantasia: LABORATORIO MAURILIO DE ALMEIDA CNPJ: 32.227.914/0001-86  
 Empresarial: ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA EIRELI Natureza jurídica: ENTIDADES EMPRESARIAIS  
 Endereço: RUA BOSSUET WANDERLEY Número: 469 Complemento: --  
 CENTRO Município: 251080 - PATOS UF: PB  
 3700-085 Telefone: -- Dependência: INDIVIDUAL Reg de Saúde: 06  
 Estabelecimento: UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E Subtipo: -- Gestão: MUNICIPAL  
 Clínico/Gerente/Administrador: SANDRA CARNEIRO CESAR  
 Criado em: 02/06/2021 Atualização na base local: 26/07/2022 Última atualização Nacional: 12/02/2025

de Funcionamento:

## Caracterização

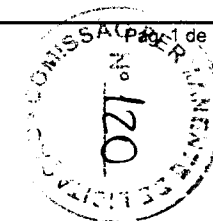
Atividade de ensino/pesquisa	Código/natureza jurídica
DE SEM ATIVIDADE DE ENSINO	2062 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

## Estrutura

Nenhum resultado para a consulta realizada.

## Atividade

Atividade	Nível de atenção	Gestão
LABORATORIAL	MEDIA COMPLEXIDADE	MUNICIPAL

Esta é uma cópia impressa do documento oficial. As informações oficiais atualizadas estão disponíveis no site do CNES (<http://cnes.datasus.gov.br>).



## Tipo de atendimento

Tipo de atendimento	Convênio
	SUS
	PLANO DE SAUDE PRIVADO
	PARTICULAR

## Tipo de clientela

ENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTANEA

## Resultado Complementar

Nenhum resultado para a consulta realizada.

## Classificação Estabelecimento

## Atividade Principal

SISTENCIA A SAUDE

002 - APOIO DIAGNOSTICO

## Atividade Secundária

NAO SE APLICA &gt; 000 - NAO SE APLICA

## Classificação Estabelecimento Saúde

NIDADE DE APOIO DIAGNOSTICO

## Assinaturas

Esta é uma cópia impressa do documento oficial. As informações oficiais atualizadas estão disponíveis no site do CNES (<http://cnes.datasus.gov.br>).

Pag. 2 de 3





Nome	CNS	Dt.Entrada	CBO	Descrição	SUS	Vinculaçã o	Tipo	Subtipo	Portari a 134	CH Outro	CH Amb.	CH Hosp.	Total
LUIZ DE OLIVEIRA	707605272506096		225320	MEDICO EM RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM	SIM	AUTONOMO	PESSOA JURIDICA	NAO SE APLICA		0	4	0	4
A CARNEIRO CESAR	706308788237371		221205	BIOMEDICO	NÃO	VINCULO EMPREGATICI O	CELETISTA	NAO SE APLICA		0	40	0	40

DES

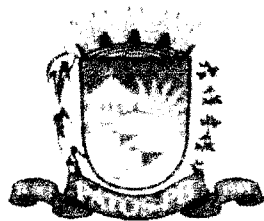
Nenhum resultado para a consulta realizada.

Desativação: --

Motivo desativação: --

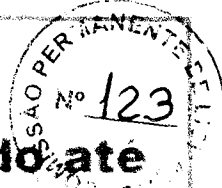






**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL**

**Valido até**  
**31/03/2025**



**ALVARÁ DE SAÚDE PÚBLICA**

CONCEDIDO A:

**André Luiz de Oliveira Silva Eireli**  
**(Laboratório Maurílio de Almeida)**

PARA ESTABELECE:

**Rua Bossuet Wanderley, 469 – Centro**

COM A SEGUINTE ATIVIDADE PRINCIPAL:

**Laboratório de Análises Clínicas**

PROPRIETÁRIO OU RESPONSÁVEL TÉCNICO:

**Sandra Carneiro César CRBM 05412**

OBSERVAÇÃO:

ENQUANTO SATISFIZER AS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS DE ACORDO COM AS POSTURAS PÚBLICAS  
CONSTANTES NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL Nº 7.780/99

INSCRIÇÃO SANITÁRIA

**01. 1026**

CGC/CIC

**32.227.914/0001-86**

**Tatiana Lima Lucena**

**Diretora Geral da Vigilância Sanitária**

**Johann Cavalcante Freire**  
Mat. 31557894  
Inspetor

Visto Vigilância Sanitária Municipal

COPIAR EM LUGAR DE ESTAMPAR  
E QUALQUER ALTERAÇÃO NO ENDEREÇO, ATIVIDADE, RAZÃO SOCIAL DEVE SER COMUNICADO A DIRETORIA DE  
VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO PRAZO DE 30 DIAS.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS – PB**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

# ALVARÁ

**LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**  
 (Art. 371 DA LEI MUNICIPAL N.º 3.641, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2008.)

**CONCEDIDO A**

ANDRÉ LAUZ DE OLIVEIRA SILVA FRELI

**PARA SE ESTABELECEER A**

BOSSUET WANDERLEY, N.º 469, CENTRO, PATOS, PB

**COM A SEGUINTE ATIVIDADE PRINCIPAL**

1110 - LABORATÓRIOS CLÍNICOS - CNAE - 08640202

**ATIVIDADE(S) SECUNDÁRIA(S)**

- 181 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES - CNAE - 08630502
- 1101 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS - CNAE - 863050102
- 1109 - LABORATÓRIOS DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLÓGICA - CNAE - 864020200
- 1115 - SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM SEM USO DE RADIAÇÃO IONIZANTE, EXCETO RESSONÂNCIA MAGNÉTICA

**INSCRIÇÃO MUNICIPAL**

3888192

**CNPJ/CPF**

32.227.914/0001-86

**COD. ATIVIDADE**

1410

**DATA DE EMISSÃO**

25/12/2019

LAURINE CRISTINA DA SILVA  
 Chefe de Departamento Tributário

**CONFERIDO**

LAURINE CRISTINA DA SILVA  
 Chefe de Departamento Tributário  
 32.227.914/0001-86

**VISTO**

Márcio O. Wanderley Lopes  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – PB**

Praça Estanislau Medeiros, s/n, bairro Antônio Bento de Moraes, Santa Luzia-PB, (83) 3461-2299– CEP- 58.600-000

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, a pedido do interessado e para fins de prova, que a empresa ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA SILVA, CNPJ Nº 32.227.914/0001-86, situada na Rua Bossuet wanderley, 30, CEP- 58.700-370, centro, Patos PB, forneceu satisfatoriamente à PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – PB, CNPJ nº 09.090.689/0001-67, serviços de consultas médicas especializadas em Reumatologia, para Policlínica Municipal de Santa Luzia-PB.

Registramos ainda, que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Santa Luzia/PB. 14 de março de 2024.

**Secretário Municipal de Gestão**  
Henry Maldiney de Lira Nóbrega  
CPF: 033.424.594-09



### DECLARAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0032/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

**OBJETO:** CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, de serviços médicos especializados para procedimentos de consultas, atendendo as demandas da secretaria de Saúde do Município de Catingueira-PB.

A empresa: ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA (LABORATORIO MAURILIO DE ALMEIDA), inscrito no CNPJ: 32.227.914/0001-86, com sede ENDEREÇO: R BOSSUET WANDERLEY, 469, BAIRRO: CENTRO, CIDADE: PATOS PB, CEP: 58.700-085, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

Cumprir com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

Não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021;









ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA (LABORATORIO MAURILIO  
DE ALMEIDA) CNPJ: 32.227.914/0001-86  
R BOSSUET WANDERLEY, 469, CENTRO, PATOS – PB.  
Tel.: (83) 9954-9368



Não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;

Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;

Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Catingueira – PB, 17 de fevereiro de 2025.

ANDE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA

RG:2.513.234/ CPF: 037.955.524-78

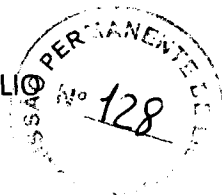
CNPJ: 32.227.914/0001-86

Médico/Responsável Técnico e Representante Legal da Empresa





ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA (LABORATORIO MAURILIO DE ALMEIDA) CNPJ: 32.227.914/0001-86  
R BOSSUET WANDERLEY, 469, CENTRO, PATOS – PB.  
Tel.: (83) 9954-9368



### DECLARAÇÃO PARA ME/EPP

Ao Município de Catingueira  
Agente de Contratação e Equipe de Apoio  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0032/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

**OBJETO: CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, de serviços médicos especializados para procedimentos de consultas, atendendo as demandas da secretaria de Saúde do Município de Catingueira-PB.**

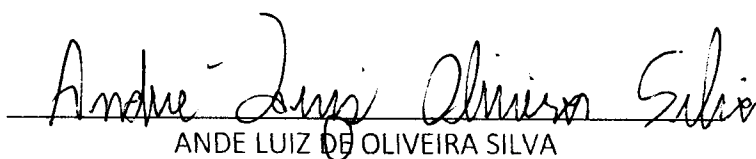
A empresa: ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA (LABORATORIO MAURILIO DE ALMEIDA), inscrito no CNPJ: 32.227.914/0001-86, com sede ENDEREÇO: R BOSSUET WANDERLEY, 469, BAIRRO: CENTRO, CIDADE: PATOS PB, CEP: 58.700-085, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

Ser ME, EPP;

Que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

Que no ano-calendário de realização deste credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Catingueira – PB, 17 de fevereiro de 2025.



ANDE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA  
RG:2.513.234/ CPF: 037.955.524-78  
CNPJ: 32.227.914/0001-86

Médico/Responsável Técnico e Representante Legal da Empresa

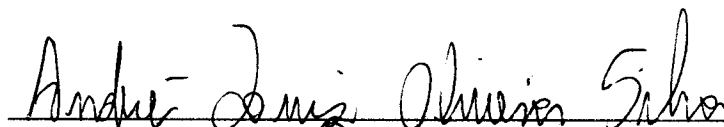


### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

A empresa: ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA (LABORATORIO MAURILIO DE ALMEIDA), inscrito no CNPJ: 32.227.914/0001-86, com sede ENDEREÇO: R BOSSUET WANDERLEY, 469, BAIRRO: CENTRO, CIDADE: PATOS PB, CEP: 58.700-085, por meio de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada **INIDÔNEA** e **NEM SUSPENSA TEMPORARIAMENTE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei de Licitações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Catingueira – PB, 17 de fevereiro de 2025.



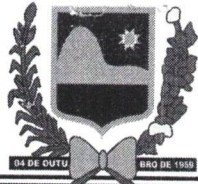
ANDE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA

RG:2.513.234/ CPF: 037.955.524-78

CNPJ: 32.227.914/0001-86

Médico/Responsável Técnico e Representante Legal da Empresa





PORTARIA Nº 040/2022

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990.

**RESOLVE:**

**Art.1º. DESIGNAR**, a Senhora **MARIA JOSÉ ALVES DOS SANTOS** para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos contratos realizados pelo município (com exceção dos contratos da Secretaria Municipal de Saúde e obras e serviços de engenharia) nos termos da Lei especificamente de acordo com Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 2º** - As principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

- I - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos fornecimentos e serviços prestados ao Município de Catingueira-PB;
- II - Verificar se a execução (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;
- III - observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência
- IV - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado e consequentemente indicar eventuais glosas das faturas. A ação do fiscal, nesses casos, observará o que reza o contrato e o ato licitatório, principalmente em relação ao prazo ali previsto.
- V - acompanhar a execução dos serviços demandados de forma a atuar tempestivamente, na solução de problemas, em especial verificando:
  - a) - as faltas ou defeitos cometidos pela contratada, determinando o que for necessário à regularização;
  - b) se o serviço prestado está de acordo com a especificação definida no contrato;
- VI- manter, em processo, registro de ocorrências durante toda a execução do contrato como forma de subsidiar a gestão contratual;

*Saulo*





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

276

**Art.3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Catingueira-PB, ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**-A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 19 de abril d 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se,

Catingueira – PB, 10 de maio de 2022.

  
**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
Prefeito

276





## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 14/04/2025 às 15:51:50 foi protocolizado o documento sob o Nº 48500/25 da subcategoria Contratos , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Catingueira, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Wanderley Oliveira Lopes.

Número do Contrato: 001001072025

Data da Publicação: 09/04/2025

Data da Assinatura: 07/04/2025

Data Final do Contrato: 31/12/2025

Valor Contratado: R\$ 51.907,50

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA POSTERIOR Contratação, MEDIANTE Documentação, DE Serviços MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA PROCEDIMENTOS DE CONSULTAS, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB.

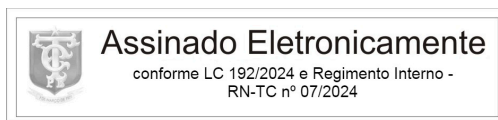
Contratado (Nome): Andre Luiz de Oliveira Silva Eireli

Contratado (CNPJ): 32.227.914/0001-86

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	ba4ca6b536670ade009d7b57c897c975
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	5c1496c39cc3867fa4c08ae893e77a2a
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	15d8d9aca23bff93dade6efa05b6b2a4
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	d294cf799460bc58a6f1ceb276a2a623
Designação da fiscalização técnica do contrato	Sim	7557eb7bea4991ddffbf4aaf6d4bf6ae
Designação do fiscal administrativo do contrato	Sim	7557eb7bea4991ddffbf4aaf6d4bf6ae
Designação do gestor do contrato	Sim	9baee935fd7dac6f323e32a10d025f18

João Pessoa, 14 de Abril de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB





**Documento:** 48471/25

**Subcategoria:** Licitações

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Catingueira

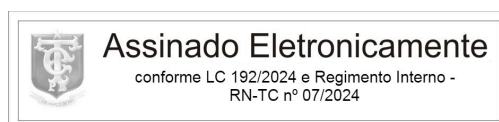
**Exercício:** 2025

## CERTIDÃO CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 14/04/2025 às 15:51h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 48500/25 ao Documento 48471/25, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 48471/25:

Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	201 - 213	d294cf799460bc58a6f1ceb276a2a623
Designação da fiscalização técnica do contrato	214 - 215	7557eb7bea4991ddffbf4aaf6d4bf6ae
Comprovante de publicidade	216 - 217	ba4ca6b536670ade009d7b57c897c975
Designação do gestor do contrato	218 - 219	9baee935fd7dac6f323e32a10d025f18
Comprovação da existência de dotação orçamentária	220	15d8d9aca23bff93dade6efa05b6b2a4
Comprovantes de regularidade da contratada	221 - 274	5c1496c39cc3867fa4c08ae893e77a2a
Designação do fiscal administrativo do contrato	275 - 276	7557eb7bea4991ddffbf4aaf6d4bf6ae
RECIBO PROTOCOLO	277	4b67f30b3618a47a192011fd2cd51a06

João Pessoa, 14 de Abril de 2025

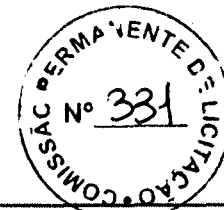


Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PMC/SMS.

CONTRATO Nº 01.00106/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025  
INEXIGIBILIDADE Nº 0011/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE SE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA E **ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA** CNPJ/CPF Nº 10.714.599/0001-89

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA, ESTADO DA PARAÍBA, CNPJ nº 08.885.287/0001-96, com sede na Rua Inácio Felix de Oliveira, s/n, Centro, Catatingueira/PB, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SUÉLIO FÉLIX DE ALANCAR**, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 027.939.584-17 e RG de nº 58705818-8 SSP/SP, infra-assinada doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 10.714.599/0001-89, com sede na Rua. Venâncio Neiva, S/Nº, Bairro, centro, Município Catolê do Rocha Estado Paraíba, medico especialista o dr **DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO**, portador do CPF nº 000.830.954-03, e RG 1.836.469 2º Via - SSP/PB, CRM Nº 5255, residente e domiciliado a Rua Peregrino Filho, nº 560, bairro, Brasília, CEP 58.700-450, Patos - PB, representado neste ato pelo o senhor, **FERNANDO EMMANUEL FRANÇA**, CPFº 982.099.904-97 e RG Nº 1.766.070 SSP/PB 2º VIA, denominada CONTRATADA, em conformidade com o **EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 002/2025, INEXIGIBILIDADE 00011/2025** com base no art. 74, inciso IV caput da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

O objeto do presente Contrato é CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO, MEDIANTE DOCUMENTAÇÃO, DOS SERVIÇOS ESPECIALIDADE MÉDICAS EM CONSULTAS ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB Conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor Total
16	Consultas especializadas na área de ORTOPEDIA para atendimento a pacientes do município.	CONSULTA	500	R\$ 250,00	R\$ 125.000,00
VALOR GLOBAL:					R\$ 125.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços serão prestados nos dias, locais e no horário designado Pela Secretaria Municipal de Saúde.

SUELIO FELIX DE  
ALANCAR:02793958417

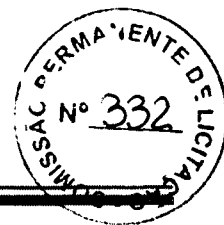
Assinado de forma digital por SUELIO FELIX  
DE ALANCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 10:53:52 -03'00'

Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro, Catatingueira-PB - CEP: 58715-000  
Site: www.catingueira.pb.gov.br | E-mail: prefeitura@catatingueira.pb.gov.br





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



**CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**

2.1. O prazo de vigência da contratação é até 31/12/2025, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no termo de referência, anexo a este Contrato.

**MATRIZ DE RISCO:**

3.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

- a) Impedimento Municipal para execução;
- b) Custos e prazos incorretos e erros no valor e prazo dos serviços;
- c) Eventos devido a força maior ou caso fortuito, não seguráveis que prejudiquem a continuidade dos serviços
- d) Mudança de legislação, regulamentação ou tributárias;
- e) Vícios verificados nos serviços

3.3 Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

- a) Prejuízos causados a terceiros pela contratada ou seus subcontratados;
- b) Eventos devido a força maior ou caso fortuito, seguráveis que prejudiquem a continuidade dos serviços;
- c) Prejuízos decorrentes de erros na realização dos serviços verificados pela fiscalização, acabamentos e utilização de materiais inadequados ou fora das especificações;
- d) Atrasos com pagamento decorrido de insuficiência de recursos financeiros;
- k) Mudança de legislação, regulamentação ou tributárias;
- l) Rescisão contratual ou quebra do contrato por problemas diversos;
- m) Anulação do contrato por natureza diversa;
- n) Riscos ambientais e atrasos causados por ação de órgãos fiscalizadores;
- o) Constituem riscos a serem assumidos pela contratante, com reequilíbrio econômico-financeiro;
- p) Constituem riscos a serem assumidos pela contratante e pela contratada;

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

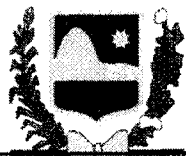
4.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços.

**CLÁUSULA QUINTA – VALOR**

SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:02793958417

Assinado de forma digital por SUELIO  
FELIX DE ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 10:54:05 -03'03'





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



5.1. O valor total da contratação é de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais),

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. A contratada será obrigada a enviar juntamente com a nota fiscal as comprovações de quitação trabalhistas e previdenciárias.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrecorríveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- g) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- h) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- i) Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:02793958417

Assinado de forma digital por SUELIO  
FELIX DE ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 10:54:18 -03'00'

Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro, Cattingueira-PB - CEP: 58715-000  
Site: www.catingueira.pb.gov.br | E-mail: prefeitura@catingueira.pb.gov.br





- j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- k) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- l) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- m) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- n) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- o) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- p) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- q) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- r) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

II) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

III) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

IV) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

VII) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

VIII) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

XI) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

XII) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

XIII) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

XIV) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XV) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

XVI) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, código de ética da entidade de classe, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre o local dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

XVII) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças necessárias nos serviços solicitados;

XVIII) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XIX) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

XX) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);





XXI) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XXII) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XXIII) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

XXIV) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

XXV) Cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias mensalmente;

XXVI) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros;

XXVII) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

XXVIII) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

XXX) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

XXXI) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

XXXII) Manter as informações, atualizadas, do profissional junto ao CNES;

XXXIII) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, em plena validade;

XXXIV) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

XXXV) Encaminhar mensalmente comprovantes de quitação das obrigações Trabalhista e previdenciária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.





10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever de o contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres do presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato Inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade competente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

11.1. Não será exigida garantia de execução para a presente contratação

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.0 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que será aplicado ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.3. Der causa à inexecução total do contrato;





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



12.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.15. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com





relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.20. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referido no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

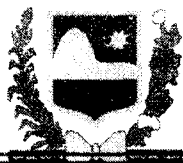
13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o ano em exercício, por conta da dotação:

06.000 SECRETARIA DE SAÚDE

10 301 1009 2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1009 2013 COFINANCIAMENTO DO BLOCO DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 301 1009 2015 BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS DA SAÚDE À ATENÇÃO PRIMÁRIA – APS

10 302 1009 2017 COFINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE SAMU/ MAC – FUS

10 301 1009 2024 INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA NO SUS

10 301 1009 2061 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

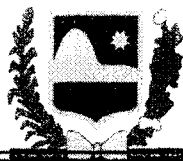
**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:**

16.1. Os licitantes devem observar e o CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

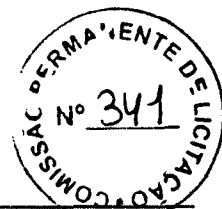
16.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**



b) “prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

c) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

d) “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga do contrato financiada pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do contrato financiado pelo organismo.

16.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de do contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES**

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**





19.1 Compreendem os serviços a serem prestados:

- a) O atendimento aos usuários que buscam a Unidade de Saúde em demanda espontânea, tanto adulta como pediátrico, responsabilizando-se integralmente pela assistência dos mesmos;
- b) Realizar consultas e emitir atestado médico quando houver necessidade, conforme protocolos clínicos;
- c) Fazer uso, quando necessário, de todos os recursos e equipamentos disponíveis na Unidade Mista de Saúde, para suporte básico e avançado de vida;
- d) Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência médica prestada e realizar registros adequados sobre os pacientes no prontuário, fichas de transferência, encaminhamentos, notificações compulsórias e outras atividades determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- e) Zelar pela manutenção e ordem dos serviços;
- f) Executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;

19.2. Obedecer ao Código de Ética Médica.

19.3. As despesas referentes à prestação dos serviços ficam por conta da CONTRATADA, sendo pago apenas o valor relativo aos serviços, conforme tabela apresentada no item 7 deste Termo de Referência.

19.4. Na qualidade de prestadora de serviços a CONTRATADA se responsabiliza por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

19.5. O pagamento dos serviços prestados será por meio do quantitativo de plantões efetivamente executados no mês em questão, conforme Termo de Referência e boletim de frequência de ponto biométrico dos prestadores de serviço;

19.6. A remuneração será realizada com base no número de plantões realizados pelos profissionais no mês em questão. 19.7. O prestador será informado do valor a ser recebido e deverá entregar a nota fiscal à Secretaria Municipal de Saúde. 19.8. Tais notas serão empenhadas e pagas pela Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças;

19.9. Serão analisados também dados qualitativos e quantitativos de produção médica;

19.10. A convocação dos CREDENCIADOS para prestação dos serviços será realizada de forma rotativa, seguindo a ordem cronológica da publicação da homologação de cada credenciamento requerido, ou seja, o primeiro CREDENCIADO será convocado primeiramente, e assim sucessivamente;

19.11. Ocorrendo homologação simultânea de credenciamento de um mesmo lote, será dada prioridade à ordem crescente de data e hora protocolização dos documentos;

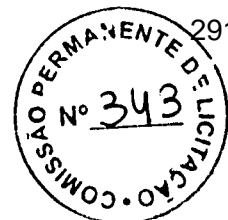
#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)**

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de PIANCÓ-PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA



E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Data de emissão do contrato 07 de abril de 2025.

SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:0279395841  
7

Assinado de forma digital por  
SUELIO FELIX DE  
ALENCAR:02793958417  
Dados: 2025.04.07 10:56:54 -03'00'

SUELIO FELIX DE ALENCAR  
Prefeitura Municipal de Cattingueira-PB  
CNPJ: 08.885.287/0001-96  
**CONTRATANTE**

Documento assinado digitalmente

gub

FERNANDO EMMANUEL FRANÇA  
Data: 07/04/2025 10:50:10 -0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA,  
CNPJ 10.714.599/0001-89  
Represente legal  
FERNANDO EMMANUEL FRANÇA  
CPFº 982.099.904-97 e RG Nº 1.766.070 SSP/PB 2º VIA  
**CONTRATADA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
CPF:



CATINGUEIRA – PB, QUARTA-FEIRA 01 DE SETEMBRO DE 2021

TIRAGEM: 10

**AVISO DE JULGAMENTO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE**  
**SERVIÇOS E OFERTA DE SERVIÇOS**  
**CHAMADA PÚBLICA nº 006/2021**

Analizados a documentação da licitante, à luz das exigências edilícias emite a seguinte decisão: **HABILITADA E CLASSIFICADA:**

PARTICIPANTE HABILITADO E CLASSIFICADO	ITENS VENCEDORES	VALOR TOTAL DO CREDENCIADO	CLASSIFICAÇÃO
ERICA MARIA MARTINS DE FREITAS, CPF sob o nº 118.134.044-61	1	R\$ 12.000,00	1º LUGAR
THIAGO PIRES REMIGIO, CPF SOB O Nº 017.637.634-80	4	R\$ 12.000,00	1º LUGAR
REDIR ALVES DE ARRUDA, CPF SOB O Nº 085.528.624-77	7	R\$ 12.000,00	1º LUGAR
MANOEL RAMOS LEITE, CPF SOB Nº 108.511.204-74	10	R\$ 12.000,00	1º LUGAR
EDIVALDO GOMES DA SILVA FILHO, CPF SOB Nº 083.464.724-98	8	R\$ 12.000,00	1º LUGAR
SHAYRA MARIA DOS SANTOS SILVA, CPF SOB Nº 072.016.384-67	2	R\$ 12.000,00	1º LUGAR

CATINGUEIRA - PB, 30 de agosto de 2021.

ROSINEIDE MARTINS DE FREITAS  
PRESIDENTE DA CPL PMC

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 179/2021**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. EXONERAR** a pedido, o Senhor **JOSÉ JACSON DE OLIVEIRA LEITE**, do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Abastecimento de Frota, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se,

Catingueira – PB, 01 de setembro de 2021.

*Suelio Felix de Alencar*  
**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
Prefeito

**PORTARIA Nº 180/2021**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990.

**RESOLVE:**

**Art.1º. D E S I G N A R**, o Senhor **HERCULYS RAMON DE FIGUEIREDO GOMES** para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos contratos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde do município (com exceção de obras e serviços de engenharia) nos termos da Lei especificamente de acordo com Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 2º** - As principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos fornecimentos e serviços prestados ao Município de Catingueira-PB;

II - Verificar se a execução (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

III - observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência

IV - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado e consequentemente indicar eventuais glosas das faturas. A ação do fiscal, nesses casos, observará o que reza o contrato e o ato licitatório, principalmente em relação ao prazo ali previsto.

V - acompanhar a execução dos serviços demandados de forma a atuar tempestivamente, na solução de problemas, em especial verificando:

a) as faltas ou defeitos cometidos pela contratada, determinando o que for necessário à regularização;

b) se o serviço prestado está de acordo com a especificação definida no contrato;

VI - manter, em processo, registro de ocorrências durante toda a execução do contrato como forma de subsidiar a gestão contratual;

**Art.3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Catingueira-PB, ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**-A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se,

Catingueira – PB, 01 de setembro de 2021.

*Suelio Felix de Alencar*  
**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
Prefeito



**Considerando** a necessidade de dar efetividade a Lei acima citada, para que cumpra com os fins é necessário o preenchimento dos cargos previstos na Lei Municipal.

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** Nomear o Senhor **WELLYN DE ARRUDA SILVA**, inscrito no CPF nº \*\*\*.724.634-\*\*, para exercer o cargo em confiança de **Coordenador - DEMUTRAN**, lotando-o na Secretaria Municipal de Transporte, devendo servir-lhe de título a presente portaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem ao dia 01 de abril de 2025.

Registre-se,  
Publique-se, e  
Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 09 de abril de 2025.

**ANTONIO LUCENA FILHO**  
Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Antonio Furtado de Figueiredo Neto  
**Código Identificador:**14494EE0

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 165/2025 - ÁLYSSON BRUNO SANTOS FURTADO

#### PORTARIA Nº 165/2025

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, c/c Leis Municipais nº 487/2004, 526/2007, 554/2008, 630/2012 e 631/2012, 431/2001 e suas alterações.

**Considerando** que por força da Lei Municipal nº 896/2024, publicada em 11/06/2024, foi criado o **DEMUTRAN - DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE URBANA, TRÂNSITO E TRANSPORTE DE BONITO DE SANTA FÉ - PB, E DA JARI - JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO**.

**Considerando** a necessidade de dar efetividade a Lei acima citada, para que cumpra com os fins é necessário o preenchimento dos cargos previstos na Lei Municipal.

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** Nomear o Senhor **ÁLYSSON BRUNO SANTOS FURTADO**, inscrito no CPF nº \*\*\*.209.704-\*\*, para exercer o cargo em confiança de **Coordenador - DEMUTRAN**, lotando-o na Secretaria Municipal de Transporte, devendo servir-lhe de título a presente portaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem ao dia 01 de abril de 2025.

Registre-se,  
Publique-se, e  
Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 09 de abril de 2025.

**ANTONIO LUCENA FILHO**  
Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Antonio Furtado de Figueiredo Neto  
**Código Identificador:**4E7AE36A

#### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRINHAS

#### GABINETE DO PREFEITO RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00006/2025

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00006/2025, que objetiva: Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica no suporte jurídico estratégico para a gestão, incluindo o acompanhamento de processos nos órgãos fiscalizadores Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal em defesa do Município de Cajazeirinhas; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: BRUNO LOPES DE ARAÚJO SOCIEDADE DE ADVOGADOS - R\$ 60.000,00.

Cajazeirinhas - PB, 12 de fevereiro de 2025

**LUANA MARA DE ALMEIDA**  
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**  
Eduardo Alencar Santos  
**Código Identificador:**5B3FB260

#### SETOR DE LICITAÇÕES EXTRATO DE CONTRATO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00006/2025

**OBJETO:** Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica no suporte jurídico estratégico para a gestão, incluindo o acompanhamento de processos nos órgãos fiscalizadores Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal em defesa do Município de Cajazeirinhas. **FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação nº IN00004/2025 de acordo com art. 74, inciso III, da Lei Federal 14.133/2021, e, na Lei nº 14.039, de 17 de agosto de 2020, que Decreto-lei 9.295/46, que criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **DOTAÇÃO:** As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2025, na classificação abaixo: As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 04 122 1003 2008 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE ADMINISTRAÇÃO Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.; até o final do exercício financeiro de 2025. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas e: CT Nº 00028/2025 - 11.02.25 - BRUNO LOPES DE ARAÚJO SOCIEDADE DE ADVOGADOS - R\$ 60.000,00.

**Publicado por:**  
Eduardo Alencar Santos  
**Código Identificador:**4F0ED129

#### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025- CREDENCIAMENTO 002/2025

**EXTRATO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO** 002/2025 - IN 0011/2025  
**CONTRATO** Nº 001.00105/2025  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Cattingueira - PB  
**CONTRATADA:** ANA PAULA DE SOUZA CRISPIM REMIGIO LTDA, CNPJ nº 01.101.954.0001-53,  
**ESPECIALIDADE:** Dermatologia.  
**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade



médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 123.840,00 (cento e vinte e três mil e oitocentos e quarenta reais),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartins De Freitas

**Código Identificador:**B08A29CA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**  
**CONTRATO Nº 001.00106/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** ORTOMED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ sob nº 10.714.599/0001-89.

**ESPECIALIDADE:** Ortopedia.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartins De Freitas

**Código Identificador:**A4BBC4FB

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**  
**CONTRATO Nº 001.00108/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA CNPJ nº 32.227.914/0001-86.

**ESPECIALIDADE:** Reumatologia.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 51.907,50 (cinquenta e um mil e novecentos e sete reais e cinquenta centavos),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartins De Freitas

**Código Identificador:**276B8019

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**  
**CONTRATO Nº 001.00108/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** CLÍNICA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ENDOSCOPIA AVANÇADA LTDA, CNPJ: 18.947.253/0001-32,

**ESPECIALIDADE:** Gastroenterologista.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 47.052,50 (quarenta e sete mil e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartins De Freitas

**Código Identificador:**EBCB8A44

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 0011/2025-**  
**CREDENCIAMENTO 002/2025**

**CREDENCIAMENTO 002/2025 - IN 0011/2025**  
**CONTRATO Nº 001.00109/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

**CONTRATADA:** ONCOCARDIO AMBULATORIO LTDA CNPJ/CPF Nº 50.354.616-0001-39.

**ESPECIALIDADE:** Cardiologia.

**OBJETO:** credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade médicas em consultas atendendo as demandas da secretaria de saúde do município de catingueira-PB.

**Valor da proposta:** R\$ 125.440,00 (cento e vinte e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais),

**DATA DA ASSINATURA** 07/04/2025

**VIGÊNCIA:** Até 31/12/2025

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Catingueira-PB, 07 de abril de 2025.

**SUÉLIO FELIX DE ALENCAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosineide Nartins De Freitas

**Código Identificador:**85B9DA92

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO**

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO**

Processo Administrativo nº 0034/2025

Credenciamento 002/2025 - IN00011 2025 - Lei 14.133/21

**OBJETO:** Credenciamento de pessoas jurídicas para posterior contratação, mediante documentação, dos serviços especialidade





**PORTARIA Nº 040/2024**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990.

**RESOLVE:**

**Art.1º. D E S I G N A R**, a Senhora **DIÊGO DE OLIVEIRA RODRIGUES DOS SANTOS**, para exercer a função de GESTOR Responsável pelo Acompanhamento dos contratos de fornecimento e serviços Da Secretaria Municipal de Saúde do município nos termos da Lei especificamente de acordo com Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 2º - As principais atribuições do Gestor Contratuais são:**

I - ter conhecimento das exigências legais para o início da execução do objeto do contrato, tais como: nota de empenho, publicação do extrato do contrato, portaria de designação de Gestores e Fiscais;

II - observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamentos;

III - comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade celebração de termo aditivo para alterações do contrato (qualitativas e quantitativas) ou prorrogar o prazo, acompanhar o processo na aplicação de penalidades, dentre outras (Artigo 58, inciso III, c/c artigo 67 da Lei 8.666/93);

IV- notificar a contratada sobre:

a) irregularidades observadas para as devidas correções;

b) vencimento do prazo de entrega do objeto, deixando clara a concessão ou não de novo prazo;

c) glosas aplicadas quando da liberação do pagamento ou devoluções de documentos de cobrança;

d) interesse na renovação contratual.

V - acompanhar, juntamente com o Fiscal, o desenvolvimento da execução dos serviços demandados de forma a atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas; e propor melhorias que visem reduzir riscos;

*Suelio*





VI - zelar por uma adequada instrução processual, sobretudo quanto à correta juntada de documentos;

VII - formalizar todo e qualquer acontecimento que considerar importante e ou que possam gerar impacto ao contrato;

VIII - formalizar e fazer constar em processo as comunicações realizadas com a contratada;

IX - elaborar e aprovar a avaliação de desempenho da empresa contratada, em conjunto com o Fiscal, contendo critérios de julgamento e atribuição de notas para os serviços prestados;

X - elaborar documento formal de notificação, para os casos de possível aplicação de sanção, contendo a ação ou omissão praticada pela contratada, bem como as razões que deram origem à notificação em observância à legislação vigente e os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, oportunizando a devida manifestação da contratada;

**Art.3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Catingueira-PB ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**-A gestão deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

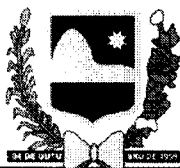
Registre-se,

Publique-se,

Catingueira – PB, 10 de julho de 2024.

  
**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
Prefeito





**SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTOS**

REFERENTE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE /CREDENCIAMENTO DE ESPECIALIDADE MÉDICA

**DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Realização do referido processo de contratação:

**Objeto:** CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, com o intuito de posterior contratação, mediante apresentação de documentação necessária, para a prestação de serviços médicos especializados em consultas, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria de Saúde do Município de Catingueira-PB.

**DECLARAÇÃO**

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o exercício de 2025 na classificação abaixo:

06.000 SECRETARIA DE SAÚDE

10 301 1009 2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1009 2013 COFINANCIAMENTO DO BLOCO DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 301 1009 2015 BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS DA SAÚDE À ATENÇÃO PRIMÁRIA – APS

10 302 1009 2017 COFINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE SAMU/ MAC – FUS

10 301 1009 2024 INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA NO SUS

10 301 1009 2061 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Catingueira - PB, 26 março de 2025.

**TARDEILIO PEREIRA PIRES**  
SECRETARIO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO



**ORTOMED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA.**

**INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**CNPJ: 10.714.599/0001-89**

**MIRNA MEDEIROS NOIA JACOME WANDERLEY**, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, médica, nascida em 11/07/1987, inscrita no CPF sob o nº 014.234.864-39 e portadora da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº 03744773299 DETRAN-PB, residente e domiciliada na cidade de Patos – PB, na Rua Luna Maria de Medeiros Rangel, nº 10, Novo Horizonte, CEP: 58703-662;

**DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, médico, nascido em 15/05/1977, nº do CPF 000.830.954-03 e portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº 01008457502 DETRAN-PB, residente e domiciliada na cidade de João Pessoa - PB, na Rua Francisco Claudino Pereira, nº 111, Manaíra, Apt. 403 CEP: 58038-430.

Únicos sócios da empresa **ORTOMED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA.**, com sede na Rua Venancio Neiva, SN, Centro, Catolé do Rocha - PB, CEP: 58.884-000, registrada na Junta Comercial do Estado da Paraíba, sob o NIRE **25200982525**, inscrita no CNPJ sob o nº **10.714.599/0001-89**, resolvem, assim, alterar o Contrato Social e aditivos anteriores, o que faz em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RETIRADA DE SÓCIA**

A partir desde ato e por força deste instrumento particular de alteração, retira-se da sociedade a sócia:

**MIRNA MEDEIROS NOIA JACOME WANDERLEY**, já devidamente qualificada, que, livre e desembaraçada de quaisquer compromissos, transfere por venda sua participação no capital, no total de 75.000 (setenta e cinco mil) quotas no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para o sócio remanescente **DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO**, já devidamente qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO CAPITAL SOCIAL**

Em decorrência da alteração ocorrida na cláusula anterior, o capital social de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do país, fica assim distribuído ao atual sócio quotista:







Sócio	Percentual	Quotas	Valor / R\$
<b>DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO</b>	<b>100%</b>	<b>150.000</b>	<b>R\$ 150.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>150.000</b>	<b>R\$ 150.000,00</b>

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da sociedade caberá ao sócio **DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO** assinando isoladamente, com os poderes e atribuições de representar a empresa ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos pertinentes aos objetivos da sociedade, autorizado o uso exclusivo do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis de propriedade da empresa.

### **CLÁUSULA QUARTA: DAS DECLARAÇÕES**

O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

### **CLÁUSULA QUINTA: DA MUDANÇA DE CONDIÇÃO DA EMPRESA**

A partir desta data a Sociedade passará a ser uma **SOCIEDADE LIMITADA UNIPessoal**, considerando a disposição constante do parágrafo único do art. 1.052 do Código Civil e em obediência ao contido na Instrução Normativa DREI nº 63, de 11 de junho de 2019.

### **CLÁUSULA SEXTA: DA CONSOLIDAÇÃO**

À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social e aditivos anteriores, de acordo com a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o qual passa a ter a redação e condições seguintes:

### **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA** **SOCIEDADE LIMITADA UNIPessoal**







**ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA**

**CNPJ: 10.714.599/0001-89**

**DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, médico, nascido em 15/05/1977, nº do CPF 000.830.954-03 e portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº 01008457502 DETRAN-PB, residente e domiciliada na cidade de João Pessoa - PB, na Rua Francisco Claudino Pereira, nº 111, Manaíra, Apt. 403 CEP: 58038-430.

Único sócio da empresa **ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA.**, com sede na Rua Venancio Neiva, SN, Centro, Catolé do Rocha - PB, CEP: 58.884-000, registrada na Junta Comercial do Estado da Paraíba, sob o NIRE **25200982525**, inscrita no CNPJ sob o nº **10.714.599/0001-89**, as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E DA SEDE**

A sociedade limitada unipessoal tem a denominação social **ORTOMED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA**, com sede na Rua Venancio Neiva, SN, Centro, Catolé do Rocha - PB, CEP: 58.884-000.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO SOCIAL**

A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica: Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos (8630-5/01), Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares (8630-5/02), Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia (8640-2/05), Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética (8640-2/07), Laboratórios clínicos (8640-2/02), serviços de tomografia (8640-2/04), serviços de ressonância magnética (8640-2/06).

**Parágrafo único.** Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) serão exercidas as atividades: Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos, Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia, Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética, Laboratórios clínicos, serviços de tomografia, serviços de ressonância magnética.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE DURAÇÃO**

A sociedade iniciou suas atividades em 22/11/2021 e o seu prazo de duração é indeterminado.







#### CLÁUSULA QUARTA: DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa que é de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do país, está distribuído ao atual sócio quotista da seguinte forma:

Sócio	Percentual	Quotas	Valor / R\$
<b>DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO</b>	<b>100%</b>	<b>150.000</b>	<b>150.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>150.000</b>	<b>R\$ 150.000,00</b>

#### CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE DAS SÓCIAS

A responsabilidade do sócias é restrita ao valor de suas quotas, e responderá solidariamente pela integralização do capital social.

#### CLÁUSULA SEXTA: DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade caberá ao sócio **DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO**, assinando isoladamente, com os poderes e atribuições de representar a empresa ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos pertinentes aos objetivos da sociedade, autorizado o uso exclusivo do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis de propriedade da empresa.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DAS DECLARAÇÕES

O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA RETIRADA DE PRÓ-LABORE

O sócio poderá a qualquer momento, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes, não sendo obrigatória a fixação de valor para pagamento mensal.

#### CLÁUSULA NONA: DA CAUSA MORTIS







Em caso de falecimento sócio a sociedade poderá continuar com suas atividades com os herdeiros e/ou sucessores do "de cujus" ou da incapaz. Não sendo possível, ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DO PORTE EMPRESARIAL**

O sócio declara que a sociedade se enquadra como ME – Micro Empresa, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, LC nº 123, de 2006)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS FILIAIS**

A sociedade apresenta ainda, 2 (duas) filiais no Estado da Paraíba, quais sejam:

1ª Situada à Rua Elmi Leite de Azevedo, SN, Sala A, Centro, Piancó/PB, CEP: 58.765-000 com CNPJ nº 10.714.599/0002-60;

2ª Situada à Rua Peregrino Filho, 95, Sala A, Centro, Patos/PB, CEP: 58.700-450 com CNPJ nº 10.714.599/0003-40;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Catolé do Rocha/PB, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em via única.

Católé do Rocha/PB, 12 de agosto de 2024

\_\_\_\_\_  
DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO  
CPF nº 000.830.954-03

\_\_\_\_\_  
MIRNA MEDEIROS NOIA JACOME WANDERLEY  
CPF nº 014.234.864-39









## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00083095403	DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO
01423486439	MIRNA MEDEIROS NOIA JACOME WANDERLEY



CERTIFICO O REGISTRO EM 15/08/2024 08:45 SOB Nº 20240999843.  
PROTOCOLO: 240999843 DE 13/08/2024.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12411596228. CNPJ DA SEDE: 10714599000189.  
NIRE: 25200982525. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 12/08/2024.  
ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO  
SECRETÁRIA-GERAL  
[www.redesim.pb.gov.br](http://www.redesim.pb.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:55. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 0CFF.D873.64A3.D260.D734.63B3.3A28.B7A6.

808  
6

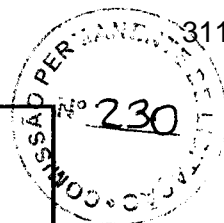






Comprovante de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:55. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 0CFF.D873.64A3.D260.D734.63B3.3A28.B7A6.





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>10.714.599/0001-89</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>23/03/2009</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA</b>
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ORTOMED</b>	PORTE <b>ME</b>
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares</b> <b>86.40-2-02 - Laboratórios clínicos</b> <b>86.40-2-04 - Serviços de tomografia</b> <b>86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia</b> <b>86.40-2-06 - Serviços de ressonância magnética</b> <b>86.40-2-07 - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>
---

LOGRADOURO <b>R VENANCIO NEIVA</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO *****
---------------------------------------	--------------	----------------------

CEP <b>58.884-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>CATOLE DO ROCHA</b>	UF <b>PB</b>
--------------------------	----------------------------------	-------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE <b>(83) 3421-2078</b>
---------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>23/03/2009</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/01/2025 às 20:07:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1







IMAGEM DO CADASTRO MERCANTIL

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição.: 001.470-2 Situação: ATIVO  
Denominação.: ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA EIRELI  
Endereço.: AV VENÂNCIO NEIVA S/N CENTRO  
CEP.: 58884-000  
Seq Imóvel.:

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Nome Fantasia: ORTOMED  
Tipo End Alternativo:  
End. Alternativo:  
C.E.P.:  
Identificação: CNPJ 10.714.599/0001-89 Vinculação:  
Natureza Jurídica: 206-2 SOC. EMPRESÁRIA LIMITADA  
Capital Social: Mês Balanço: 12 - DEZEMBRO  
Tipo Atividade: 1-PRESTACAO DE SERVICOS Data da Inicial: MARCO / 2009  
Atividade TLF: Q8630-5/001 - ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS  
Car Adm Tipo: SEDE Insc ESTADUAL:  
Simpl. Nacional: SIM Insc Anterior:  
Tipo do Alvará: DEFINITIVO Insc JUNTA COMERC.:  
E-Mail: Telefones: (83)34212078  
Local Ignorado: NÃO ME / EPP: MICRO EMPRESA  
Inclusão: 07/79 - 23/03/2009  
Pedido de Baixa:  
Ultima Atualização: ATIVO - 49/58 - 10/04/2024

INFORMAÇÕES DO CONTADOR

CPF/CNPJ: Denominação:  
Tipo CRC: Número do CRC:  
UF CRC: Data Emissão:  
CPF: Telefone 1:  
Telefone 2: E-Mail:

ÓRGÃO DE CLASSE

Tipo: Data Emissão:  
Número:

DADOS DO VEÍCULO

Descr. Veículo: Renavam:  
Cor: CNH do Motorista:  
Tipo de Combustível: Ano Modelo:  
Motorista: Chassi:  
Ano Fabricação: Praça:  
Placa: Categoria da CNH:







IMAGEM DO CADASTRO MERCANTIL

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>			
Inscrição.:	001.470-2	Situação:	ATIVO
Denominação.:	ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA EIRELI		
Endereço.:	AV VENÂNCIO NEIVA S/N CENTRO		
CEP.:	58884-000		
Seq Imóvel.:			

<b>PARÂMETROS PARA TRIBUTAÇÃO</b>			
I.S.S.			
Regime:	3 - HOMOLOGADO	Vigência:	
Vl Referencia(UF):		%Estimativa:	
Vl Referente(R\$):		Carnê Fonte:	NÃO

<b>LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO</b>			
Regime:	1 - NORMAL	Vigência:	
Quantidade:	231	Faturamento:	
Tipo da torre:			

<b>PUBLICIDADE</b>			
Regime:	4 - NAO INCIDE	Vigência:	
<b>AFIXADA NA PARTE EXTERNA DE QUALQUER ESTABELECIMENTO</b>			
De até 3m²:		De mais de 3 até 7m²:	
Acima de 7m²:			
Parte externa Veículo:			
Outdoor:		Alto-falante:	

<b>MÁQUINAS E AFINS</b>			
Regime:	4 - NAO INCIDE	Vigência:	
Motor de até 50 HP:		Motor Acima de 50 HP:	
Guindastes:		Fornos, Fornalhas....:	
Demais:			

<b>VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>			
Regime:	2 - NAO INCIDE	Vigência:	

<b>RESPONSÁVEL</b>	
Nome:	
Endereço:	
C.E.P:	C.P.F:

ATIVIDADES ECONÔMICAS		
Código	Descrição	Indicação
Q86305001	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS	AMBAS
Q86305002	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES	AMBAS
Q86402002	LABORATORIOS CLINICOS	AMBAS
Q86402004	SERVICOS DE TOMOGRAFIA	AMBAS
Q86402005	SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM COM USO DE RADIACAO IONIZANTE, EXCETO TOMOGRAFIA	AMBAS
Q86402006	SERVICOS DE RESSONANCIA MAGNETICA	AMBAS
Q86402007	SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM SEM USO DE RADIACAO	AMBAS

Emitido em - 10/02/2025 às 12:01:56 hs







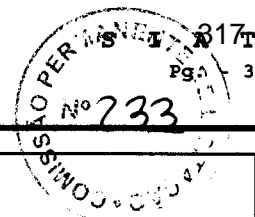


IMAGEM DO CADASTRO MERCANTIL

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição.:	001.470-2	Situação:	ATIVO
Denominação.:	ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA EIRELI		
Endereço.:	AV VENÂNCIO NEIVA S/N CENTRO		
CEP.:	58884-000		
Seq Imóvel.:			

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Código	Descrição	Indicação
	IONIZANTE, EXCETO RESSONANCIA MAGNETICA	

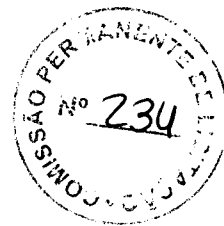
10/02/2025

37









**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA**  
**CNPJ: 10.714.599/0001-89**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:22:34 do dia 13/01/2025 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 12/07/2025.

Código de controle da certidão: **AD45.0481.6507.B046**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

319  
12









# CERTIDÃO

CÓDIGO: **687B.46F5.40D0.E9AB**

Emitida no dia 07/01/2025 às 09:50:19

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **10.714.599/0001-89**

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.** A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.sefaz.pb.gov.br](http://www.sefaz.pb.gov.br).

**OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.**

**Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.  
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.**

213

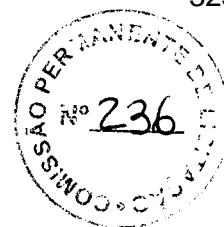








Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha  
Secretaria de Finanças



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número 022.740

Certifico, de acordo com as Leis Municipais e na conformidade dos assentamento do Cadastro de Débitos Fiscais desta data, que inexistem débitos relativos a tributos municipais impeditivos da expedição desta certidão, em nome do contribuinte abaixo citado.

A Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha ressalva seu direito de cobrar quaisquer dívidas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado, cujo pagamento venha a ser considerado exigível.

Contribuinte: ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA EIRELI  
C.N.P.J.: 10.714.599/0001-89

Inscrição Mercantil: 001.470-2

Válida até o dia 12/03/2025.

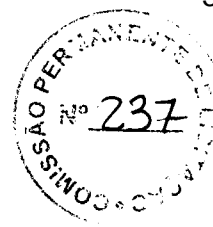
Emitida no dia 10/02/2025

Código de Validação: UZHX11891

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://catoledorocha.pb.gov.br/>





--	--



### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 10.714.599/0001-89  
**Razão Social:** ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA  
**Endereço:** RUA VENANCIO NEIVA SN / CENTRO / CATOLE DO ROCHA / PB / 58884-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 03/02/2025 a 04/03/2025

**Certificação Número:** 2025020322241606823789

Informação obtida em 10/02/2025 09:59:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

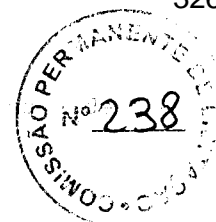








PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 10.714.599/0001-89

Certidão nº: 87628100/2024

Expedição: 20/12/2024, às 10:53:31

Validade: 18/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.714.599/0001-89**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA

### FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 10.714.599/0001-89

Razão Social: ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA

Nome Fantasia: ORTOMED

**Certidão emitida às 20:32 de 28/01/2025.**

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **7fUT.t5yT**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.










**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**  
**CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO**




Documento  
de Identidade Conforme  
Lei Nº 6.206/75

CRM Nº  
**5255**

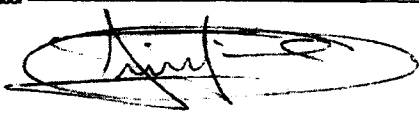
Data de inscrição  
**03/04/2006**

**POLEGAR DIREITO**



Nome  
**DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO**

Assinatura do Portador



**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**Prefeitura Municipal de Catingueira**  
**Comissão Permanente de Licitação**

**AUTENTICAÇÃO**

Esta cópia confere com o original, por mim conferido e assinado, Dou fé.

Em 18 / 02 / 2025

\_\_\_\_\_  
Wanderley O. Lopes

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO** (Est. do RN)

Filiação  
**DINALDO MEDEIROS WANDERLEY**  
**EDINA GUEDES WANDERLEY**

Residência <b>PATOS - PB</b>	Data de Nascimento <b>15/05/1977</b>
CPF <b>9.838.189-SSP/PB</b>	Data Expediente <b>13/01/2000</b>
CPF <b>022306847260-PB</b>	Seção <b>34</b>
Certificado Militar Nº <b>23108208200-1</b>	Tipo Sanguíneo <b>B</b>
Observações	Fator RH <b>POSITIVO</b>

Local e Data  
**NATAL - RN, 04 de abril de 2006**

Presidente  
**Dr. Luis Eduardo Barbalho de Mello**

Cons.  
**Vice-Presidente**

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**DINAMÉRICO WANDERLEY**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Dr. DINALDO MEDEIROS WANDERLEY Edina Guedes Wanderley  
CABALLI 1º Substituto 2º Substituto

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho de verdade.

Patos-PB 27/07/2022 16:21:52

RIVANDO MESSIAS DANTAS - ESCRIVENTE

(2022-009203) EMUL:R\$ 2,82 PARFENR\$ 0,34 FEPD:R\$ 0,56 ISS:R\$ 0,14

SELI DIGITAL: ANE87742-0701





Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:55. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 0CFF.D873.64A3.D260.D734.63B3.3A28.B7A6.



2

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CARTEIRA PROFISSIONAL DE MÉDICO**

Inscrição n.º 5005 em 13/04/06  
Nome DANILLO MEDEIROS  
WANDERLEY  
Filiação DANILLO MEDEIROS  
WANDERLEY E ENZO MEDEIROS  
Nacionalidade BRASILEIRO  
Naturalidade PATOS - PB  
Data do Nascimento 16/03/1977  
Diplomado pela UNIVERSIDADE DO  
GRANDE RIO NORTE  
VALZAR VERDY em 16/03/06  
Célular de Identidade 1.226.469  
Carteira de Reservista 23.108.102.200-1

Fotografia tirada em ..... de ..... de .....



POLEGAR DIREITO



Assinatura do Portador

**DINAMÉRICO WANDERLEY**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Danilo Medeiros Wanderley 1º Substituto Gustavo Gordon Wanderley 2º Substituto

Av. Espírito Santo, 174 - Centro  
CEP 56700-020 - Patos - Paraíba  
TEL: (33) 3421-2735  
FAX: (33) 3421-0928

Autêntico a presente cópia, reprodução fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade.  
Patos-PB 27/07/2022 16:53:51  
JUZELIA MEDEIROS DE LUCENA - Escrevente Substituta  
[2022-009245] EMOL:R\$ 2,82 FAPEN:R\$ 0,34 FEPJ:R\$ 0,56 ISS:R\$ 0,14  
SELO DIGITAL: ANEB7284-IVDR  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

2º OFÍCIO  
DE NOTAS  
(33) 3421-2735  
FAX: (33) 3421-0928

7

**Conselho Regional de Medicina  
do Rio Grande do Norte**

**Registro de Especialidade**

O(A) portador(a) da presente carteira obteve  
o registro de Qualificação de Especialista  
sob nº 1670, na Folha 101, no Livro 9 em  
29/01/2014, sendo qualificado como  
especialista em ORTOPEDIA E  
TRAUMATOLOGIA

**VISTOS E ANOTAÇÕES SOBRE O  
EXERCÍCIO DA MEDICINA**

Natal, 14/02/2014

JIFANCARLO FERNANDES CAVALCANTI  
PRESIDENTE

**Prefeitura Municipal de Cattingueira**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**AUTENTICAÇÃO**

Esta cópia confere com o original, por  
mim conferido e assinado, Dou fé.  
Em 17 / 02 / 2025

Secretaria de Planejamento e Gestão

**DINAMÉRICO WANDERLEY**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Danilo Medeiros Wanderley 1º Substituto Gustavo Gordon Wanderley 2º Substituto

Autêntico a presente cópia, reprodução fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade.  
Patos-PB 27/07/2022 16:53:51  
JUZELIA MEDEIROS DE LUCENA - Escrevente Substituta  
[2022-009245] EMOL:R\$ 2,82 FAPEN:R\$ 0,34 FEPJ:R\$ 0,56 ISS:R\$ 0,14  
SELO DIGITAL: ANEB7283-5929  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>







DINAMÉRICO WANDERLEY  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR  
FELICIANO DE VASCONCELOS  
Rua: ...  
Fones: ...  
Fax: ...

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade.  
Patos-PB 27/07/2022 16:21:49  
RIVANDI MESSIAS DANTAS AGUIAR - ESCRIVÃO  
[2022-09/27] EML-JR 2102 FAPERJ-RJ 0,34 FEPJ-RJ 0,36 ISS-RJ  
Selo Digital: ANES/216-1444  
Confira a autenticidade em: [servico.notariadigital.cjb.br](http://servico.notariadigital.cjb.br)

2º OFÍCIO  
DE NOTAS  
Func: 183, 1421-7735  
Fax: 1833351-6020  
Fatos - RJ  
DINAMÉRICO WANDERLEY



# Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy"

Ata de Criação Portaria MEC nº 940/94, de 16.06.94, publicada no DOU de 17.06.94

## ESCOLA DE MEDICINA

O Reitor da Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy", no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do curso de **MEDICINA** em 22 de dezembro de 2005, confere o título de **BACHAREL EM MEDICINA** a **DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO**, nascido no dia 15 de maio de 1977, natural do Estado da Paraíba, nacionalidade brasileira, carteira de identidade RG n.º 1.836.469, expedida pela SSP/PB, e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Campus I, da UNIGRANRIO, em Duque de Caxias, RJ, 16 de março de 2006.

Prof. Carlos de Oliveira Varella  
Pró-Reitor de Administração Acadêmica

Diplomado

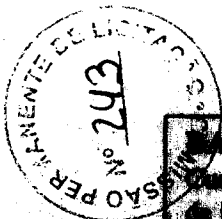
Prof. Arody Cordeiro Herdy  
Reitor

Prefeitura Municipal de Catingueira  
Comissão Permanente de Licitação  
**AUTENTICAÇÃO**  
Esta copia confere com o original, por mim conferido e assinado. Dou fé.  
Em 18/07/2025



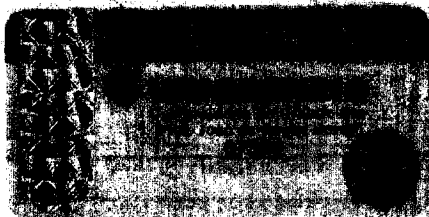
Procurador Geral do Estado  
Estado do Rio Grande do Sul  
Assessoria Jurídica  
Rua da Assembleia, 100 - 1º andar  
91010-000 - Porto Alegre, RS  
Fone: (51) 3013-1000  
E-mail: pgpe@tjrs.rs.gov.br





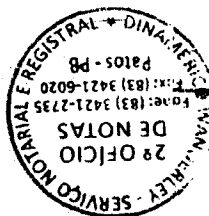
### BACHARELADO EM MEDICINA

Curso reconhecido pela Portaria Ministerial n.º 2.564, de 21 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 22 de julho de 2005, Seção 1, página 22.



**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
O(A) requerente foi inscrito sob o nº 922  
inscrição 190 col. Livro nº 03  
União 03, 04 2006  
Marcelo Eduardo

**Luiz Edson Bezerra de Mello**  
Vice-Presidente  
CRM - 2608



Autentico a presente copia, reproducao fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade.  
Patos-PB 27/07/2022 16:21:49  
RIVANDO MESSIAS DANTAS ARAUJO - ESCRIVÃO  
[2022-0091783] EMDL-Nº 2,82 TAPEN-Nº 0,56 ISS-Nº 0,14  
SEL0 DIGITAL: AMEB7217-0CLT  
Confira a autenticidade em <https://sel0digital.tipb.usp.br>



**UNIGRANRIO**  
**UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO "PROF. JOSE DE SOUZA FREYRE"**  
Diploma registrado sob o n.º 90000595714899  
Duque de Caxias/RJ, 03 de 06  
[Assinatura]  
VISTO: [Assinatura]  
Fórmula de Avaliação Acadêmica

Este diploma foi registrado de acordo com o art. 48 § 1.º da Lei 9.394, de 20.12.96, publicada no DOU de 23.12.1996.

6335 20  
03  
06 11 2006  
[Assinatura]  
**Marcelo Sávio Pereira Dias**  
Assistente Administrativo

Prefeitura Municipal de Catingueira  
Comissão Permanente de Licitação  
**AUTENTICAÇÃO**

Esta cópia contém o mesmo valor legal da original.



1. The first step in the process of the investigation is the identification of the problem. This is done by the investigator who is responsible for the study. The investigator must first identify the problem that is being studied. This is done by the investigator who is responsible for the study. The investigator must first identify the problem that is being studied. This is done by the investigator who is responsible for the study.





**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA-RN**

**Certificado**

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande Do Norte, de acordo com a resolução vigente, certifica que registrou, em 29/01/2014, no livro nº 9, sob nº 1670, folha nº 101, a qualificação do médico,  
**DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO, CRM nº 5255,**

**na especialidade de**  
**ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA**



Autentico a presente copia, reproducao fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade.  
Patos-PB 27/07/2022 16:21:50  
RIVANDO MESSIAS DANTAS ARAUJO - ESCRIVENTE  
[2022-009188] EMOL:R\$ 2,82 FARPEN:R\$ 0,34 FEPJ:R\$ 0,56 ISS:R\$ 0,14  
SELO DIGITAL: ANEB7227-JVDH  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Com validade em todo o território nacional.

**Natal - RN, 14 de fevereiro de 2014.**

  
**JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE**  
**PRESIDENTE**

  
**MARIA CRISTINA MONTE PEREIRA DE MACEDO**  
**1ª SECRETÁRIA**

Prefeitura Municipal de Catangiueira  
Comissão Permanente de Atuação

**AUTENTICAÇÃO**  
Esta copia confere com o original, por mim conferido e assinado, Dou fé.  
Em 27/02/2025





Comprovante de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:55. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 0CFF.D873.64A3.D260.D734.63B3.3A28.B7A6.



Autentico a presente copia, reprodução fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade.

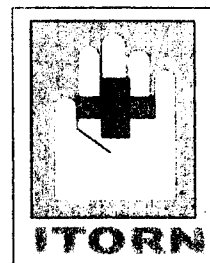
Patos-PB 27/07/2022 16:21:53

RIVANDO MESSIAS DANTAS ARAUJO - ESCRIVENTE

[2022-009208] EMOL:R\$ 2,82 FARPEN:R\$ 0,34 FEPJ:R\$ 0,56 ISS:R\$ 0,14

SELO DIGITAL: ANEB72A7-J51U

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tipb.pb.gov.br>



Instituto de Ortopedia  
e Traumatologia do Rio  
Grande do Norte

**SBOT**  
SOCIEDADE BRASILEIRA DE  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

# Certificado

Certifico, que o **Dr. Dinaldo Medeiros Wanderley Filho**, CRM - RN 5255, concluiu a Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia no Período de 01 de Janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2008 no Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Rio Grande do Norte - ITORN, serviço credenciado pela Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOT

Dr. Elson de Sousa Miranda  
CRM - 1252 TEOT - 1328  
Chefe da Residência

Dr. Narciso Severino do Nascimento  
CRM - 2652 TEOT - 5356  
Chefe da Preceptoría

Prefeitura Municipal de Catingueira  
Comissão Permanente de Licitação

**AUTENTICAÇÃO**

Esta copia confere com o original, por mim conferido e assinado, Dou fé.

Em 28/10/2023

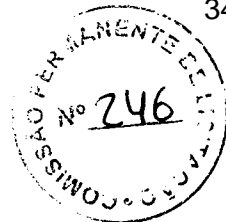
Carimbo e Assinatura da Comissão





Comprovante de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:55. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 0CFF.D873.64A3.D260.D734.63B3.3A28.B7A6.





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**

**CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO**  
Documento de identidade nos termos da Lei nº 6.206/75

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA**

**FOTO**

**NOME**  
ANA CAROLINA WANDERLEY FILGUEIRAS

**CRM Nº**  
6957

**DATA DE INSCRIÇÃO**  
18/02/2009

**VIA**  
1

**DATA DE NASCIMENTO**  
23/07/1982

**ASSINATURA DO PORTADOR**

**FILIAÇÃO**  
DINALDO MEDEIROS WANDERLEY  
EDINA GUEDES WANDERLEY

**NATURALIDADE**  
PATOS-PB

**RG**  
2.426.049/SSP-PB

**DATA DE EMISSÃO**  
13/05/1997

**TÍTULO DE ELEITOR**  
026953431210

**SEÇÃO**  
0030

**ZONA**  
0065

**CPF**  
01154823477

**LOCAL E DATA DE EMISSÃO**  
JOÃO PESSOA-PB, 06/03/2009

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**

**DINAMÉRICO WANDERLEY**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

RAI RONALDO MEDEIROS WANDERLEY 1º Tabelião Edina Guedes Wanderley 2ª Tabelião Gustavo Guedes Wanderley 3ª Tabelião

De Público Poder 1.º - Cuiabá  
CNPJ 06781 021 - Pato - Paraíba  
Tel: (33) 3421 2735  
Fax: (33) 3421 4020

Autentico a presente copia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade.

Patos-PB 04/08/2022 13:23:46

RIVANIO MESSIAS DANTAS ARAUJO - ESCRIVENTE

[2022-009676] EMUL:R\$ 2,82 FAFPEN:R\$ 0,34 FEPJ:R\$ 0,56 ISS:R\$ 0,14

SELO DIGITAL: ANC47010-4TCY

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tipb.jus.br>



**Prefeitura Municipal de Catingueira**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**AUTENTICAÇÃO**

Esta cópia confere com o original, por mim conferido e assinado. Dou fé.

Em 28/02/2015

Secretaria de Planejamento e Gestão



PROVIMENTO Nº 003/2025, de 14/04/2025, do Conselho de  
Administração da Prefeitura Municipal de São João del-Rei,  
Município de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais,  
para aprovar o Edital nº 001/2025, de 14/04/2025, para  
licitação de prestação de serviços de manutenção e  
reparação de veículos automotores, sob o regime de  
emprego mensal, com prazo de validade de 120 dias,  
a contar da data de publicação no Diário Oficial do  
Município de São João del-Rei.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**FMJ**  
 FACULDADE DE MEDICINA DE JUAZEIRO DO NORTE

O Diretor da FACULDADE DE MEDICINA DE JUAZEIRO DO NORTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Graduação, confere a

*Ana Carolina Guedes Wanderley*

o título de Médico e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

*Juaazeiro do Norte, 19 de dezembro de 2008.*

*[Assinatura]*  
 Secretária Geral

*Ana Carolina G. Wanderley*  
 Diplomado

*[Assinatura]*  
 Diretor Geral

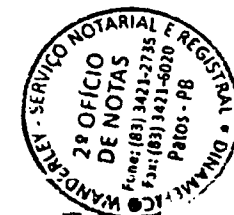
Av. Tancredo Neves, 171 - Centro  
 CEP: 63000-000 - Juaazeiro do Norte - Ceará  
 Tel: (85) 3421-2735  
 Fax: (85) 3421-6020

**DINAMÉRICO WANDERLEY**  
 SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
 Rua Dinamérico Wanderley, 100 - Centro - Juaazeiro do Norte - Ceará

Atentico a presente copia, reproducao fiel do original apresentado e a testemunho da verdade.

Patos - PB, 04/08/2025, 13:45  
 RIVAIRO RESSIAS DA SILVA - ESCRIVÃO  
 T2022-008741 EMI - R\$ 9,82 FAPEN: R\$ 0,34 FEPJ: R\$ 0,56 ISS: R\$ 0,14  
 SELO DIGITAL: 74707000375A

Confira a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>





Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:55. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 0CFF.D873.64A3.D260.D734.63B3.3A28.B7A6.





Angela Massayo Ginbo - Lima  
Diretora Geral

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE MEDICINA DE JUAZEIRO DO NORTE**

Curso: Medicina		
Portaria: Nº 1.090 de 26/05/2008		
D.O.U. 29/05/2008		
Nome do Diplomado:		
ANA CAROLINA GUEDES WANDERLEY		
Pel:		
DINALDO MEDEIROS WANDERLEY		
Mãe:		
EDINA GUEDES WANDERLEY		
Nacionalidade:	Estado:	
Brasileira	PB	
Nascimento: 23/07/1982	Identidade:	Órgão Expedidor:
	2.426.049	SSP/PB
Conclusão do Curso:	Data da Colação:	
2008.2	19/12/2008	

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

Diploma registro sob o nº 42631 Livro 6CT-54  
fls. 83, Processo 683/09-00, de acordo  
com o art. 48, 1º da Lei 9.394/1996, DOU de 23/12/1996 O  
Seção 1, p. 27839.

DMD 20 de Janeiro de 2009

*Manoelina de Figueiredo Monteiro*  
DIRETOR(A)

Manoelina de Figueiredo Monteiro  
Divisão de Memória e Documentação  
CROC - PROGRAD - UFC



**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

O(A) requerente foi inscrito(a) sob o  
nº 11538 às páginas 168  
do livro nº 03

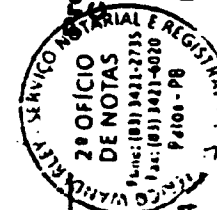
Recife, 09/03/2009  
*[Assinatura]*  
Secretário  
Luz Antônio Domingues  
1º Secretário

**Prefeitura Municipal de Catanduva**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**AUTENTICAÇÃO**

Esta cópia confere com o original, por  
mim conferido e assinado, Dou fé.

Em 18/02/2025

João Pessoa 18/02/2025



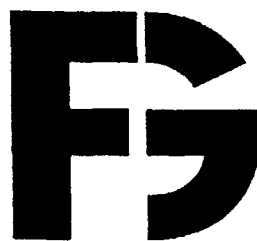
Autentico a presente cópia, reproduzo fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade.  
Patos-PB 04/08/2022 13:23:45  
RIVANDO KESSIAS DANTAS AGUIAR - ESCRIVENTE  
[2022-09/06/73] ENL-RS 2,82 FASEN-RS 0,34 FASEN-RS 0,36 ISS-RS 0,14  
SELO DIGITAL: AG47007-LUV

Confira a autenticidade em <https://selodigital.lipb.us.br>



Comprovante de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:55. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 0CFF.D873.64A3.D260.D734.63B3.3A28.B7A6.





INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR RECONHECIDA PELA PORTARIA Nº. 634 DE 06.06.2020  
E CREDENCIADA PARA OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PELA PORTARIA Nº. 1.819 DE 20.05.2019

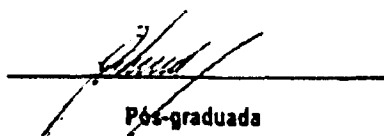
# CERTIFICADO

Certificamos que Ana Carolina Wanderley Filgueiras concluiu o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Psiquiatria, em nível de Especialização, atendendo a todas as disposições da Resolução nº. 1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que foi ministrado pela FG Faculdade Global, Instituição de Educação Superior, integrante do Sistema Federal de Educação do Ministério de Educação.

Porto Alegre/RS, 11 de dezembro de 2020.

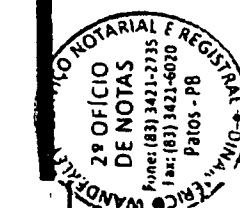


Maitê Carvalho Franco  
Diretora Acadêmica



Pós-graduada

Presidência Municipal de Curitiba  
Comissão Permanente de Licitação  
AUTENTICAÇÃO  
Esta cópia contém o original do  
min. conteúdo e assinado. Dousta.  
Em 12/12/2020



Atestado de Presença, 1º - Curso  
2º - Curso de Pós-Graduação  
3º - Curso de Especialização  
4º - Curso de Mestrado  
5º - Curso de Doutorado  
6º - Curso de Pós-Doutorado  
7º - Curso de Pós-Graduação em Administração  
8º - Curso de Pós-Graduação em Direito  
9º - Curso de Pós-Graduação em Engenharia  
10º - Curso de Pós-Graduação em Farmácia  
11º - Curso de Pós-Graduação em Física  
12º - Curso de Pós-Graduação em Geografia  
13º - Curso de Pós-Graduação em História  
14º - Curso de Pós-Graduação em Letras  
15º - Curso de Pós-Graduação em Matemática  
16º - Curso de Pós-Graduação em Medicina  
17º - Curso de Pós-Graduação em Odontologia  
18º - Curso de Pós-Graduação em Pedagogia  
19º - Curso de Pós-Graduação em Psicologia  
20º - Curso de Pós-Graduação em Sociologia  
21º - Curso de Pós-Graduação em Teologia  
22º - Curso de Pós-Graduação em Turismo  
23º - Curso de Pós-Graduação em Zootecnia

WANDERLEY O. LOPES  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR  
Atestado de Presença, 1º - Curso  
2º - Curso de Pós-Graduação  
3º - Curso de Especialização  
4º - Curso de Mestrado  
5º - Curso de Doutorado  
6º - Curso de Pós-Doutorado  
7º - Curso de Pós-Graduação em Administração  
8º - Curso de Pós-Graduação em Direito  
9º - Curso de Pós-Graduação em Engenharia  
10º - Curso de Pós-Graduação em Farmácia  
11º - Curso de Pós-Graduação em Física  
12º - Curso de Pós-Graduação em Geografia  
13º - Curso de Pós-Graduação em História  
14º - Curso de Pós-Graduação em Letras  
15º - Curso de Pós-Graduação em Matemática  
16º - Curso de Pós-Graduação em Medicina  
17º - Curso de Pós-Graduação em Odontologia  
18º - Curso de Pós-Graduação em Pedagogia  
19º - Curso de Pós-Graduação em Psicologia  
20º - Curso de Pós-Graduação em Sociologia  
21º - Curso de Pós-Graduação em Teologia  
22º - Curso de Pós-Graduação em Turismo  
23º - Curso de Pós-Graduação em Zootecnia

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original  
em 12/12/2020. Em testemunho da verdade.  
Cadastral nº 04/08/2022 13:23:46  
PÚBLICO REGISTRO DE DADOS PESSOAIS - ESPORTE  
12/2022-0006757-ENL-08 2.62 FAPEN-08 0,34 FEPJ-08 0,56 ISS-08 0,14  
SELO DIGITAL: 88847059-LZNU

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Comprovante de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:55. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 0CFF.D873.64A3.D260.D734.63B3.3A28.B7A6.

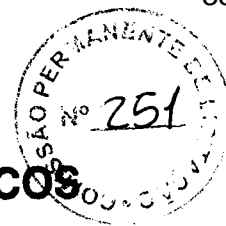












## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

Pelo presente contrato firmam a pessoa jurídica **ORTOMED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA**, CNPJ n. 10.714.599/0001-89, com sede em AV. VENÂNCIO NEIVA, 283, Centro, CATOLÉ DO ROCHA - PB. neste ato representada, conforme poderes especialmente conferidos, por: **DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO**, na qualidade de: DIRETOR MÉDICO, CPF n. 000.830.954-03, Carteira de Identidade (RG) n. 1.836.469, expedida por SSP-PB doravante denominada **CONTRATANTE** e **ANA CAROLINA WANDERLEY FILGUEIRAS**, nacionalidade: BRASILEIRA, casada, profissão: MÉDICA, Carteira de Identidade (RG) n. 2426049, expedida por SSP-PB, CPF n. 011.548.254-77, CRM - PB 6957, residente em: RUA BOSSUET WANDERLEY, 743 Apt. 501, BAIRRO: Brasília, PATOS-PB, doravante denominada **CONTRATADA** firmam o presente contrato de prestação de serviço, conforme as seguintes cláusulas.

### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Por meio deste contrato, a **CONTRATADA** se compromete a prestar ao **CONTRATANTE** os seguintes serviços: **REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DE PSIQUIATRIA**.

Parágrafo único. Os serviços descritos acima serão prestados com total autonomia, liberdade de horário, sem pessoalidade e sem qualquer subordinação ao **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA 2ª - DO PRAZO

O presente contrato tem prazo de: **INDETERMINADO**, com início em 01/02/2022.

§ 1º. Ao final deste prazo, o contrato poderá ser renovado, por igual ou inferior período.

### CLÁUSULA 3ª - DA RETRIBUIÇÃO

Em contrapartida pelos serviços que lhe serão prestados, o **CONTRATANTE** se compromete a pagar ao **CONTRATADO** a seguinte quantia: R\$ 250 (duzentos e cinquenta reais), por cada consulta médica realizada;

§ 1º. O referido valor deverá ser pago em parcela única, com vencimento todo dia 01 de cada mês;

**DINAMÉRICO WANDERLEY**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
TÁBUA

Av. Antônio Pessoa, 174 - Centro  
55.100-000 - Patos - Paraíba  
Tel. (83) 3421-2723  
Fax: (83) 3421-4020  
Patos-PB

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Ex. testemunho da verdade.  
Patos-PB 29/03/2022 14:18:50  
ZULETANIA MEDEIROS DE LUCENA - Escrevente Substituta  
[2022-010862] EMUL:R\$ 2,82 FAREN:R\$ 0,34 FEPI:R\$ 0,56  
SELO DIGITAL: AULJ3979-NB55  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Prefeitura Municipal de Cataguá  
Comissão Permanente de Licitação  
**AUTENTICAÇÃO**  
Esta cópia confere com o original, por mim conferido e assinado, Dou fé.  
Em 28/03/2025  
Secretaria, da CPL



Comprovante de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:55. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 0CFF.D873.64A3.D260.D734.63B3.3A28.B7A6.



§ 2º. Qualquer pagamento devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO** deverá ser realizado da seguinte forma: depósito bancário em conta corrente especificada pela contratada.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA


São obrigações da **CONTRATADA**:

- I. prestar, com a devida dedicação e seriedade e da forma e do modo ajustados, os serviços descritos neste contrato;
- II. respeitar as normas, as especificações técnicas e as condições de segurança aplicáveis à espécie de serviços prestados;
- III. responsabilizar-se pelos atos e omissões praticados por seus subordinados, bem como por quaisquer danos que eles venham a sofrer ou causar para o **CONTRATANTE** ou terceiros;
- IV. arcar com as despesas e obrigações de natureza tributária que sejam de sua responsabilidade, nos termos da legislação vigente, relacionadas aos serviços especificados neste contrato;
- V. cumprir todas as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes, referentes a estes serviços;
- VI. manter sigilosas, mesmo após findo este contrato, as informações privilegiadas de qualquer natureza às quais tenha acesso em virtude da execução destes serviços;
- VII. providenciar todos os meios e os equipamentos necessários à correta execução do serviço.

#### CLÁUSULA 5ª - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do **CONTRATANTE**:

- I. fornecer todas as informações necessárias à realização dos serviços, inclusive especificando os detalhes e a forma de como eles devem ser entregues;
- II. efetuar o pagamento, nas datas e nos termos definidos neste contrato;
- III. comunicar imediatamente a **CONTRATADA** sobre eventuais reclamações feitas contra seus subordinados, assim como sobre danos por eles causados;
- IV. arcar com as eventuais despesas e obrigações de natureza tributária que sejam de sua responsabilidade, nos termos da legislação vigente, relacionadas aos serviços especificados neste contrato.



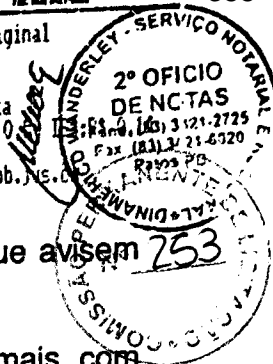
Prefeitura Municipal de Catingueira  
Comissão Permanente de Licitação  
**AUTENTICAÇÃO** Page 2 of 5  
Esta cópia confere com o original, por mim conferido e assinado, Dou fé.  
Em 28/02/2025  
Secretaria da CPL



Atestamos que a empresa mencionada no  
documento acima é uma empresa legalmente  
constituída e inscrita no CNPJ nº 08.947.888/0001-90,  
situada no endereço: Rua da Liberdade, nº 100,  
bairro Centro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,  
CNPJ nº 08.947.888/0001-90, inscrita no ISENTI nº 08.947.888/0001-90,  
e que a mesma encontra-se em situação regular perante o Fisco Federal e Estadual.



Autentico a presente copia, reproducao fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade.  
Patos-PB 27/08/2022 14:18:50  
ZUEYANIA PEDEIROS DE LUCENA - Escrevente Substituta  
[2022-010860] EMO:R\$ 2,82 FAAPEN:R\$ 0,34 FEPJ:R\$ 0  
SELO DIGITAL: ANI33977-PR05  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



## CLÁUSULA 6ª - DA RESCISÃO

A qualquer momento, poderão as partes rescindir este contrato, desde que avisem previamente à outra parte, de acordo com os prazos seguintes:

I. se a retribuição pela prestação dos serviços for fixada por mês ou mais, com antecedência de 8 (oito) dias;

§ 1º. A rescisão sem justa causa por parte da **CONTRATADA** não retira dela o direito ao recebimento de retribuição vencida, porém sujeita-o ao pagamento de perdas e danos ao **CONTRATANTE**.

§ 2º. Não serão aplicáveis os prazos fixados nesta cláusula às rescisões por justa causa.

§ 3º. A rescisão com justa causa, realizada por qualquer uma das partes, não exime o **CONTRATANTE** do pagamento das retribuições já vencidas.

§ 4º. A rescisão com justa causa por parte do **CONTRATANTE** obriga a devolução, pela **CONTRATADA**, dos eventuais valores já pagos referentes a serviços não desenvolvidos.

## CLÁUSULA 7ª - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato de prestação de serviço extingue-se mediante a ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

- I. morte, se pessoa física, ou extinção, se pessoa jurídica, de qualquer das partes;
- II. término do prazo fixado;
- III. conclusão do serviço;
- IV. rescisão do contrato mediante aviso prévio, por inadimplemento de qualquer das partes ou pela impossibilidade da continuação do contrato, motivada por força maior.

Parágrafo único. Ainda que a extinção do contrato tenha sido realizada pela **CONTRATADA** sem justo motivo, ela terá direito a exigir da **CONTRATANTE** a declaração de que o contrato está findo.

## CLÁUSULA 8ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao assinarem este instrumento, as partes concordam ainda que:

- I. nem o **CONTRATANTE** poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados, nem a **CONTRATADA** poderá, sem consentimento da outra parte, dar

Prefeitura Municipal de Patos-PB  
Secretaria de Administração e Licitação

**AUTENTICAÇÃO**

Esta cópia confere com o original, por mim conferido e assinado. Dou fé.

Em 28/08/2022

Secretaria da CPL

Page 3 of 5



Comprovante de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:55. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 0CFF.D873.64A3.D260.D734.63B3.3A28.B7A6.





- II. inexistente vínculo trabalhista entre as partes e, igualmente, qualquer tipo de relação de subordinação;
- III. a mera tolerância pelas partes com relação ao descumprimento de quaisquer dos termos ajustados neste contrato não deverá ser considerada como desistência de sua exigência;
- IV. o presente contrato não gera direito de exclusividade entre as partes;
- V. desde que não haja incompatibilidade de horários ou de interesses, a **CONTRATADA** poderá desempenhar suas atividades para terceiros em geral;
- VI. poderá, ainda, o **CONTRATANTE** contratar um terceiro para realizar os mesmos serviços descritos neste contrato, a título de complementaridade;
- VII. eventuais alterações deste contrato deverão ser realizadas por meio de termo aditivo, devidamente assinado pelas partes e por 02 (duas) testemunhas.

### CLÁUSULA 10ª - DO FORO

Para a resolução de eventuais litígios que se refiram a direitos ou a obrigações decorrentes deste contrato, fica eleito o foro da comarca da cidade de Patos-PB.

E por estarem, assim, de justo acordo, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de idêntico conteúdo e forma.

PATOS, PB, 01 DE FEVEREIRO DE 2022

CONTRATANTE:

DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO

DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO

neste ato representando a pessoa jurídica **ORTOMED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA**

**CONTRATADA:**  
**Prefeitura Municipal de Cataguá**  
**Comissão Permanente de Licitação**

**AUTENTICAÇÃO**  
 Esta cópia confere com o original, por mim conferido e assinado. Dou fé.

Em 28/02/2025

Secretaria da CPL

**DINAMÉRICO WANDERLEY**  
 SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade.  
 Patos-PB 29/08/2022 14:18:50  
 ZULETANIA MEDEIROS DE LUCENA - Escrevente Substituta  
 [2022-010859] EMDL:R\$ 2,82 FARPEN:R\$ 0,34 FEPJ:R\$ 0,56 ISS: 0,14  
 SELO DIGITAL: ANI33976-KE2P  
 Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

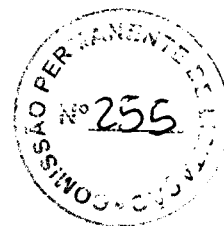




Comprovante de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:55. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 0CFF.D873.64A3.D260.D734.63B3.3A28.B7A6.



DINAMÉRICO WANDERLEY



ANA CAROLINA WANDERLEY FILGUEIRAS

## TESTEMUNHAS:

Nome completo: VICTOR BETERNA F. FILGUEIRAS  
 CPF n.: 035.770.594-78

Nome completo: .....

CPF n.: .....

**DINAMÉRICO WANDERLEY**  
 SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
 TABELA DE PREÇOS

AL. BATERIA PONTAL, 170 - B.  
 CEP: 54210-020 - Pátio - PB  
 TEL: (33) 3421-4725  
 FAX: (33) 3421-4020



Reconheço, por semelhança, a(s) firma(s) de:.....  
 DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO.....  
 ANA CAROLINA WANDERLEY FILGUEIRAS.....  
 Em test. da verdade, Patos-PB 29/08/2022 14:05:49  
 ZUETÂNIA MEDEIROS DE LUCENA - Escrevente Substituta  
 [2022-020462] EMOL:R\$ 22,56 FAPEN:R\$ 0,68 FEPU:R\$ 4,52 ISS:R\$ 1,12  
 SELO DIGITAL: ANK02516-0638, ANK02517-0880  
 Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

**DINAMÉRICO WANDERLEY**  
 SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
 TABELA DE PREÇOS

AL. BATERIA PONTAL, 170 - B.  
 CEP: 54210-020 - Pátio - PB  
 TEL: (33) 3421-4725  
 FAX: (33) 3421-4020



Autentico a presente copia, reproducao fiel do original  
 apresentado. Em testemunho da verdade.  
 Patos-PB 29/08/2022 14:18:49  
 ZUETÂNIA MEDEIROS DE LUCENA - Escrevente Substituta  
 [2022-010859] EMOL:R\$ 2,82 FAPEN:R\$ 0,34 FEPU:R\$ 0,56 ISS:R\$ 0,14  
 SELO DIGITAL: ANK33975-1TEO  
 Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

**Prefeitura Municipal de Catingueira**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**AUTENTICAÇÃO**

Esta cópia confere com o original, por  
 mim conferido e assinado, Dou fé.  
 Em 28/08/2022

Page 5 of 5



Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 48471/25. Data: 14/04/2025 15:55. Responsável: Wanderley O. Lopes.  
Impresso por convidado em 21/04/2025 11:22. Validação: 0CFF.D873.64A3.D260.D734.63B3.3A28.B7A6.



## Ficha de Estabelecimento Identificação

Data: 28/01/2025

CNES: 6378730 Nome Fantasia: ORTOMED CNPJ: 10.714.599/0001-89  
Nome Empresarial: ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA EIRELI ME Natureza jurídica: ENTIDADES EMPRESARIAIS  
Logradouro: RUA VENANCIO NEIVA Número: S/N Complemento: —  
Bairro: CENTRO Município: 250430 - CATOLE DO ROCHA UF: PB  
CEP: 58884-000 Telefone: 34411195 Dependência: INDIVIDUAL Reg de Saúde: 0008  
Tipo de Estabelecimento: CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE Subtipo: OUTROS Gestão: MUNICIPAL  
Diretor Clínico/Gerente/Administrador: DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO  
Cadastrado em: 06/11/2009 Atualização na base local: 06/01/2025 Última atualização Nacional: 26/01/2025

## Horário de Funcionamento:

Dia semana	Horário
SEGUNDA-FEIRA	07:00 às 17:00
TERÇA-FEIRA	07:00 às 17:00
QUARTA-FEIRA	07:00 às 17:00
QUINTA-FEIRA	07:00 às 17:00
SEXTA-FEIRA	07:00 às 17:00
SABADO	07:00 às 11:00

Data desativação: —

Motivo desativação: —



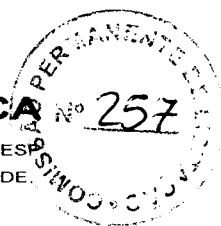






# ORTOMED CLÍNICA ORTOPÉDICA

Convênios com UNIMEDE, PATRONAL, GOLDEN CROSS, CASSI, FUNCEF, CABES, ASSEFAZ, CORREIOS, PETROBRÁS, SAÚDE BRADESCO, SULAMÉRICA SAÚDE, EMBRATEL, OAS, HOSPLAN, BOMPREÇO e Outros.



## DECLARAÇÕES

### PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025

A empresa **ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **10.714.599/0001-89**, situada na Rua Venâncio Neiva, s/n – Catolé do Rocha-PB, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) **FERNANDO EMMANUEL FRANÇA** portador (a) do CPF: **982.099.904-97** e RG: **1.766.070 SSP-PB 2ª VIA**. Em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe. DECLARA, sob as penas da lei, que:

Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

Cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

Não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021;

Não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;

Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno; perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;

Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Patos-PB, 18 de fevereiro de 2025.

**FERNANDO EMMANUEL FRANÇA**

**RG: 1.766.070 SSP/PB 2ª VIA**

**CPF: 982.099.904-97**

Rua Venâncio Neiva, s/n - Centro - Catolé do Rocha - Paraíba  
Fone: 83 9154.2268 - CEP: 58884-000







**ORTOMED CLÍNICA ORTOPÉDICA**

Convênios com UNIMEDE, PATRONAL, GOLDEN CROSS, CASSI, FUNCEF, CABESPA, ASSEFAZ, CORREIOS, PETROBRÁS, SAÚDE BRADESCO, SULAMÉRICA SAÚDE, EMBRATEL, OAS, HOSPLAN, BOMPREÇO e Outros.

**DECLARAÇÃO ME/EPP****PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB  
CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025**

A empresa **ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **10.714.599/0001-89**, situada na Rua Venâncio Neiva, s/n – Catolé do Rocha-PB, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) **FERNANDO EMMANUEL FRANÇA** portador (a) do CPF: **982.099.904-97** e RG: **1.766.070 SSP-PB 2ª VIA**. Em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei: Ser ME, EPP;

Que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que no ano-calendário de realização deste Credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021

Patos-PB, 18 de fevereiro de 2025.

**FERNANDO EMMANUEL FRANÇA**

**RG: 1.766.070 SSP/PB 2ª VIA**

**CPF: 982.099.904-97**







**ORTOMED CLÍNICA ORTOPÉDICA**

Convênios com UNIMEDE, PATRONAL, GOLDEN CROSS, CASSI, FUNCEF, CABESPA, ASSEFAZ, CORREIOS, PETROBRÁS, SAÚDE BRADESCO, SULAMÉRICA SAÚDE, EMBRATEL, OAS, HOSPLAN, BOMPREÇO e Outros.

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO TEMPORÁRIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB  
CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025**

A empresa **ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **10.714.599/0001-89**, situada na Rua Venâncio Neiva, s/n – Catolé do Rocha-PB, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) **FERNANDO EMMANUEL FRANÇA** portador (a) do CPF: **982.099.904-97** e RG: **1.766.070 SSP-PB 2ª VIA**. Declara, sob as penas da lei, que não foi declarada **INIDONEA e NEM SUSPENSA TEMPORARIAMENTE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei de Licitações.

Patos-PB, 18 de fevereiro de 2025.

**FERNANDO EMMANUEL FRANÇA**

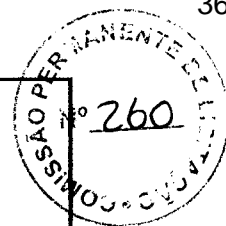
**RG: 1.766.070 SSP/PB 2ª VIA**

**CPF: 982.099.904-97**









## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.714.599/0001-89 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/03/2009
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ORTOMED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ORTOMED	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos 86.40-2-04 - Serviços de tomografia 86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia 86.40-2-06 - Serviços de ressonância magnética 86.40-2-07 - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R VENANCIO NEIVA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO *****
--------------------------------	--------------	----------------------

CEP 58.884-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CATOLE DO ROCHA	UF PB
-------------------	---------------------------	------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (83) 3421-2078
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/03/2009
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/01/2025 às 20:07:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

369  
03/14







**AVISO DE JULGAMENTO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE**  
**SERVIÇOS E OFERTA DE SERVIÇOS**  
**CHAMADA PÚBLICA nº 006/2021**

Analisados a documentação da licitante, à luz das exigências edilícias emite a seguinte decisão: **HABILITADA E CLASSIFICADA:**

PARTICIPANTE HABILITADO E CLASSIFICADO	ITENS VENCEDORES	VALOR TOTAL DO CREDENCIADO	CLASSIFICAÇÃO
ERICA MARIA MARTINS DE FREITAS, CPF sob o nº 118.134.044-61	1	R\$ 12.000,00	1º LUGAR
THIAGO PIRES REMÍGIO, CPF SOB O Nº 017.637.634-80	4	R\$ 12.000,00	1º LUGAR
REDIR ALVES DE ARRUDA, CPF SOB O Nº 085.528.624-77	7	R\$ 12.000,00	1º LUGAR
MANOEL RAMOS LEITE, CPF SOB Nº 108.511.204-74	10	R\$ 12.000,00	1º LUGAR
EDIVALDO GOMES DA SILVA FILHO, CPF SOB Nº 083.464.724-98	8	R\$ 12.000,00	1º LUGAR
SHAYRA MARIA DOS SANTOS SILVA, CPF SOB Nº 072.016.384-67	2	R\$ 12.000,00	1º LUGAR

CATINGUEIRA - PB, 30 de agosto de 2021.

ROSINEIDE MARTINS DE FREITAS  
PRESIDENTE DA CPL PMC

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 179/2021**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. EXONERAR** a pedido, o Senhor **JOSÉ JACSON DE OLIVEIRA LEITE**, do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Abastecimento de Frota, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se,

Catingueira – PB, 01 de setembro de 2021.

*Suelio Felix de Alencar*  
**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
Prefeito

**PORTARIA Nº 180/2021**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Constituição Federal; e pelo art. 44 da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990.

**RESOLVE:**

**Art.1º. D E S I G N A R**, o Senhor **HERCULYS RAMON DE FIGUEIREDO GOMES** para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos contratos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde do município (com exceção de obras e serviços de engenharia) nos termos da Lei especificamente de acordo com Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 2º** - As principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos fornecimentos e serviços prestados ao Município de Catingueira-PB;

II - Verificar se a execução (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

III - observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência

IV - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado e consequentemente indicar eventuais glosas das faturas. A ação do fiscal, nesses casos, observará o que reza o contrato e o ato licitatório, principalmente em relação ao prazo ali previsto.

V - acompanhar a execução dos serviços demandados de forma a atuar tempestivamente, na solução de problemas, em especial verificando:

a) as faltas ou defeitos cometidos pela contratada, determinando o que for necessário à regularização;

b) se o serviço prestado está de acordo com a especificação definida no contrato;

VI - manter, em processo, registro de ocorrências durante toda a execução do contrato como forma de subsidiar a gestão contratual;

**Art.3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Catingueira-PB, ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**-A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se,

Catingueira – PB, 01 de setembro de 2021.

*Suelio Felix de Alencar*  
**SUELIO FELIX DE ALENCAR**  
Prefeito





## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 14/04/2025 às 15:55:10 foi protocolizado o documento sob o Nº 48502/25 da subcategoria Contratos , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Catingueira, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Wanderley Oliveira Lopes.

Número do Contrato: 001001062025

Data da Publicação: 09/04/2025

Data da Assinatura: 07/04/2025

Data Final do Contrato: 31/12/2025

Valor Contratado: R\$ 125.000,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JLRIDICAS PARA POSTERIOR Contratação, MEDIANTE Documentação, DE Serviços MEDICOS ESPECIALIZADOS PARA PROCEDIMENTOS DE CONSULTAS, .ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CATINGUEIRA-PB.

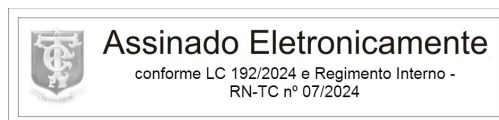
Contratado (Nome): Ortomed Clinica Especializada Eireli

Contratado (CNPJ): 10.714.599/0001-89

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	ba4ca6b536670ade009d7b57c897c975
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	0cffd87364a3d260d73463b33a28b7a6
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	15d8d9aca23bff93dade6efa05b6b2a4
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	6503591d76a141f3e6ffc1468ae27bc2
Designação da fiscalização técnica do contrato	Sim	2d8a4a9e027f17b190771d9df9cb260d
Designação do fiscal administrativo do contrato	Sim	2d8a4a9e027f17b190771d9df9cb260d
Designação do gestor do contrato	Sim	d0d17ba35ccb545c34379864ad1e57e2

João Pessoa, 14 de Abril de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



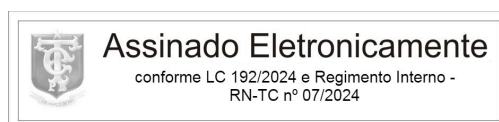
**Documento:** 48471/25**Subcategoria:** Licitações**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Catingueira**Exercício:** 2025

## CERTIDÃO

### CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 14/04/2025 às 15:55h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 48502/25 ao Documento 48471/25, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 48471/25:

Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	279 - 291	6503591d76a141f3e6ffc1468ae27bc2
Designação da fiscalização técnica do contrato	292	2d8a4a9e027f17b190771d9df9cb260d
Comprovante de publicidade	293 - 294	ba4ca6b536670ade009d7b57c897c975
Designação do gestor do contrato	295 - 296	d0d17ba35ccb545c34379864ad1e57e2
Comprovação da existência de dotação orçamentária	297	15d8d9aca23bff93dade6efa05b6b2a4
Comproventes de regularidade da contratada	298 - 370	0cffd87364a3d260d73463b33a28b7a6
Designação do fiscal administrativo do contrato	371	2d8a4a9e027f17b190771d9df9cb260d
RECIBO PROTOCOLO	372	7b4587812e7c1f2db390f7a778eca4ae

**João Pessoa, 14 de Abril de 2025****Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**